

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**SANDRA PEREIRA**

**O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COMO  
ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES  
EDUCACIONAIS E DA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO  
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ATIBAIA/SP**

**CAMPINAS  
2013**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
CAMPINAS FACULDADE DE EDUCAÇÃO

SANDRA PEREIRA

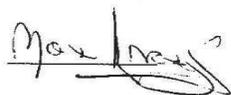
**O Conselho Municipal de Educação como espaço de  
participação nas decisões educacionais e da democratização da  
gestão pública do município de Atibaia/SP**

**Orientador(a): Profa. Dra. Nora Rut Krawczyk**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Educação na área de concentração de Ciências Sociais na Educação.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO  
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA  
ALUNA SANDRA PEREIRA E ORIENTADA PELA  
PROFA.DRA.NORA RUT KRAWCZYK

Assinatura do Orientador



CAMPINAS  
2013

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca da Faculdade de Educação  
Rosemary Passos - CRB 8/5751

P414c Pereira, Sandra, 1962-  
O conselho municipal de educação como espaço de participação nas decisões educacionais e da democratização da gestão pública do município de Atibaia-SP / Sandra Pereira. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Nora Rut Krawczyk.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Conselho Municipal de Educação. 2. Gestão democrática. 3. Participação. 4. Política educacional. I. Krawczyk, Nora Rut, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The municipal board of education as a participation place in educational decisions and public management democratization of Atibaia county-SP

**Palavras-chave em inglês:**

City board of education  
Democratic management  
Participation  
Educational policies

**Área de concentração:** Ciências Sociais na Educação

**Titulação:** Mestra em Educação

**Banca examinadora:**

Nora Rut Krawczyk [Orientador]  
Salvador Antonio Meireles Sandoval  
Elie George Guimarães Ghanem Júnior

**Data de defesa:** 30-10-2013

**Programa de Pós-Graduação:** Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE  
PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES EDUCACIONAIS E DA  
DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE  
ATIBAIA/SP

Autor : Sandra Pereira  
Orientador: Profa. Dra. Nora Rut Krawczyk

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação  
defendida por Sandra Pereira e aprovada pela Comissão  
Julgadora

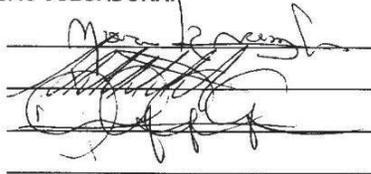
Data: 30/10/2013

Assinatura: .....



Orientador

COMISSÃO JULGADORA:



2013

*Dedico este trabalho*

*À memória de meu pai, Seu Vicente e  
minha mãe, D. Glória*

*À Glorinha e Nívea, minhas irmãs*

## AGRADECIMENTOS

Ao longo da elaboração deste trabalho, muitas pessoas se fizeram presentes. Cabe neste momento, os meus agradecimentos a todas essas pessoas.

À minha orientadora Nora Krawczyk, por me aceitar como sua orientanda, pela paciência e dedicação, durante todo o processo da presente pesquisa.

Aos professores do curso de Pós-graduação em Educação da UNICAMP, todos contribuíram para a minha formação.

Aos professores Salvador Sandoval e Mara Regina Martins Jacomeli, pelas contribuições no exame de qualificação.

Aos professores que aceitaram o convite para fazer parte de minha banca de defesa, professor Elie Ghanem e professor Salvador Sandoval, assim como aos suplentes, professor Vicente Rodriguez e professor Gilvan Pereira.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos. Ao professor Dario Fiorentine, pelo apoio nos prazos concedidos.

Aos colegas que ingressaram comigo no ano de 2011, no Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Educação – GPPE, pelo companheirismo ao longo destes anos de muitos estudos, terei a todos para sempre no meu coração.

Aos funcionários da Faculdade de Educação da Unicamp, em especial à Nadir Camacho e à Claudia, secretaria do DECISE, que sempre me atenderam com muito carinho.

À minha família, que me apoia e está presente em todos os momentos da minha vida, e em especial às minhas irmãs Glória e Nívea, cujo apoio foi essencial para a realização deste trabalho. Ao meu sobrinho Bruno e ao meu irmão Vicente pelas muitas caronas.

Aos amigos e colegas que sempre torceram por mim e me apoiaram neste momento.

À direção da EE Major Juvenal Alvim, onde trabalho, que compreendeu minhas ausências nesta fase.

Ao ex-secretário de cultura Edson Antonio Gonçalves, que no início dessa pesquisa, me apoiou com conselhos e com material de que dispunha em sua secretaria, para a execução de meu trabalho.

Aos membros do Conselho Municipal de Educação de Atibaia, por me receberem e se disporem a fornecerem seus depoimentos.

## RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a atuação do Conselho Municipal de Educação de Atibaia durante o período de 2001 a 2012, sob a gestão do Partido Verde (PV), buscando verificar como e em que medida o Conselho Municipal de Educação tem contribuído nos processos de tomada de decisão, nas definições de políticas públicas educacionais e na democratização da gestão pública do município de Atibaia. O processo metodológico que permeia esta pesquisa inclui entrevistas com os grupos de conselheiros e ex-conselheiros, observações e análise documental. Baseada na modalidade da pesquisa descritiva e analítica buscou-se analisar o Conselho Municipal de Educação de Atibaia, no período entre 2001 e 2012, ocasião em que esteve sob a gestão do Partido Verde (PV), cujo discurso político ancora-se na gestão democrática e na participação social nos processos decisórios. O tratamento dos dados foi realizado a partir do referencial teórico sobre conselhos de educação, democracia, participação e gestão democrática. Os Conselhos Municipais de Educação estão inseridos no cenário do sistema educacional brasileiro como potenciais instrumentos de democratização das políticas públicas, caso desempenhem o papel para o qual foram criados, ou seja, ser o elo de ligação entre o Estado e a sociedade civil, a fim de proporcionar um espaço dialógico para produção de políticas educacionais, bem como possibilitar maior transparência e decisões colegiadas na educação municipal. Verificamos com a análise dos dados que o CME de Atibaia não assume este papel, uma vez que não se constitui em tal elo de ligação, não contribuindo portanto, para a democratização da gestão pública do município, ao contrário, a dinâmica de trabalho do Conselho e os entraves relatados nesta pesquisa demonstram que apesar do discurso, no período em que o Partido Verde esteve no poder no município (2001-2012), o CME atuou mais como órgão legitimador das demandas enviadas pela SME do que como instrumento de participação social, nos processos decisórios em relação à educação do município. Os resultados apontam também que, apesar do aspecto positivo da busca por participação, ainda existe um longo caminho a ser percorrido que substitua a forma atual de funcionamento cartorial e burocrática.

**Palavras-chave:** Conselho Municipal de Educação; Atibaia; Participação; Gestão democrática; Políticas Educacionais

## **ABSTRACT:**

The main objective of this research is to analyze the performance of the Municipal Board of Atibaia Education during the period of 2001 to 2012 under the Management of the Green Party (PV) to verify how the City Board of Education has contributed in the processes of decision making, the definitions of public educational policies and public democratization of Atibaia. The methodological process of this research includes interviews with groups of directors and former directors, observations and document analysis. Based on the mode of descriptive and analytical research it was analyzed the Municipal Board of Education in Atibaia, between 2001 and 2012, when it was under the management of the Green Party (PV), whose political speech is based on democratic management and social participation in decision making. Data analysis was achieved using the theoretical framework of boards of education, democracy, participation and democratic management. The Municipal Councils of Education are included in the scenario of the Brazilian educational system as potential instruments of democratization of public policy, they should play the role for which they were created and be the link between the state and civil society in order to provide a dialogical space for the production of educational policies, and to enable greater transparency and collective decisions on municipal education. We checked with the data analysis that the CME Atibaia does not assumes this role, since it does not constitute a link, thus not contributing to the democratization of public administration of the city, on the contrary, the dynamic work of the Council and barriers reported in this study show that despite all the speech, the period in which the Green Party was in power (2001-2012), the CME acted more as legitimizing body of demands sent by SME than as an instrument of social participation, in decision making in relation to municipal education. The results also indicate that, despite the positive aspect of the quest for participation, there is still a long way to go to replace the current form of notary and bureaucratic functioning.

**Keywords:** City Board of Education; Atibaia, participation, democratic management; Educational Policies

## LISTA DE SIGLAS

APEOESP - Associação dos Professores do Estado de São Paulo

APM - Associações de Pais e Mestres

BM – Banco Mundial

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAADE - Centro de Atendimento e Apoio ao Desenvolvimento Educacional

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEA - Centro Empresarial de Atibaia

CEE – Conselho Estadual de Educação

CF – Constituição Federal

CFE - Conselho Federal de Educação

CEI's – Centros de Educação Infantil

CME – Conselho Municipal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CPqD – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento

CNE - Conselho Nacional de Ensino

CPP - Centro do Professorado Paulista

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FAMA - Fanfarra Municipal de Atibaia

FAMINHA - Fanfarra Municipal Mirim

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

HTPC - Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo

IBGE - Instituto Brasileiro de Verificação e Gestão (IBVG)  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases  
MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado  
MEC – Ministério da Educação  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PIB - Produto Interno Bruto  
PME – Plano Municipal de Educação  
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPE – Poder Público Estadual  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PV – Partido Verde  
SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SME – Secretaria Municipal de Ensino  
UDEMÓ - União dos Diretores de Escola do Magistério Oficial  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO I: A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL NA DÉCADA DE 1980 E A POSTERIOR REFORMA DO ESTADO</b>	
<b>1.1 Introdução.....</b>	<b>27</b>
<b>1.2 Modelos de Democracia.....</b>	<b>29</b>
<b>1.3 A Redemocratização do Brasil na década de 1980.....</b>	<b>30</b>
<b>1.4 O Ideário Neoliberal e a Reforma do Estado no Brasil.....</b>	<b>37</b>
<b>1.5 As Políticas Educacionais na Década de 1990 no Brasil.....</b>	<b>40</b>
<b>1.6 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/96 .....</b>	<b>42</b>
<b>CAPÍTULO 2: CONCEITUAÇÃO E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL</b>	
<b>2.1 Introdução.....</b>	<b>43</b>
<b>2.2 Definição.....</b>	<b>46</b>
<b>2.3 Trajetória Histórica dos Conselhos de Educação no Brasil.....</b>	<b>47</b>
<b>2.4 Os Conselhos Municipais de Educação.....</b>	<b>54</b>
<b>CAPÍTULO 3: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	
<b>3.1 Tipos de dados coletados.....</b>	<b>59</b>
<b>3.2 Perfil dos entrevistados.....</b>	<b>59</b>
<b>3.3 Procedimentos de coleta de dados.....</b>	<b>64</b>
<b>3.3.1 Entrevista semi-estruturada.....</b>	<b>65</b>
<b>3.3.2 Análise Documental.....</b>	<b>67</b>
<b>3.3.3 Observação.....</b>	<b>68</b>
<b>3.4 Procedimentos de análise dos dados.....</b>	<b>69</b>
<b>3.5 Organização dos dados.....</b>	<b>70</b>
<b>CAPÍTULO 4: O MUNICÍPIO DE ATIBAIA, O PARTIDO VERDE E O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ATIBAIA: ANÁLISE DE SUA CRIAÇÃO E TRAJETÓRIA</b>	
<b>4.1 O Município de Atibaia.....</b>	<b>73</b>
<b>4.1.1 A educação no Município.....</b>	<b>77</b>
<b>4.2 O PV de Atibaia e a proposta de gestão participativa.....</b>	<b>80</b>
<b>4.3 O Conselho Municipal de Educação de Atibaia.....</b>	<b>84</b>
<b>4.3.1 Funções do CME de Atibaia.....</b>	<b>85</b>
<b>4.3.2 Composição do CME e duração do mandato dos conselheiros.....</b>	<b>87</b>

4.3.3	Forma de Escolha dos Conselhos.....	93
4.3.4	Atribuições do CME.....	94
<b>CAPÍTULO 5: - DINÂMICA DE TRABALHO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ATIBAIA</b>		
5.1	Funcionamento do CME de Atibaia no período de 2001 a 2012.....	97
5.1.1	Eixo 1 – Condições de Trabalho.....	99
5.1.2	Eixo 2 – Participação.....	105
5.1.3	Eixo 3 – Assuntos discutidos.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		125
ANEXOS.....		133

## Introdução

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a atuação do Conselho Municipal de Educação (CME) no município de Atibaia, no período entre 2001 e 2012, ocasião em que esteve sob a gestão do Partido Verde (PV), o qual apregoa em seu discurso político a participação social nos processos decisórios. Dentre as formas de participação institucionalizadas existentes no município, no âmbito da educação, destaca-se no discurso, o CME, o qual funcionaria como um instrumento de democratização da gestão pública.

A justificativa do recorte temporal delimitado nesta pesquisa é a recorrência do discurso sobre “gestão democrática” e “participação da sociedade” nos debates e pronunciamentos políticos circunscritos ao período de gestão do Partido Verde, na cidade de Atibaia.

Devem ser criados mecanismos de democracia direta, como referendos ou plebiscitos que permitam aos cidadãos deliberar diretamente sobre questões de âmbito nacional, regional ou local, facilitada a participação ativa da população em conselhos para deliberar, fiscalizar e dar mais entrosamento e eficácia à ação do poder público.<sup>1</sup>

A gestão democrática da educação - no âmbito federal, estadual e municipal - faz parte de um conjunto de reivindicações veiculadas à democratização da educação básica.

Segundo Pereira (2008, p. 17):

Em 1996, decorrente de exigências constitucionais, a Lei nº 9.394/96 veio estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional vigentes. Nela, a autonomia do Município é reafirmada, e faz-se permitida a organização de seu sistema de ensino, possibilitando a criação de órgãos colegiados para a fiscalização do mesmo.

Desta forma, atendendo aos anseios da sociedade por uma maior participação nas políticas públicas, são criados, em muitos municípios, os Conselhos, dentre eles, os Conselhos Municipais de Educação.

---

<sup>1</sup>Programa Geral do Partido Verde.

Discutir a participação no âmbito de um sistema democrático liberal, tem como finalidade verificar as possibilidades e limitações de instituições democraticamente constituídas no interior de um sistema capitalista. Ou seja, normatizada a constituição dos conselhos, a discussão atual recaiu sobre a sua concretização, sobre a sua gestão, sobre o seu grau de representatividade e de influência nas políticas públicas, sobre a participação e sobre os obstáculos a serem vencidos por tais conselhos

Estudos sobre o tema (GOHN, 2001; TATAGIBA, 2003; DAGNINO, 2002; AVRITZER, 2000; LUBAMBO, 2002) enfatizam a precariedade da participação social nessas novas organizações sociais, os Conselhos Municipais de Educação (CME). Outro ponto levantado por tais estudos é a frequente submissão dos Conselhos aos poderes locais dominantes e, ainda que reconhecido o potencial de transformação política que os Conselhos encerram, tais estudos alertam para um poder bastante limitado destes, os quais se configuram, na maioria das vezes, como instâncias meramente consultivas, sem nenhum poder deliberativo. Nesse sentido, afirma Natal:

Se eles tendem, muitas vezes, a reproduzir um ambiente social avesso à ampla discussão dos assuntos públicos, é também certo que sua simples existência abre caminhos para a entrada na vida dos indivíduos e dos grupos organizados de temas até então ausentes (NATAL, 2011, p.1).

Segundo Guimarães (2005), a participação social nos processos de formulação, deliberação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas provoca, mesmo que de maneira embrionária, a democratização da gestão municipal. Dessa forma, pesquisas sobre o assunto podem contribuir para seu melhor funcionamento.

Pelo exposto, podemos observar que a preocupação com a atuação dos Conselhos Municipais de Educação (CME) é decorrente da configuração de uma sociedade democrática que busca incorporar práticas sociais representativas e participativas nas relações de poder instituídas.

Retomando questões históricas, vale relatar que a luta pelo fim da ditadura, durante as décadas de 1970 e 1980, acirrou a discussão pela participação social como forma de aproximar sociedade e Estado, garantindo, assim, uma estrutura democrática. Contudo, o questionamento acerca do modelo de representação partidária trouxe à tona, segundo Moraes e Correia (2009), a discussão sobre novos desenhos democráticos mais participativos. Nesse contexto, a ideia de democracia participativa surgiu como uma

nova proposta de realizar uma aproximação entre sociedade e Estado, por meio de canais que possibilitassem a vocalização das demandas dos cidadãos e um maior controle e fiscalização das ações governamentais pela sociedade. Contudo, apesar da relevância da participação direta, seus limites - como demanda de tempo e espaço - geraram a possibilidade de pensamento de um tipo de participação institucionalizada, os atuais Conselhos de Políticas Públicas.

Também é relevante analisar, segundo Moraes e Correia (2009), que, para além dos movimentos sociais, a participação passou a ser pensada como uma forma de aliviar as tensões existentes na sociedade geradas pelo sistema capitalista, porém, sem modificação das estruturas de tal sistema. Isso nos leva a dizer que a abertura de espaços formais de participação é pensada de maneira a impedir que os conflitos sociais inerentes ao sistema se tornem tão agudos a ponto de explodir.

A inquietação com a questão apresentada deriva, em parte, de minha atuação como professora de História na rede pública estadual de São Paulo, onde, em vários momentos, as discussões sobre a participação social nas decisões sobre as políticas públicas implantadas pelo governo eram colocadas no âmbito de uma democracia real. Em tais momentos de discussão, tal qual postula uma democracia, não participava quem não tinha interesse, dado que os “canais” para que essa participação ocorresse existiam. Entretanto, essa questão sobre a (não) participação nunca me pareceu justa, ao contrário, me parecia perverso colocar a responsabilidade pela falta de participação no indivíduo, como se tal fosse um ato de voluntarismo.

É importante considerar que os canais criados pela institucionalização do sistema democrático não necessariamente mobilizam a população para que a prática participativa ocorra, no sentido de incentivar e possibilitar mudanças na postura política.

Segundo Gadotti (s/d, p.3)<sup>2</sup>: “Num país com uma estrutura social injusta e tantas desigualdades, a participação social é absolutamente necessária. Ela não é só um *instrumento de gestão*: ela aprimora a democracia e qualifica as políticas públicas”.

---

<sup>2</sup> Este texto foi produzido como uma colaboração para a discussão do **tema geral** da Conae 2014: “O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração”.

Ao ler um artigo de Azanha (1992) sobre gestão democrática e autonomia escolar, deparei-me com inquietações semelhantes às que relatei e percebi que, apesar de decorridas mais de duas décadas do referido texto, estes assuntos permanecem atuais. Na percepção de Lovejoy<sup>3</sup> (apud AZANHA 1992, p.37), a mentalidade de uma época revela-se apreensível, entre outros motivos, pela identificação de determinadas palavras que se tornam “sagradas” em sua época. Tal fenômeno ocorre, pois, num determinado período, essas palavras apareceram como indispensáveis na discussão de certos problemas, embora não seja difícil constatar que, muitas vezes, essas palavras “sagradas” transformaram-se em meros *slogans* e não numa indicação de soluções.

Azanha (1992, p.37) afirma que:

(...) será possível apreender grande parte da mentalidade pedagógica recente se a atenção for focalizada nos usos de algumas palavras, como ‘autonomia’, ‘gestão democrática’, ‘participação’ e outras correlatas. Porque essas palavras se tornaram “sagradas” e, como tais, portadoras, nos seus usos, das crenças, dos valores e dos modismos intelectuais que condicionam as discussões e a proposição de soluções dos problemas educacionais atuais.

Concomitante a essas inquietações, ao ingressar em um curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão Escolar<sup>4</sup>, ao cursar a primeira disciplina - “Políticas Públicas” -, tive a oportunidade de estudar autores - Krawczyk (2008), Gohn (2001), Cury (2000; 2004), entre outros - que discutiam a questão da participação social de forma crítica. Partindo das leituras, e interessada em conhecer melhor o assunto, surgiu a ideia do tema para este projeto de pesquisa, o qual tornou possível o meu ingresso no Mestrado em Educação, no Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas Educacionais, na área de Ciências Sociais na Educação.

O projeto inicial propunha analisar a participação da sociedade na implantação do Plano Municipal de Educação (PME), no Município, mas, após várias discussões com minha orientadora, a qual pacientemente debateu “minhas ansiedades”, decidimos reformular o projeto e chegamos ao objeto e objetivo atual deste estudo.

Assim, o redirecionamento para o Conselho Municipal de Educação como objeto de pesquisa foi fortalecido a partir das leituras acadêmicas realizadas nas disciplinas

---

<sup>3</sup> A. LOVEJOY. **La gran cederia dei ser**. Tradução de Antonio Desmonts. Barcelona: Iraria Editorial, 1983.

<sup>4</sup> Pós graduação (*lato sensu*) em Gestão Escolar – FESB – Bragança Paulista-SP.

cursadas no Programa, e a partir de entrevistas exploratórias que realizei na Secretaria de Educação de Atibaia. Também me chamou a atenção o fato de que ainda são poucos os trabalhos que abordam este assunto do ponto de vista do funcionamento e da contribuição desse órgão para a democratização da gestão pública. Souza e Vasconcelos (2006, p. 51), ao levantarem a produção científica que aborda o assunto, afirmam:

Chama-se a atenção para a necessidade premente de desenvolvimento de pesquisas científicas na área, quer em termos de seu aprofundamento teórico-conceitual e teórico-empírico, quer no sentido do aumento do quantitativo de estudos, bem como no que remete ao emprego de processos metodológicos que permitam comparações menos imprecisas entre os seus resultados.

Outro elemento que motivou a escolha do Conselho Municipal de Atibaia como objeto de pesquisa, foi o fato de este ser um município onde este órgão colegiado ainda não foi estudado, podendo, dessa forma, trazer contribuições para a área.

Assim sendo, esta pesquisa tem o intuito de colaborar para uma melhor compreensão do processo de participação social, por meio do Conselho Municipal de Educação, como órgão consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador da Secretaria Municipal de Educação de Atibaia.

Em palestra recente, realizada na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o prof. Dr. Jorge Olímpio Bento, da Universidade do Porto, afirmou que todo pesquisador deve ter uma pedra no sapato, aquilo que provoca sua curiosidade por um determinado tema. Minha pedra é a participação social nos processos decisórios no âmbito da educação, pensando tal participação de forma crítica e desvinculada do senso comum.

O objetivo geral desta pesquisa consiste na análise da atuação do Conselho Municipal de Educação de Atibaia, durante o período de 2001 a 2012, sob a gestão do Partido Verde (PV), buscando verificar como e em que medida o Conselho Municipal de Educação tem contribuído nos processos de tomada de decisão e de definição das políticas públicas educacionais e na democratização da gestão pública do município de Atibaia.

Os objetivos específicos são:

- 1- Analisar a proposta de democratização da gestão pública do governo, no período de atuação- 2001 a 2012- do Partido Verde (PV);

- 2- Analisar o processo de criação, estrutura e funcionamento do CME do Município de Atibaia, considerando os seguintes aspectos:
  - Composição - segmentos representados no CME;
  - Recursos humanos, materiais e financeiros;
  - Processo decisório e divulgação das decisões;
- 3- Identificar os principais temas tratados no CME e suas respectivas decisões;
- 4- Verificar se o Conselho vem desempenhando suas funções regimentais (consultiva, deliberativa, normativa e fiscalizadora);
- 5- Analisar a participação da sociedade, através do Conselho Municipal de Educação, na elaboração/implementação de políticas públicas na rede municipal de ensino.

### **A estrutura do texto**

O texto está organizado de modo que, na Introdução, apresentamos a pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa.

No capítulo 1, intitulado *A redemocratização do Brasil na Década de 1980 e a Posterior Reforma do Estado*, apresentamos os referenciais teóricos e históricos que subsidiaram o estudo. Serão também apresentados, os modelos de democracia e o processo político-participativo da década de 1980 que deu origem à Constituição Federal de 1988, em cuja o preceito de gestão democrática é acentuado. Ainda falaremos da Reforma do Estado dos anos 1990, que implanta diversas mudanças na educação através da Reforma da Educação.

No capítulo 2, denominado *Conceituação e Trajetória Histórica dos Conselhos de Educação no Brasil*, descrevemos a constituição e a trajetória dos Conselhos de Educação no Brasil, procurando associar as mudanças pelas quais o órgão passou às mudanças históricas ocorridas no país. Finalizando este capítulo, traçamos a trajetória de implantação dos Conselhos Municipais de Educação.

No capítulo 3, intitulado *Procedimentos Metodológicos*, é relatada a opção metodológica assumida no estudo, o tipo de pesquisa realizado, a escolha dos

instrumentos de coleta de dados, a forma como foi realizada a coleta e a organização dos dados para análise. Ainda neste capítulo, falaremos da escolha dos entrevistados.

No capítulo 4, *O Município de Atibaia, o Partido Verde e o Conselho Municipal de Educação: Análise de sua Criação e Trajetória*, buscamos apresentar o município, analisar a proposta de democratização da gestão pública do governo, no período de atuação do Partido Verde (PV), entre 2001 e 2012; bem como procuramos analisar a implantação do CME no município em seus aspectos formais.

No capítulo 5, intitulado *Conselho Municipal de Educação de Atibaia: Dinâmica de Funcionamento*, é realizada a análise do funcionamento do CME, análise esta voltada à percepção que os conselheiros têm sobre a atuação do Conselho, bem como é analisada a relação do Conselho com a SME. Analisamos, ainda, os assuntos que de forma recorrentes permeiam as discussões nas reuniões plenárias. Por fim, tecemos as Considerações Finais.

## **CAPÍTULO 1 – A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL NA DÉCADA DE 1980 E A POSTERIOR REFORMA DO ESTADO**

Para melhor compreensão da constituição dos Conselhos Municipais como órgãos que representam a sociedade sob um modelo democrático representativo, foram expostas, neste capítulo, as características dos modelos de democracia, segundo Macpherson, o processo de redemocratização do Brasil no final do século XX, a Reforma do Estado brasileiro na década de 1990 e o desenvolvimento do conceito de participação social no contexto político então existente.

### **1.1 Introdução**

Atualmente, por determinação legal, a gestão pública tem a tarefa de garantir a participação social nas políticas a serem implantadas pelos governos que a representam, a partir da adoção de mecanismos institucionais que assegurem tal participação. No que se refere à educação, os Conselhos Municipais podem representar esses mecanismos, conforme esclarece Souza (2003, p. 70):

Conselho Municipal de Educação permite a participação da sociedade na fixação dos rumos da educação através da democracia. A fixação de prioridades e metas, em conjunto com as representações dos vários segmentos sociais, permite ao executivo identificar e suprir, com maior precisão as necessidades existentes.

Contudo, a ideia de participação só pode ser entendida dentro de um sistema democrático de governo, e, nesse sentido, compartilhamos da ideia de democracia liberal de Bobbio (2000, p.22) que afirma que esta é “(...) um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados.”

Bobbio (2000, p. 54, 56) destaca, ainda, dois tipos de democracia: a direta e a representativa:

(...) democracia direta se entende literalmente a participação de todos os cidadãos em todas as decisões a eles pertinentes (...). A expressão “democracia representativa” significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade. (...).

Nesse sentido, democracia e os Conselhos de Educação se entrelaçam, uma vez que “(...) os conselhos são estruturas colegiadas, de partilha de poder” (PAZ, 2004, p.22) os quais cumprem a função de mediação entre Estado e Sociedade, a partir de uma gestão democrática que garanta a expressão da vontade dos grupos.

A concepção de cidadão é caracterizada na democracia moderna pela representação dos grupos nos processos participativos e democráticos. Dessa forma, “os grupos e não os indivíduos são os protagonistas da vida política numa sociedade democrática” (BOBBIO, 2000, p. 35).

Conforme Hirst (1992, p. 30-31), embora a democracia seja a noção que domina a política, a maioria dos políticos e cidadãos comuns não têm clareza quanto à sua natureza e ao seu objetivo como mecanismo político, pois “se perguntarmos às pessoas – o que é democracia? para que serve? -, a maioria delas fica confusa. Tendem a ver as instituições democráticas como um fato inquestionável, uma utilidade óbvia, como um valor último ou um fim em si mesmo”.

## **1.2 Modelos de democracia**

Macpherson (1978) desenvolve a análise da democracia mostrando suas principais características e mudanças ao longo do tempo, através de quatro modelos que se deram historicamente, no âmbito do capitalismo, entre os séculos XIX e XX. Contudo, isto não significa que esses modelos tenham se concretizado igualmente em todos os lugares, nem da mesma maneira no interior do sistema capitalista. Para Macpherson (1978, p. 13):

(...) ao contemplar modelos de democracia - passados, presentes ou futuros - devemos ter claramente em consideração duas coisas: os pressupostos sobre os quais toda a sociedade em que o sistema político democrático vai operar, e seus pressupostos quanto à natureza essencial das pessoas que deverão fazer funcionar o sistema (o que evidentemente, para um sistema democrático, significa o povo em geral, e não uma classe governante ou dominante).

O pensamento Macphersoniano decorre da ideia de que não adianta instalar a democracia apenas como um regime político. Para este autor, a democracia vai além

deste princípio, sendo atualmente encarada como uma qualidade que penetra toda a vida e como atividade de uma comunidade - seja ela nacional ou menor-. Segundo Macpherson (1978, p.13), a democracia, “não é tão-somente um mecanismo para escolher e autorizar governos ou de algum outro modo obter leis e que sejam tomadas decisões políticas”.

Em sua obra, Macpherson (1978) destaca a essência da democracia liberal, bem como esta como tem sido e como esta pode ser, tendo por principal interesse o exame dos limites e das possibilidades da democracia liberal em termos de modelos. Dessa forma, o autor apresenta quatro modelos de Democracia - os quais se desenvolvem a partir de um breve esboço histórico das democracias anteriores ao século XIX - em cujos prevalecia uma sociedade sem classes ou sociedade de classe única, sendo eles:

Modelo 1 - Democracia Protetora - apresenta uma base utilitarista, cujos precursores foram Bentham e James Mill. Pode-se resumir este modelo dizendo que nele há uma sociedade de mercado em árdua concorrência, dividida inteiramente em classes, pois é lei da natureza humana que todo indivíduo sempre esteja empenhado em explorar todos os demais - nada pode-se fazer quanto à sociedade. A única opção é impedir que os governos oprimam os governados, para isso, deve existir uma franquia democrática protetora automática. Ou seja, há uma sociedade de mercado livre, e a proteção contra os governos é efetuada através do princípio de “uma pessoa, um voto”. O homem, neste modelo, é considerado um consumidor infinito.

Modelo 2 - Democracia Desenvolvimentista - segundo Macpherson (1978), este modelo tem como iniciador John Stuart Mill, que via o homem não como um ser apropriador e consumidor, mas, sim, com possibilidades de desenvolvimento, pois acreditava Mill na melhoria da humanidade e numa sociedade de indivíduos mais desenvolvidos humanamente e mais igualitários. A raiz deste modelo de democracia, segundo Mill, baseada num homem diferente do vislumbrado no modelo anterior, concebia o homem como “um ser capaz de desenvolver suas forças ou capacidades. A essência humana é exercê-las e desenvolvê-las” (MACPHERSON, 1978, p.53).

A mudança de modelo, segundo Macpherson (1978, p. 49), ocorreu em função de duas mudanças na sociedade do século XIX, as quais exigiam um novo modelo de democracia:

Uma dessas mudanças era que a classe trabalhadora (que Bentham e James Mil não consideraram perigosa) começava a parecer perigosa à propriedade. A outra é que as condições da classe trabalhadora se tornavam tão ostensivamente desumanas que os liberais mais sensíveis nem a podiam aceitar como moralmente defensável ou economicamente inevitável. Ambas essas mudanças suscitavam novas dificuldades para a teoria liberal-democrática. (...).

Modelo 3 - Democracia de Equilíbrio - também podendo ser chamado, segundo Machpherson (1978, p.81), de “modelo elitista pluralista”, tal modelo era capaz de combinar os três termos: “modelo de equilíbrio, elitista e pluralista”, pois combinava as três características citadas acima em sua conceituação. Este modelo fora formulado pela primeira vez por Joseph Schumpeter, o qual vê a democracia como um mecanismo de mercado que procura manter certo equilíbrio entre a procura e a oferta de bem político. Em tal sistema, os consumidores são os votantes e os políticos são os empresários. Este modelo, segundo o autor, prevaleceu no início do século XX, no mundo ocidental.

Modelo 4 - Democracia Participativa - é o modelo defendido por Machpherson, que pondera que o principal problema quanto à democracia participativa é como obtê-la. Caminhando neste sentido, o autor aponta como requisitos a mudança da consciência do povo e uma diminuição da atual desigualdade social e econômica, uma vez que a desigualdade

Exige um sistema partidário não-participativo para manter coesa a sociedade. E na medida em que a desigualdade é aceita, o sistema político de não-participação provavelmente será também admitido, por todos aqueles em todas as classes que preferam estabilidade em vez da perspectiva de completo fracasso social. (MACPHERSON, 1978, p. 103)

### **1.3 A redemocratização no Brasil na década de 1980**

Os anos de 1980 tiveram como marcos importantes transformações políticas e econômicas em toda a América Latina. No Brasil, no âmbito político, encerrou-se uma ditadura militar que durou 21 anos e no campo econômico foi marcado por uma grave crise econômica com altíssimos índices de inflação. Nessa década, a sociedade participou intensamente da luta pela democratização das instituições políticas e pela liberdade de organização política.

Ainda que tenha se constituído em um processo de transição controlada do governo militar para o governo civil (ARELARO, 2000, p.95), a luta pela redemocratização trouxe novos sujeitos políticos e papéis diferenciados para estes, tanto no âmbito da sociedade civil, quanto no âmbito do Estado. Com o avanço democrático e uma maior socialização da participação política, ampliou-se a possibilidade de participação de um conjunto de instituições na representação dos interesses dos diferentes grupos sociais. Essa ampliação da participação política de forma representativa é uma característica do Estado democrático moderno.

Neste processo, foi fundamental a mobilização de diversos segmentos da sociedade, com destaque para os sindicatos, em especial o sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista, liderados, na época por Luís Inácio Lula da Silva. Também participaram deste processo de democratização, intelectuais, artistas e estudantes que, motivados pelo clima de renovação, fundaram um partido político de esquerda: o Partido dos Trabalhadores (PT). Este tinha como bandeira a luta por uma sociedade mais justa, igualitária, democrática, sem exploração nem opressão.

Com a retomada das eleições diretas para Governadores - fato que não ocorria desde 1965 -, em 1982, o movimento pela total redemocratização se tornou mais evidente, intensificando-se, a partir de 1984, com manifestações populares nas ruas, visando à eleição direta para Presidência da República. Os atos expressavam, na verdade, a vontade do povo que não mais aceitava os caminhos impostos pela ditadura e exigiam um novo regime e estruturação estatal, formulados, agora, pela democracia, amparada esta por uma nova Constituição.

A Campanha das “Diretas Já” nasceu como um desdobramento natural da mobilização popular, levando milhares de pessoas às ruas. Estas reivindicavam seu direito de escolher pelo voto direto o presidente da república. Não obstante, mesmo com a intensa mobilização popular, as eleições para Presidente ocorreram de maneira indireta, pelo Colégio Eleitoral. A não aprovação da “Emenda Dante de Oliveira” (1984), que previa a realização de eleições diretas para presidente e vice-presidente da República, adiou para 1989 o pleito que instituiria, novamente, o sufrágio direto para este cargo.

Com a derrota da Emenda das “Diretas já”, e a inesperada morte do presidente eleito pelo voto indireto, Tancredo Neves, o país consternado, assistiu, o então vice-presidente José Sarney, assumir a presidência e continuar o processo de redemocratização. Sarney enviou uma proposta de Emenda Constitucional, aprovada sob o nº 26 (27/dez/85), convocando a Assembleia Nacional Constituinte, na sede do Congresso Nacional, para a elaboração de uma nova Constituição. Esta deveria encerrar definitivamente o autoritarismo do passado.

No final da década de 1980 e 1990, o debate foi marcado por discursos e propostas diferenciadas sobre o papel do Estado na organização econômica e sobre a função social do poder público. Nesta fase, com relação ao movimento de implementação de direitos sociais e um respectivo projeto político econômico, foram emblemáticas as disputas reunindo diversos grupos sociais, como ocorrido na Constituinte e no início da discussão e tramitação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB\96. Dessa forma, a transição democrática se fez acompanhada de um contraditório processo de socialização da participação política, possibilitando o surgimento do debate e de propostas distintas de reestruturação do sistema educacional.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 contemplou a direção indicada pelo consenso produzido entre os educadores e muitas das discussões travadas nesse contexto encontraram-se amalgamadas na Constituição e na nova LDB. No que se refere especificamente à educação, avanços foram consolidados, como a presença da “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”, no Art. 205, Inciso VI, da Constituição Federal. Entretanto, muitas das ‘bandeiras’ do movimento dos educadores dos anos 1980 foram incorporadas com outros sentidos, traduzidos em flexibilidade e minimalismo, não impedindo, mas, também, não obrigando o Estado a realizar alterações substanciais na educação. Assim, os anos de 1990 se iniciam com as características do embate travado nos anos 1980, as quais se configuram, segundo Arelaro (2000, p.96) como:

(...) dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados e a defesa de um novo projeto político econômico para o Brasil, presentes especialmente nas propostas dos governos municipais progressistas, eleitos em 1989; de outro, a assunção de Fernando Collor de Mello, na Presidência

da República, com um discurso demagógico de defensor dos “descamisados” (os pobres) contra os ‘marajás’ (os ricos) e um projeto de caráter neoliberal, traduzindo o ‘sentimento nacional’ de urgência de reformas do Estado para colocar o país na modernidade.

A Constituição de 1988 nasceu, então, na concretude desse momento histórico vivido no Brasil, o qual trazia como características: a participação das manifestações da sociedade civil em favor da democracia, o senso crítico represado pela ditadura e as disputas políticas pela redemocratização da sociedade brasileira (KRAWCYZK e VIEIRA, 2008).

Sobre essa questão, Capdeville (2007, p.68) afirma que:

(...) a luta da sociedade civil contra as diversas formas de opressão imputadas pelos sucessivos governos ditatoriais foi fundamental para o avanço do processo de redemocratização em curso, sendo que a participação da sociedade civil na elaboração de políticas e o aprofundamento da consciência política foram essenciais para o estabelecimento de uma nova ordem, sentida em todos os campos da vida social.

Conforme Telles<sup>5</sup> (apud CAPDEVILLE, 2007, p. 69):

(...) nos anos 80, os movimentos sociais se organizaram, os sindicatos se fortaleceram e as aspirações por uma sociedade mais justa e igualitária ganharam forma na reivindicação de direitos, projetaram-se no cenário político, deixaram suas marcas em conquistas importantes na Constituição de 1988 e se traduziram na construção de espaços plurais de representação de atores coletivos reconhecidos como interlocutores válidos no cenário político nacional.

A Constituição de 1988, traçou regras fundamentais concernentes a variados setores da sociedade, entre eles a educação, a saúde e a assistência social. Com a nova Constituição, a educação recebeu atenção mais acurada, e, apoiada na Carta de 1946, a educação foi recolocada como um direito fundamental, como um pré-requisito para a efetividade dos direitos civis e políticos de cidadania, sendo o Estado a instituição que deve garantir a todos o acesso à educação. .

O Artigo 214 estabelece a obrigatoriedade da elaboração de um Plano Nacional de Educação (PNE) consonante com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Tal plano prevê a relação harmônica entre União, Estados, Distrito Federal e municípios no sistema educacional, em todos os níveis. Fora determinada, por meio de legislação específica, a participação de representantes da comunidade na elaboração deste plano

---

<sup>5</sup>TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

(PNE), de modo a corrigir as tendências naturalmente tecnocráticas da burocracia estatal.

Na CF\88, no Artigo 206, parágrafo VI, aparece o princípio de gestão democrática no ensino público (**VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei**). Podemos entender tal princípio como resultado das lutas pela redemocratização em todos os níveis da sociedade brasileira.<sup>6</sup>

No ensino público, a gestão democrática pressupõe o aumento do poder local através da descentralização desdobrada, tal descentralização pode se dar em duas dimensões: 1) através da municipalização, permitindo a aproximação do cidadão ao poder, aumento do poder local<sup>7</sup> ou 2) através da gestão escolar, em que algumas iniciativas relativas à participação social na gestão das escolas públicas começaram a surgir. Segundo Ghanem (1996), aos poucos foram sendo elaborados discursos e propostas de políticas educacionais nas quais a ideia de envolvimento “da comunidade” na escola passou a assumir uma importância crescente, consolidando-se uma compreensão de que “a educação” é uma área de corresponsabilidade governamental e da sociedade civil.

#### **1.4 O Ideário Neoliberal e a Reforma do Estado no Brasil**

Ao fim da década de 1980 e ao início dos anos 1990, o Brasil, assim como outros países da América Latina, foram influenciados por outro processo de mudança que ocorria mundialmente: a consolidação do ideário neoliberal e a Reforma do Estado. Assim, da mesma forma que a década de 1980 fora marcada pelo processo de

---

<sup>6</sup>Legalmente, observamos que a gestão democrática está amparada tanto pela Constituição Federal (CF 05/10/1988), quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 20/12/1996) e, também, pelo Plano Nacional de Educação (PNE – Lei n. 10.127, de 09/01/ 2001).

<sup>7</sup>O período de crise do regime autoritário brasileiro, vivenciado na década de 1980, foi determinante no acirramento das lutas dos movimentos sociais por maior participação e democracia, fazendo com que a ideia de Poder Local tomasse novo significado: “(...) O Poder Local apresenta-se como um novo paradigma de exercício do poder político, fundado na emancipação de uma nova cidadania, rompendo as fronteiras burocráticas que separam o Estado do cidadão e recuperando o controle do cidadão no seu Município mediante a reconstrução de uma esfera pública comunitária e democrática. Conjugando práticas de democracia participativa à representação tradicional, em que os cidadãos, agindo de forma conjunta com o poder público, passarão a ser responsáveis pelo seu destino e pelo destino de toda a sociedade” (SANTIN, 2007, p. 327).

redemocratização das instituições, pelos movimentos sociais e pela construção de uma nova Constituição, a década de 1990 foi marcada pelo neoliberalismo e pelo processo de reforma do Estado brasileiro, reforma esta orientada pelo ideário neoliberal.

Assim, segundo Silva (2003), devido à crise pela qual passa o capitalismo, as contradições dentro deste modelo tornam-se ainda mais acirradas, reforçando a ideia de que para se reorganizar, o Estado necessita de mudanças estruturais, nesse contexto o Estado é tido como improdutivo e necessita de reformas nas suas ações políticas, surgindo a idéia de que somente um ‘Estado reformado’ seria capaz de levar a economia a uma nova etapa de crescimento.

No Brasil, o Estado foi criticado pelo seu caráter intervencionista, e a redução do seu “tamanho” configurou-se como uma condição ao livre funcionamento do mercado. Ao discutir a redução do tamanho do Estado, Soares (2003, p. 12), chama a atenção para a mercantilização dos serviços sociais, ressaltando:

(...) a intervenção do Estado no social também é vista como pouco ‘recomendável’, devendo ser substituída por um tipo de ‘mercado’ especial em que cabem desde a grande seguradora financeira (que passa a garantir previdência social e saúde para os que podem pagar pelo seguro) até o chamado ‘terceiro setor’, que também inclui uma vasta gama de ‘atores’ (...). A mercantilização dos serviços sociais – mesmo os essenciais, como saúde e educação – também é vista como ‘natural’: as pessoas devem pagar pelos serviços para que estes sejam ‘valorizados’.

Para o ex-ministro Bresser Pereira (1997<sup>8</sup> apud SILVA (s/d, p. 5):

(...) a crise da década de 1980 foi conseqüência do funcionamento irregular do Estado, do seu crescimento distorcido, dos seus custos operacionais, do seu endividamento público e de sua incapacidade de se adequar ao processo de globalização em curso no mundo, o que reduziu a autonomia e a capacidade dos Estados Nacionais para gerirem suas próprias políticas econômicas e sociais.

Dessa forma, no Brasil, as políticas neoliberais começaram a ser implantadas na década de 1990, pelo primeiro presidente eleito, após um longo período de suspensão de direitos políticos, Fernando Collor de Mello (1990-1992). Collor teve como um de seus primeiros atos a chamada abertura econômica. Com a homilia de acabar com os

---

<sup>8</sup> BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Cadernos MARE da reforma do Estado**, v. 1, 1997.

“marajás”, o presidente estabeleceu um discurso de desqualificação do Estado e do peso deste sobre as “costas” da sociedade.

Promoveu, então, várias medidas políticas e econômicas para “sanear” o Estado e para a inserção do Brasil no “mundo globalizado”, incorporando-se ao projeto econômico estabelecido no “Consenso de Washington”<sup>9</sup> (SILVA, s/d). Nesse processo, as reformas deveriam contemplar a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e financeira, a privatização do setor público e a redução do tamanho do Estado.

Nos governos subsequentes, primeiramente com Itamar Franco (1992-1995), que sucedeu Collor após o *impeachment*, e, em um segundo momento, com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), consolidaram-se as medidas para a diminuição do Estado, tendo como parâmetro os ditames do Banco Mundial e do FMI. Assim, reformar o Estado brasileiro foi uma das estratégias atendidas pelo governo de FHC, tendo sido criado um ministério próprio para tal, o MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado. Este ministério esteve sob o comando do então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que elaborou um Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, segundo uma abordagem da Administração Pública Gerencial.<sup>10</sup>

Entre as principais medidas tomadas para viabilizar a reforma, destacam-se as leis que alteram o financiamento, descentralizam e desencadeiam a municipalização da educação. Ocorre, então, uma transferência da oferta de serviços públicos para as esferas administrativas locais, criando-se mecanismos de descentralização dentre os quais se destaca a municipalização do Ensino Fundamental.

Em agosto de 1995, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional nº 173, esta versava sobre a Reforma do Estado Brasileiro,

---

<sup>9</sup> A expressão Consenso de Washington, chamada também de neoliberalismo, nasceu em 1989, criada pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Numa conferência do Institute for International Economics (IIE), em Washington, Williamson listou políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países da América Latina. Por decisão do Congresso norte-americano, as medidas do Consenso de Washington foram adotadas como imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos e acabaram se tornando o modelo do FMI e do Banco Mundial para todo o planeta.

<sup>10</sup> A abordagem da Administração Pública Gerencial tem como pressuposto básico o aspecto operacional, *administração pública* é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico dos serviços próprios do Estado, em benefício da coletividade.

iniciando uma nova ofensiva contra os direitos sociais instituídos com a Constituição Federal de 1988:

(...) amparado pela popularidade e legitimidade reconhecida nas urnas, o então presidente Fernando Henrique Cardoso empreende uma luta ideológica que apresenta os direitos sociais como privilégios e entraves ao desenvolvimento econômico, promove a desregulação da economia e a flexibilização da legislação do trabalho, a diminuição dos gastos públicos, a privatização das empresas estatais, a abertura do mercado aos investimentos transnacionais, dentre outras medidas (SILVA, 2003, p. 68)

Com a reforma, o Estado deixou de ser o principal responsável pela educação, passando a atuar como gestor deste setor. Observa-se que o modelo de planejamento e gestão encontra-se cada vez mais descentralizado, o que podemos perceber através do conjunto de alterações na legislação brasileira, ocorridas a partir de 1996.

### **1.5 As Políticas Educacionais na Década de 1990 no Brasil**

Segundo Andrioli (2002, p.1):

A conjuntura das políticas educacionais no Brasil demonstra sua centralidade na hegemonia das ideias liberais sobre a sociedade, como reflexo do forte avanço do capital sobre a organização dos trabalhadores na década de 90.

Na análise deste autor, são duas as tarefas relevantes ao capital que estão colocadas para a educação, ambas elencadas pelo Banco Mundial: a) ampliar o mercado consumidor, apostando na educação como geradora de trabalho, consumo e cidadania (incluir mais pessoas como consumidoras); b) gerar estabilidade política nos países com a subordinação dos processos educativos aos interesses da reprodução das relações sociais capitalistas (garantir governabilidade).

Sobre a priorização da educação nos países pobres, Andrioli (2002, p. 3) destaca o seguinte trecho da fala do vice-presidente do Banco Mundial: “(...) Para nós, não há maior prioridade na América Latina do que a educação. Entre 1987 e 1992 nosso programa anual de empréstimos para a educação na América Latina e o Caribe

aumentou de 85 para 780 milhões de dólares (...)" <sup>11</sup>. Apesar do discurso citado, não se deve imaginar que as agências internacionais financiam a educação nos países pobres.

Ainda segundo este autor, o principal meio de intervenção na educação é a pressão sobre os países devedores e a imposição de suas “assessorias”. A esse respeito, Corraggio (1998, p. 75) destaca: “A contribuição mais importante do Banco Mundial deve ser seu trabalho de assessoria, concebido para ajudar os governos a desenvolver políticas educativas adequadas às especificidades de seus países. (...)”.

A preocupação das agências internacionais neste momento de crise do capital é para com a situação de crescente pobreza no mundo, ou, antes, o que essa situação pode trazer de instabilidade política, fato que explica o motivo de cada vez mais um banco tradicionalmente voltado para investimentos em infra-estrutura e para o crescimento econômico aparecer como uma agência propulsora de investimentos em setores sociais e na reforma do conjunto das políticas sociais (TORRES, 2000).

Conforme Figueiredo (2001), no Brasil, este esforço aparece na ênfase dada à educação básica, como forma de erradicar o analfabetismo e a pobreza. A construção da “Centralidade da Educação Básica” na sociedade brasileira, na década de 1990, foi resultado das ações realizadas a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em 1990, patrocinada pelo Banco Mundial, juntamente com o PNUD, a UNESCO e a UNICEF.

Podemos, assim, definir como um marco para a educação, a Conferência Mundial de Educação para Todos, pois, através dela, a educação ganha destaque nas agendas nacionais e internacionais. Este movimento em torno da “Centralidade da Educação Básica”, nos anos 1990, reforça o discurso neoliberal, o qual tem como premissa a educação como um papel fundamental, como forma de inclusão social através da empregabilidade. A educação se constrói nesse discurso como alternativa de “ascensão social” e de “democratização das oportunidades”. Assim sendo, a educação, na década de 1990, é, segundo Figueiredo (2001, p.154):

(...) reivindicada para recomposição de vários elementos, entre eles o acesso a noções básicas de higiene, de cálculo, de leitura, de escrita, de regras de

---

<sup>11</sup>Apresentação de Mr. Shahid Husain, vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, na 5ª. Reunião do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação para a América Latina e o Caribe, realizada em Santiago do Chile entre 8 e 11 de junho de 1993.

convivência social, de formação de indivíduos consumidores e competitivos, concebendo-a como meio de promover o crescimento econômico e como caminho para a construção da cidadania e preparação para o trabalho, por meio de um currículo que priorize a aquisição de habilidades mínimas e competências específicas, tendo por finalidade administrar a pobreza e promover a segurança.

## **1.6 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação**

Como já observado, a Constituição Brasileira de 1988, nascida de um projeto de inclusão social e rompendo com o espírito autoritário após o fim do regime ditatorial, determinou que o país deveria ter uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional diferente da anterior. A lei 4024/61 fora elaborada no contexto do desenvolvimentismo e havia sido totalmente modificada pela ditadura civil-militar através das reformulações impostas pela lei 5692/71. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) deveria, portanto, definir e regularizar o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição.

Pode-se afirmar, também que a LDB é resultado de duas propostas antagônicas, marcadas por contextos sociopolítico e socioeconômico distintos, no espaço de menos de uma década. Tal elemento marcou a diferença entre os primeiros projetos encaminhados no final dos anos 1980 e entre o texto final da Lei, aprovado em dezembro de 1996. Segundo Silva (1998), é certo que ambos os projetos possam ser compreendidos dentro do período em que o neoliberalismo já se fazia presente no Brasil, porém, até os anos 1990, seus efeitos pouco se faziam sentir se comparados com as transformações operadas na sociedade brasileira a partir de então.

A primeira proposta, segundo Silva (1998), conhecida como “projeto coletivo”, caminhava em consonância com o movimento de democratização da sociedade. Tal movimento ganhava expressão por defender o atendimento aos direitos humanos. Tratava-se de um projeto elaborado pelos inconformados, devido à forte reprodução da discriminação social ainda realizada pelo sistema escolar brasileiro. Esses inconformados entendiam que, com base na lógica do direito à educação, as diretrizes e as bases da educação não deveriam se subordinar aos recursos disponíveis, mas, ao

contrário, caberia ao Estado, em colaboração com a sociedade, promover as condições para o atendimento desse direito. O projeto, justamente por considerar a situação de carência educacional da população brasileira, ao invés de subordinar as novas diretrizes e bases à precariedade existente, buscava, ao contrário, a elevação dos patamares de investimentos a serem oferecidos à população. Neste projeto, educação era tida como prioridade.

O segundo projeto tornou-se conhecido como Darcy-MEC, em referência à intervenção mais incisiva e à articulação do Senador Darcy Ribeiro com o então ministro da Educação, Paulo Renato Costa Souza. Apesar do projeto Darcy-MEC manter algumas das propostas da primeira proposta, a fim de obter com essa medida alguma legitimidade social, ele eliminou ou transformou a maioria de seus dispositivos. Isso foi possível, segundo Silva (1998), pela aliança do Ministério da Educação com parlamentares que, ao mesmo tempo em que se prestaram a fazer o jogo do governo, se aproveitaram do prestígio decorrente dessa aliança para colocar algumas de suas ideias pessoais no projeto em tramitação.

Portanto, no entender de Silva (1998), a LDB, aprovada em 1996, estava inserida em um contexto sociopolítico e socioeconômico muito distinto, quando comparado ao final dos anos 1980, fase em que os primeiros projetos foram encaminhados. Tal elemento marcou a diferença entre eles. Inaugurado como expressão da vontade coletiva e marcado pela lógica do direito à educação e do dever do Estado em atendê-lo, o projeto inicial foi sendo esvaziado em função das exigências de uma nova realidade, a qual passou a se configurar a partir da inserção mais intensa do país no livre jogo da economia de mercado cada vez mais global e, conseqüentemente, da revisão do papel do Estado em função dos parâmetros da “nova ordem mundial”.

Assim, em 1996, após longas discussões e a substituição do projeto inicial por outro que se encaixasse às mudanças em curso no país, e, de acordo com o ideário neoliberal, foi promulgada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB\9394/96). Tal projeto se constituía como o ápice da concepção da reforma da educação que envolvia, principalmente, a reformulação do Estado, trazendo em seu bojo a proposta de descentralização administrativa da educação. A LDB definiria os campos de atuação de cada esfera do poder público federal, estadual e dos municípios bem

como apontaria para a necessidade de criação de um mecanismo de financiamento que sustentasse o sucesso do projeto.

O resultado dos sete anos do Governo Fernando Henrique Cardoso mostra que as conquistas da década de 1980 foram sendo uma a uma anuladas em nome do ajuste da economia e da atração do capital especulativo, mediante os mecanismos da desregulamentação, descentralização, flexibilização e privatização. A ditadura das leis do mercado, vale dizer do capital e, particularmente, o capital financeiro especulativo, condena milhões de brasileiros ao desmonte dos direitos públicos de saúde, educação, trabalho, cultura, renda mínima, transporte, habilitação e aposentadoria. A consequência no âmbito social é a indigência de quase um terço da população brasileira (FRIGOTTO, 2002, p. 55-56).

Desta forma, muitas das conquistas do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e dos setores progressistas do Congresso foram esvaziadas em nome de uma lei “enxuta”, conectada com as diretrizes dos organismos internacionais.

Quanto à gestão democrática, a nova LDB nº 9.394/96 aborda a questão minimamente, deixando a cargo dos sistemas de ensino as normas que a regulamentam<sup>12</sup>. Todavia, a presença de tal princípio, no seu artigo 14, denota avanço em relação às leis anteriores e possibilidades de mudanças nas organizações educacionais públicas.

Em relação à criação dos Conselhos de Educação, cujo percurso histórico será aprofundado no próximo capítulo, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 não faz menção específica, mas, ao normatizar o princípio de gestão democrática do ensino público, ela estabelece que sejam criados instrumentos de controle e fiscalização dos recursos destinados à educação, fato que impulsionou a proliferação dos Conselhos Municipais de Educação no Brasil.

---

<sup>12</sup> Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:  
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;  
**II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (grifo meu)**

## **CAPÍTULO 2 – CONCEITUAÇÃO E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Neste capítulo, o intuito é apresentar a conceituação dos conselhos, a constituição dos Conselhos de Educação no Brasil e sua evolução com os Conselhos Municipais de Educação até os dias atuais.

### **2.1 Introdução**

Os conselhos, explica Riscal (2010), são estruturas políticas que se encontram entre as mais antigas registradas na história humana, podendo sua existência ser constatada já nas primeiras civilizações da Antiguidade mesopotâmica, cujo papel era, geralmente, o de aconselhamento. Estes conselhos eram formados e compostos por anciãos, sacerdotes ou por notáveis, e seu papel era aconselhar os soberanos em aspectos religiosos ou em momentos de crise, como guerras. Bordignon (2002) a semelhança de Riscal, busca as origens do conselho na antiguidade, afirmando que os estes existiam antes mesmo do surgimento do Estado. Contudo, é necessário, no entender da autora, assinalar que, a cada momento histórico, os conselhos assumem um papel político próprio e específico, conforme a época e a sociedade em que foram constituídos.

Estudos de Gohn (2001, p. 65) apontam que:

Os Conselhos que se tornaram famosos na história foram a Comuna de Paris, os Conselhos dos Sovietes Russos, os Conselhos Operários de Turim - estudados por Gramsci -, alguns conselhos na Alemanha nos anos 1920, conselhos na antiga Iugoslávia nos anos 1950 e os atuais conselhos na democracia americana.

Poderíamos encontrar ainda muitas outras conceituações tentando explicar a origem e as funções que foram sendo atribuídas aos conselhos ao longo de seu percurso histórico, porém, sem ter a pretensão de esgotar aqui este assunto, passaremos à análise da conceituação e da conotação política que o conselho assumiu ao longo da história no contexto brasileiro.

## 2.2 Definição

Cury (2006) afirma que os CME são órgãos públicos voltados para garantir um direito constitucional de cidadania. O autor ressalta que cada conselho assume feições e atribuições próprias, de acordo com o grau de autonomia e das competências que a lei confere ao conselho. É importante ressaltar que este estabelece uma mediação entre o governo e a sociedade. Sobre o significado das funções atribuídas aos conselhos atualmente, veremos cada uma delas mais a frente.

Cabe, no momento, ressaltar, segundo Cury (2006), que os Conselhos não legislam nem atribuem deveres ao Poder Executivo unilateralmente, a não ser aqueles reconhecidos publicamente por ele, por meio do ato da homologação. Os Conselhos definem normas, interpretando e regulamentando a aplicação da lei, no âmbito da administração pública<sup>13</sup>.

Assim, à luz das considerações expostas, podemos definir os conselhos como uma assembleia composta por membros dos diversos segmentos da sociedade, de natureza pública, com a função de aconselhar, dar parecer e deliberar sobre questões de interesse público. Estes são os princípios que vamos observar ao longo deste estudo, os quais são fundamentais ao funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação atuais, bem como garantem o papel desempenhado por tais conselhos: assumir a função de elo de ligação entre o Estado e a sociedade.

Em relação ao percurso histórico dos conselhos, os estudos mostram que, ao longo do século XIX e XX, o seu desenvolvimento e suas atribuições estiveram sempre atrelados às mudanças do papel do Estado e ao caráter democrático dos regimes vigentes.

Tatagiba (2005), ao analisar a constituição dos Conselhos, no período de redemocratização do Brasil na década de 1980, utiliza o termo “Conselhos gestores de políticas públicas”. A autora afirma que estes são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, cuja função é

---

<sup>13</sup> O que o conselho faz é definir, baseado em princípios pedagógicos, normas, processos e ações, visando à obtenção dos objetivos contidos nas leis (CURY, 2006, p.3).

formular e controlar a execução das políticas públicas. De acordo com a autora, os conselhos gestores de políticas públicas constituem uma das principais experiências de democracia participativa no Brasil contemporâneo e, também, representam uma conquista inegável do ponto de vista da construção de uma institucionalidade democrática. Sua novidade histórica, segundo Tatagiba (2005, p.209) consiste em “apostar na intensificação e na institucionalização do diálogo entre governo e sociedade – em canais públicos e plurais – como condição para uma alocação mais justa e eficiente dos recursos públicos”.

### **2.3 Trajetória Histórica dos Conselhos de Educação no Brasil**

No Brasil, os Conselhos de Educação estão historicamente constituídos há várias décadas no âmbito da esfera federal e, posteriormente, na esfera estadual de governo. Contudo, com algumas exceções, no que se refere aos Conselhos Municipais, a sua presença está associada a um período recente, que teve como marco a década de 1990, de intensas mudanças no contexto educacional. Este período fora caracterizado por fortes transformações no Estado e nas políticas públicas implantadas a partir do que se denominou de Reforma da Educação.

A ideia de organização da educação no Brasil, há muito tempo, tem como um de seus componentes os Conselhos de Educação. Os Conselhos existem, segundo Cury (2000) e Monlevade (2000), desde o período imperial, e adquiriram complexidade ao longo dos anos, acompanhando as mudanças históricas pelas quais a sociedade brasileira passou. Para Monlevade:

Os Conselhos existem no Brasil desde o tempo do Império, como órgãos de Estado têm adquirido novas características e finalidades. Da parte do governo, a criação desses organismos está estreitamente articulada a concepções de eficiência, de controle social e de legitimação política. Porém, podem apresentar outros significados, nos quais a participação da sociedade civil carrega a expectativa da criação de novas formas de relacionamento entre Estado e os cidadãos, a fim de garantir o acesso aos seus direitos (MONLEVADE, 2000, p. 15).

Nesse sentido, os estudos sobre os Conselhos resgatam um recorte da História da Educação no Brasil, lançando luzes à forma como o Estado trata a questão da educação.

Estudos de Poletto (1982), Bourdignon (2005) e Oliveira (1992) demonstram que a primeira tentativa de criação de um Conselho de Educação no Brasil ocorreu na Bahia, em 1842. Em 1846, a Comissão de Instrução Pública da Câmara de Deputados propôs a criação do Conselho Geral de Instrução Pública. Em 1870, o então ministro do Império retoma a ideia inicial renomeando este Conselho de Superior de Instrução Pública. Em 1892, com a Reforma Benjamin Constant, foi criado, através do decreto 1.159\1892, o Conselho de Instrução Superior, o qual deveria dirigir os programas de ensino dos diferentes cursos.

Com a proclamação da República, o país adotou nova forma de governo e de Estado, tornando-se uma República Federativa, o que provocou mudanças nas políticas implantadas no país, inclusive na educação.

A educação, neste período, de acordo com Cury (2000, p.75), foi objeto de debates em várias ocasiões de modo direto e indireto. Em algumas delas, o tema assumiu papel fundamental, dentre os quais citamos:

- a organização do ensino, no que se refere à repartição de competência entre os entes federados e a possibilidade da atribuição de sua realização a pessoas de direito privado;
- a laicidade: a determinação de uma postura não religiosa da escola pública (do que não se deve deduzir qualquer tipo de defesa da irreligião);
- a obrigatoriedade e gratuidade da instrução pública primária: omissão explicável, ao menos no âmbito das falas sobre a gratuidade, pelo princípio federativo.

Durante todo o Império, mais propriamente nas duas primeiras décadas da República, as propostas de criação de um conselho nacional de educação não obtiveram êxito, somente em 1911 se efetivou a sua criação com amplitude nacional.

Com a Reforma Rivadávia, de 1911 (Decreto nº 8.659/1911), foi criado o Conselho Superior de Ensino, que, como o próprio nome sugere, demonstrava preocupação com demandas exclusivas do Ensino Superior em detrimento da educação básica. Tal conselho tinha a função de fazer transitar os cursos superiores do regime oficial para o regime de corporações autônomas.

A Reforma Rocha Vaz, de 1925, mediante o Decreto nº 16.782/1925, altera a denominação do Conselho Superior de Ensino para Conselho Nacional de Ensino. Essa remodelação objetivava atender todos os níveis de ensino, demonstrando seus avanços, ainda que limitados, quanto à organização e funcionamento dos três níveis de ensino.

Este conselho tinha caráter opinativo e deliberativo. Foi a primeira vez que um conselho passou a ser estruturado em seções: Ensino Secundário e Superior, Ensino Artístico e Ensino Primário e Profissional.

Composto de três seções (Conselho do Ensino Secundário e Superior, Conselho do Ensino Artístico e Conselho do Ensino Primário e do Profissional), o Conselho de 1925 tinha por definição legal a indicação das atribuições específicas da seção relativa ao ensino secundário, que deveriam ser assumidas, naquilo que fosse aplicável, pelas duas outras seções. Tais atribuições colocavam-no, na maioria dos casos, na condição de órgão de execução da administração do ensino. (TEIXEIRA, 2004, p. 694 – 695)

Até este período, como podemos observar, os Conselhos eram criados para ordenar prioritariamente questões relativas ao ensino superior e secundário, o que denota o caráter excludente da sociedade brasileira em relação à educação fundamental pública direcionada às camadas mais pobres da sociedade.

### **A educação e os Conselhos na Era Vargas**

A década de 1930 tornou-se um marco para a educação devido às reformas em vários estados. De acordo com Cury (2000), foi durante o governo provisório de Getúlio Vargas que novas mudanças educacionais foram implantadas pela Lei Francisco Campos. Em 1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação, Decreto nº 19.850/1931 regulamentado pelo decreto nº 174 de 1936. Ao ser recriado em 1931, foi atribuído ao CNE um caráter técnico, diferenciando-o, nesse aspecto, do anterior, sem que se abdicasse da sua feição administrativa. O documento legal que o constituía afirma, entretanto, o contrário. Diz o Decreto n. 19.850/31:

Artigo 4º – O Conselho Nacional de Educação não terá atribuições de ordem administrativa, mas opinará em última instância sobre assuntos técnicos e didáticos e emitirá parecer sobre as questões administrativas correlatas, atendidos os dispositivos dos estatutos das universidades e dos regulamentos dos institutos singulares de ensino superior.

O titular da pasta do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, criado em 1930, Francisco Campos (1930-1932), era o presidente do conselho. Essa forma de presidência ainda é frequente nas legislações que estabelecem a atuação de colegiados de educação nos municípios brasileiros.

No campo do ideário pedagógico, é forte a influência do escolanovismo, traduzido no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932), marco referencial do pensamento liberal. As ideias do escolanovismo repercutem nas ideias e reformas propostas em momentos históricos subsequentes. Dentre os vários aspectos abordados pelos Pioneiros da Educação Nova, podem ser ressaltados alguns pontos inovadores dentre eles, a própria caracterização da educação brasileira. Os pioneiros eram a favor de uma educação pública, gratuita, mista, laica e obrigatória. Ou seja, o Estado deveria se responsabilizar pelo dever de educar o povo, responsabilidade esta que era, a princípio, atribuída à família. Os pioneiros não prescindiam da colaboração da família, mas era dever do Estado prover os meios necessários, através da criação de fundos constituídos, para este fim. O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932) enfatiza, também, a necessidade da descentralização e da autonomia frente aos interesses que compõem o Estado e defende que a principal função da escola é o seu caráter transformador, visando o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

Não obstante, os conselhos, neste período, segundo Romanelli (1997, p.140-141), tiveram, quanto a sua representatividade, duas falhas graves: a primeira, foi à ausência total de representação do magistério ou do pessoal ligado ao ensino primário e profissional; a segunda, foi a super-representação do ensino superior, sendo que, o artigo 5º, alínea 7, fixava, entre as atribuições fundamentais do Conselho, a de “firmar as diretrizes gerais do ensino primário, secundário e técnico e superior, atendendo, acima de tudo, aos interesses a civilização e da cultura do país”.

A Constituição de 1934 disciplinou o direito à educação no artigo 5º, XVI, 148 a 158. O artigo 149 caracterizou tal direito como subjetivo público:

(...) direito de todos e deve ser ministrada pela família e os poderes públicos, cumprindo a estes proporcionar o acesso a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite o desenvolvimento eficiente de valores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (CF/1934).

O artigo 152 dispõe como atribuição do Conselho Nacional de Educação, agora constitucionalizado, que:

Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias

para a melhor solução dos problemas educativos, bem como a distribuição adequada dos fundos especiais (CF\1934).

Assim, segundo Bordignon (2009), o Conselho Nacional de Educação, na Constituição de 1934, assumiu forma diversa com a atribuição de elaborar o Plano Nacional de Educação, o qual deveria ser aprovado pelo Poder Legislativo. Contudo, as funções predominantes deste Conselho continuavam a ser as questões do Ensino Superior.

Uma novidade incorporada nessa Constituição, conforme Romanelli (1997), foi a atribuição de fundos para garantir o financiamento da educação. Em relação aos recursos destinados a essa finalidade, foi fixada, pela primeira vez, a aplicação de receitas de cada ente da Federação para sua implementação, incluindo-se aqui os municípios. Estados e Distrito Federal aplicariam, pelo menos, 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos. Os municípios e a União direcionariam, pelo menos, 10% da renda resultante dos impostos à manutenção e desenvolvimento de educação. A Constituição previu, também, a formação de fundos de educação com a participação da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em 1937, com o apoio do exército Vargas, encerrou-se o período democrático com um golpe de Estado, tendo início o que se denominou “Estado Novo”. Na prática, fora implantada uma ditadura civil com a justificativa de afastar o “perigo comunista”. Em consequência de uma nova situação política, uma nova Constituição fora criada, refletindo o novo contexto nacional.

Segundo Palma Filho (2005), o texto da nova Constituição, elaborado por Francisco Campos, inspirado pela constituição fascista da Polônia, criou um estado corporativista. Um capítulo especial para a educação e a cultura (artigos 128 a 134) fora mantido. Entretanto, segundo o autor, a obrigação do Estado, em matéria de educação, ficara muito modesta. No artigo 128 dessa nova Constituição, afirmava-se ser “dever do Estado *contribuir*, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outras favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino”. Como observa Romanelli (1997, p. 153), “Aquilo que na Constituição de 1934 era um dever do Estado passa, na Constituição de 1937, a uma ação meramente

supletiva”. Nesta, desaparece a exigência de um Plano Nacional de Educação, modificando, segundo Romanelli (1997, p. 153) a situação, pois nova Constituição deixava de proclamar o dever do Estado quanto à educação, limitando, dessa forma, a ação estatal no âmbito educacional. Quanto aos Conselhos, “eles continuam a existir, mas com ação apenas de assessoramento ao Estado, aparecendo na Lei 378, de 13 de janeiro de 1937, ao lado do Conselho de Saúde, como órgão de cooperação do Ministério da Educação e Saúde Pública”.

### **A volta do regime democrático na década de 1940: muitas mudanças...**

Com o fim do Estado Novo, em 1945, o Brasil iniciou seu processo de redemocratização, e, em 1946, a quarta Constituição da República foi promulgada, inspirada no ideário liberal-democrático. Nesse contexto, a questão educacional foi uma das principais demandas da população, ganhando destaque na Constituição de 1946.

No período compreendido entre 1946 e 1964 observa-se uma tensão entre duas visões de Plano de Educação que, de certo modo, expressa a contradição entre as forças que se aglutinaram sob a bandeira do nacionalismo desenvolvimentista que atribuíam ao Estado a tarefa de planejar o desenvolvimento do país libertando-o da dependência externa, e aquelas que defendiam a iniciativa privada se contrapondo à ingerência do Estado na economia e àquilo que taxavam de monopólio estatal do ensino. Ambas essas tendências repercutiram no debate que se travou por ocasião da discussão no Congresso Nacional do projeto da nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (SAVIANI 1999, p.127)

Assim, no modelo de Estado adotado, a educação voltou a ser assunto de relevância e um capítulo a ela foi dedicado (artigos 166 a 175). Este novo modelo de Estado também dispunha de outros dispositivos que interessavam diretamente à educação. Importante observar que, neste período, o país estava passando por um processo de desenvolvimento urbano iniciado durante a era Vargas. Este se intensificou ao fim da segunda guerra mundial, sendo necessário mão de obra qualificada para as novas demandas exigidas pelo mundo do trabalho, em que a educação tem um papel fundamental.

A União, com a atribuição que recebeu de “fixar as diretrizes e bases da educação nacional”, encaminhou uma proposta de LDB ao Congresso, iniciando um

longo processo de gestação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que só seria sancionado em 1961. Tal processo contou com acaloradas discussões entre os educadores progressistas, defensores da escola pública, e os conservadores, partidários da defesa de privilégios à escola privada. Segundo Martins (2000 apud SILVA 2009, p. 33):

Desde o final da década de 1940, durante o processo de elaboração de projetos da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, entre as várias temáticas discutidas pelos diferentes grupos em disputa, encontrava-se a dos conselhos atrelados à educação. Assim, os treze anos de tramitação dos projetos ‘mobilizou uma série de estudiosos da educação, fomentou o debate acadêmico, tornou-se matéria política do Congresso Nacional...’.

Dessa forma, em 1961 após muitos debates, a Lei nº 4.024/61 transforma o Conselho Nacional de Ensino (CNE) em Conselho Federal de Educação (CFE), conforme Constituição Federal, art. 9º, com atribuições que abrangiam desde questões de macro política educacional até questões particulares, como autorização e reconhecimento de cursos, entre outras. É importante considerar, segundo Silva (2009), que a mudança não foi apenas de nomenclatura, mas estava condicionada à ideia de um sistema nacional de educação fragmentado, pois fora constituído a partir do eixo do federalismo.

De acordo com Lima (2001, p. 107),

O Conselho Federal de Educação era caracterizado, no ato de sua criação, como órgão consultivo do Ministro da Educação nos assuntos relativos ao ensino. Não tinha o caráter de poder decisório, pois deliberava sobre assuntos técnicos e didáticos de relevância das Universidades e dos Institutos de ensino Superior.

Essa mesma lei, em seu artigo 10º, é responsável pela criação dos Conselhos Estaduais de Educação e de um Conselho Municipal de Educação<sup>14</sup>, resultantes, segundo Fonseca<sup>15</sup> (apud SILVA, 2009, p. 33), do “conflito e da acomodação de

---

<sup>14</sup> Anísio Teixeira, durante sua gestão como Inspetor Geral do Ensino da Bahia, defendendo o ensino público laico e gratuito e a ideia de “localismo educacional”, criou em 1925 a Lei n. 1.846/25 para reformar a Instrução Pública do Estado da Bahia. Com essa Lei, propunha a criação daquilo que seriam os primeiros Conselhos Municipais de Educação no País, no entanto, só em 1964 é que foi autorizado, pelo já criado Conselho Federal de Educação, aquele que foi considerado o primeiro Conselho Municipal de Educação, não na Bahia, mas na cidade de Estrela no Rio Grande do Sul. (BRASIL, 1964).

<sup>15</sup> FONSECA, D. M. da. **O pensamento privatista em educação**. Campinas: Papirus, 1992 (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

interesses que permeou a tramitação e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4.024/61)”.

### **A apropriação dos Conselhos pelo setor privado**

Em 1964, após vivenciar a experiência da redemocratização, o país voltou a mergulhar numa fase marcada pelo autoritarismo. Com o golpe de Estado, em abril de 1964, encabeçado pelos militares e com o apoio de setores conservadores da sociedade, viria o mais longo período de ditadura do Brasil (1964-1985). Nesse momento, segundo Lima (2001, p. 109), “a atuação dos Conselhos de Educação privilegia o atendimento ao setor privado e contribui para a Reforma Educacional através das Leis nº 5.540/68<sup>16</sup> e nº 5.692/71<sup>17</sup>”.

Contudo, segundo Lima (2001), apesar de o governo ditatorial instaurado possuir um caráter extremamente centralizador no que diz respeito ao controle político e econômico, paradoxalmente, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de número 5.692 de 1971, foram criados instrumentos de participação e descentralização da educação no âmbito municipal. No entanto, Lima entende que tal paradoxo é neutralizado, visto que:

A União não abriu mão de seus controles: do ponto de vista curricular assegurou-os pela determinação do núcleo comum e dos mínimos profissionalizantes; do ponto de vista do financiamento, a questão já estava equacionada pelo F.N.D.E – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; e do ponto de vista administrativo, a grande maioria das matrículas estava a cargo das redes estaduais (LIMA, 2001, p. 36).

### **Os Conselhos de Educação e a participação popular**

Os anos 1980 são marcados no Brasil por movimentos em defesa da redemocratização no país e pela crítica ao modelo democrático representativo e às organizações políticas. Nesse contexto, a proposta dos conselhos foi colocada pelos diversos grupos que lutavam por direitos sociais e participação política. Em 1985, o

---

<sup>16</sup> Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

<sup>17</sup> Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

Brasil voltou a ser um Estado Democrático, este processo culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em que os Conselhos apareciam como centro das discussões sobre políticas sociais no Brasil, acirrando os debates acerca da necessidade da gestão democrática da educação (explicitada no artigo 206 da Constituição Federal de 1988).

Para Lima (2001, p.82):

A Constituição não trata nominalmente os Conselhos. No entanto, quando se refere às decisões colegiadas, remete-nos à constituição destes. Assim, o “espírito da lei” indica que, para que as decisões sejam democratizadas, são necessários órgãos deliberativos que sejam representativos dos vários segmentos que compõem as diversas organizações.

Em 1991, durante o governo do presidente Itamar Franco, com denúncias de irregularidades, o Conselho Federal de Educação é extinto. De acordo com Minto e Muranaka (1997, p. 3) utilizando expressão de Murílio de Avellar Hingel, ministro da Educação, do governo Itamar Franco, “extinguiu-se o balcão de negócios”, que era o Conselho Federal de Educação. No seu lugar, segundo Leher (2005), foi instituído o Conselho Nacional de Educação, criado inicialmente por Medida Provisória, em 1994. Quando reeditada, esta lei vigorou durante o primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso e visava atender as demandas políticas do governo. Sua instituição definitiva foi estabelecida em 1995, com a introdução da Câmara de Educação Básica e da Câmara de Educação Superior, que, possuindo uma constituição paritária, gozava de nova forma de composição: seus membros eram indicados pelo governo e por entidades da sociedade civil organizada. (BORDIGNON, 2009)

O CNE em vigor, criado pela Lei nº 9.131/95 e confirmado, posteriormente, pela Lei nº 9.394/96 (art. 9ª, § 1º), sem se referir diretamente aos “conselhos de Educação”, admitia a existência de “órgãos normativos do sistema”. É preciso assinalar, segundo Cury (2001), que a Constituição Federal de 1988 reconhece os municípios como entes federados e, pelo artigo 211, reconhece-se a existência de sistemas municipais de educação.

A noção de Sistemas de Ensino, segundo o Parecer 30/00 do Conselho Nacional de Educação (CNE), reconhece o Brasil como uma República Federativa formada pela

união indissolúvel dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, que é assim entendida conforme Cury, relator do Parecer:

A Constituição faz uma escolha por um regime normativo e político, plural e descentralizado onde se cruzam novos mecanismos de participação social com um modelo institucional cooperativo que amplia o número de sujeitos políticos capazes de tomar decisões. Por isso mesmo, a cooperação exige entendimento mútuo entre os entes federativos e a participação supõe a abertura de arenas públicas de decisão. A insistência na cooperação, a divisão de atribuições, a assimilação de objetivos comuns com normas nacionais gerais indicam que, nesta Constituição, a aceção de sistema se dá como sistema federativo por colaboração tanto quanto de Estado Democrático de Direito. (PARECER CNE 30/00).

As mudanças constitucionais, citadas a partir de 1988, acirram um novo debate acerca do papel dos Conselhos de Educação no Brasil. Para Bourdignon (s\d), os Conselhos, até então a serviço dos governos, assumem uma nova natureza de órgão de Estado, o que demanda destes uma nova função, composição e condições de funcionamento.

Para elucidar melhor essa questão, Bourdignon (s\d, p. 16) explica:

**O Estado** tem o caráter da perenidade, da institucionalidade permanente. É constituído pela estrutura jurídica que define a institucionalidade da Nação. Nos regimes republicanos democráticos, os interesses do Estado se identificam com os dos cidadãos, com a vontade nacional. **O Governo** tem o caráter da transitoriedade. Nos regimes democráticos [o governo] é exercido pelos agentes públicos eleitos ou nomeados para exercer o poder político, na gestão do Estado, em um determinado momento.

Para Bourdignon (s\d), a recente discussão acerca da mudança da natureza dos Conselhos de Educação - de “órgãos de Governo” para “órgãos de Estado” - é percebida, atualmente, e situada como importante porque, historicamente, no Brasil, os conselhos foram subsumidos aos governos e estes, por sua vez, estiveram mais voltados para interesses de grupos dominantes, com viés patrimonialista. Essa tensão, segundo o autor, está na raiz da formação histórica do Estado brasileiro, que permitiu aos “donos do poder”<sup>20</sup> se apossarem patrimonialmente do Estado e instituírem uma burocracia baseada na obediência à vontade dos governantes de plantão. Assim, embora tenha sido da tradição dos Conselhos sua constituição com mandatos não coincidentes com os

---

<sup>20</sup> O autor utiliza o conceito de patrimonialismo de Raimundo Faoro descrito em sua obra Os Donos do Poder, 1958.

mandatos do respectivo poder executivo, a livre nomeação dos conselheiros por este, os situou historicamente como órgãos a serviço do governo.

Bourdignon (s\d) afirma que os Conselhos assumem feição de órgãos de governo quando, na sua composição e no exercício de suas funções, expressam, traduzem e legitimam, junto à sociedade, a vontade de determinado governo. Os Conselhos de Educação se constituem como órgãos de Estado quando representam, articulam e expressam a vontade da diversidade social; quando falam ao governo em nome da sociedade para responder às suas aspirações e, em nome dela, exercem suas funções. Tais Conselhos ainda se constituem como órgão de Estado quando formulam políticas educacionais para além da transitoriedade dos governos.

A referência aos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação se consolida pela Lei nº 9.424/96, que institui o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Segundo Oliveira (1999, p. 11), “A criação deste fundo deu origem a uma nova discussão no âmbito do financiamento do ensino, em que “ganhar” ou “perder” recursos, nas esferas estaduais e municipais, tornaram-se palavras de ordem”.

Embora regulamentados por leis estaduais e federais, os Conselhos Municipais devem ser criados por lei municipal. A justificativa mais provável para a criação dos CME, como já assinalamos no capítulo 1, deve-se ao fato de a legislação em vigor desde 1996 preconizar que, para receber os recursos oriundos das políticas sociais e, dentre esses, o FUNDEF e, posteriormente o FUNDEB, era necessária a criação dos Conselhos para o acompanhamento e fiscalização dessas políticas sociais. Assim, a democracia participativa se dava por vias formais, por meio da institucionalização de mecanismos de participação.

Essa associação, entre a proliferação dos CME e a legislação, especialmente a que regulamenta a destinação de fundos à educação, é significativa, uma vez que a maioria dos Conselhos de Educação do Estado de São Paulo foi implantada concomitante ao processo de Reforma da Educação dos anos 1990, já em um contexto histórico e ideológico - o ideário neoliberal- diferente dos ideais participativos nascidos dos movimentos sociais da década de 1980. Um dos conceitos caros ao neoliberalismo aplicado à reforma educacional é a descentralização do ensino. O processo de

descentralização, efetivado pela municipalização do ensino, implicava em várias medidas a serem implantadas pelos governos locais, entre elas, a constituição dos Conselhos de Educação.

Para explicar essa apropriação de termos - do discurso democratizante pelo discurso neoliberal - a qual passa a ter significados opostos, Dagnino (2004) afirma que os países latino-americanos e o Brasil, em particular no cenário da luta pelo aprofundamento da democracia, são marcados por uma “confluência perversa” entre um projeto político democratizante, participativo, e um “projeto neoliberal”. Ressalta o autor, portanto, que é fundamental a diferenciação entre esses dois projetos, a fim de não cairmos na armadilha de, cada vez, mais eximirmos o Estado de suas responsabilidades, por meio daquilo que Dagnino (2005, p. 46) chamou de “apropriação e re-significação de referências caras ao projeto democrático que, redefinidas, passam a abrigar significados fundamentais do projeto neoliberal”. Dentre as referências do projeto democrático, Dagnino destaca três que lhe parecem as mais importantes neste processo de re-significação, são elas: 1) as noções de sociedade civil, 2) de participação e 3) de cidadania. Quando re-significadas, verificamos a apropriação das três referências citadas pela teoria neoliberal, tais como a descentralização e a municipalização, que fazem parte de um novo projeto de administração implantado no Brasil sob o nome de Reforma do Estado.

## **2.4 Os Conselhos Municipais de Educação**

Como exposto acima, as mudanças constitucionais de 1988, as quais postularam novas esferas de atuação de cada ente da federação, e as posteriores mudanças ocorridas em decorrência do art. 60 da constituição, como a criação de um fundo de manutenção do ensino fundamental e a valorização dos professores, mais tarde regulamentado pela Lei 9424, de 24 de dezembro de 1996, levaram alguns estados, como São Paulo, a anteciparem medidas que induzissem os municípios a estabelecer convênios com a rede estadual ou a criarem redes de ensino próprias (OLIVEIRA, et al., 2006).

Em 1989, com a promulgação da Constituição Estadual do Estado de São Paulo, em seu artigo 243, previu-se a existência de Conselhos Regionais e Municipais de Educação, remetendo para lei complementar a regulamentação da matéria. (OLIVEIRA et al., 2006), o que ocorreu em 1995, com a Lei 9.143, de 09 de março, que regulamentou os preceitos constitucionais, dispondo em seu Art. 1º que os colegiados eram: “Órgãos normativos, consultivos e deliberativos dos sistemas municipais de ensino e serão criados e instalados por iniciativa do Poder Executivo Municipal”.

Sobre as funções do Conselho, Cury (2004) entende que é necessário oferecer alguns esclarecimentos sobre a natureza destes, e explica que cada conselho assume feições e atribuições próprias. Em geral, as normas sobre os Conselhos referem-se às funções deliberativas, consultivas, normativas, mediadoras, mobilizadoras, fiscais, recursais e outras.

A respeito da nova configuração que é proposta aos conselhos, dentro de uma perspectiva democrática, Silva (2009, p. 39) analisa que:

Em decorrência (da perspectiva democrática), as leis dos Conselhos de Educação são alteradas e os mesmos são reorganizados ou reestruturados, definindo-se um caráter mais participativo nesses órgãos, que passam a contar na sua composição com representantes indicados por segmentos da sociedade civil organizada, e não mais apenas por membros escolhidos pelo Poder Executivo. Além disso, um novo papel lhes é conferido: o de interlocutor e representante dos interesses da sociedade, devendo, portanto, atuar na defesa dos direitos sociais assegurados na Constituição Federal (arts. 205, 206 e 208) como o *direito de todos a um ensino de qualidade* (grifos do autor).

A partir dessas considerações, é possível afirmar que o processo de redemocratização do Estado brasileiro procurou fortalecer a participação popular na gestão e no controle social das políticas públicas. Na educação, segundo Silva (2009), o princípio da gestão democrática tornou-se um preceito constitucional por ser entendido como uma questão ética e política. Assim, sustenta-se a participação da sociedade civil na definição, fiscalização e avaliação das políticas educacionais implementadas nos diversos sistemas de ensino do país.

Sobre os Conselhos, na forma como estão atualmente constituídos, espera-se delas traduzir a garantia da efetivação da democracia, o estabelecimento de ações e normas adequadas à comunidade, uma maior proximidade e conhecimento dos

problemas educacionais do município e a fiscalização dos poderes públicos. Entretanto, os estudos realizados demonstram que esses órgãos apresentam deficiências e dificuldades que dificultam e, não raro, impossibilitam sua efetiva atuação. Segundo Abramovay (2001), “não há estudo sobre o tema que não enfatize a precariedade da participação social nestas novas organizações e sua tão frequente submissão a poderes locais dominantes”.

Para Cury (2002, p.176),

O contraponto é, em primeiro lugar, nossa forte tradição de ‘estadania’ (...) e fraca tradição no que se refere à presença e instituição de conselhos de controle da cidadania. Isso restringe essa promessa pois nem em todos municípios eles se implantaram e, muitas vezes, onde se constituíram, o que deveria ser transparente e de domínio público acaba se tornando mais um espaço a ser coberto pelo mandonismo e pela troca de favores. Ou seja, um instrumental público que se vê privatizado pelos interesses avessos à transparência do poder.

Corroborando o acima exposto, estudos realizados por Lima (2001), Gohn (2001) e Tatagiba (2005) apontaram para os perigos dos conselhos municipais constituírem-se em mecanismos de legitimação e de extensão do Poder Executivo. Assim, atingir as finalidades para que foram criados, ou seja, tornar os Conselhos Municipais de Educação espaços de participação na gestão pública, contribuindo para democratização das decisões educacionais é um desafio que ainda não foi vencido.

## **CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Com o objetivo de investigar a atuação do Conselho Municipal de Educação de Atibaia em relação e sua contribuição nos processos de tomada de decisão, de definição de políticas públicas educacionais e de democratização da gestão pública do município, a metodologia usada nesta pesquisa baseou-se no paradigma da pesquisa qualitativa de natureza descritiva. Esta envolve análise documental e entrevista semi-estruturada, por entender que este tipo de pesquisa, de acordo com Vergara (2000, p. 47), expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, estabelecendo correlações entre vários aspectos. Procurou-se observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos ou fenômenos, sem que o pesquisador interferisse neles ou os manipulasse.

Zanella (2009) caracteriza este tipo de pesquisa como aquela cujos procedimentos metodológicos evidenciam a necessidade de descrever para analisar.

O recorte temporal da pesquisa compreende o período de 2001 a 2012, cuja gestão estava a cargo do Partido Verde no município de Atibaia, onde se localiza o objeto deste estudo.

### **3.1 Tipos de dados coletados**

Os dados foram coletados em três tipos de fontes:

- documentos que descrevem a implantação e estrutura deste órgão e registros das atas das reuniões ordinárias que descrevem o funcionamento do CME em Atibaia;
- observações realizadas nas reuniões do CME, nas quais estive presente, no período de maio a outubro de 2012.
- entrevistas semi-estruturadas, junto aos participantes da pesquisa.

### **3.2 Perfil dos entrevistados**

Foram sete os entrevistados, a Diretora de Educação do Município, três conselheiros e três ex-conselheiros municipais de educação, o que aponta para uma amostra que contempla diferentes gestões e diferentes segmentos representativos da sociedade.

Ao escolher a Diretora da SME e os conselheiros e ex-conselheiros como os relatores verbais deste estudo, considerara-se o que Luna (1997) entende como necessário ao selecionar informantes: que estes detenham a informação, que sejam capazes de trazê-las e que estejam dispostos a fazê-lo.

A primeira entrevista foi realizada com a Diretora do Departamento de Educação, a qual ocupava o cargo da SME de Atibaia desde 2010. Na época, a entrevistada também era conselheira do CME e exercia a função de presidente do órgão. Formada em Pedagogia, ocupou os cargos de professora e diretora de escola da rede municipal de ensino, função que voltou a exercer ao final do mandato do PV, em Atibaia.

Os seis conselheiros entrevistados foram:

- 1- A conselheira denominada CA, que participa do CME de Atibaia desde sua criação no ano de 1997, a qual se manteve afastada do cargo por um período de tempo e foi, depois, novamente convidada pela Secretária da Educação para assumir o cargo. Esta já desempenha o seu segundo mandato. A conselheira tem 60 anos, possui formação em Pedagogia, foi professora da EJA da rede estadual, e atua como professora da EJA e das séries iniciais na rede municipal. Representa no CME o Centro do Professorado Paulista - CPP, entretanto, embora represente um segmento da sociedade civil, mantém um vínculo empregatício com a Secretaria de Educação. É importante ressaltar que essa conselheira, no ano de 2012, foi reconduzida ao cargo pela terceira vez consecutiva, contrariando o regimento, que determina, no máximo, dois mandatos consecutivos.
- 2- O conselheiro CB está em seu primeiro mandato, possui formação em História e Sociologia, e, como experiência profissional, relatou que, nos últimos três anos, atua na área de turismo e exerce “algumas atividades” em sala de aula. Este conselheiro representa no CME de Atibaia a Associação

- dos Professores do Estado de São Paulo - APEOESP -, tendo sido indicado pela subsele regional. Em duas reuniões, observei, antes de seu desligamento para candidatar-se ao cargo de vereador, que este conselheiro não tinha apresentado uma postura subserviente, cobrando explicações sobre solicitações anteriores. O entrevistado também mantém vínculo empregatício com a Prefeitura do município, ocupando cargo na Secretaria de Turismo.
- 3- O conselheiro denominado CC atua no conselho há dois anos, foi indicado pela diretora da escola em que é professor, tem 39 anos, é formado em Pedagogia e há dois anos exerce a docência na Educação Fundamental I. É representante dos professores da rede Municipal de Ensino no CME (suplente), tendo ligação, portanto, com o Poder Público Municipal.
  - 4- O conselheiro CD participou do CME na gestão 2009-2010, representando os professores da rede estadual de ensino, foi eleito pelos outros conselheiros presidente do Conselho. Ele tem 53 anos e é formado em matemática, com complementação em Pedagogia e Supervisão, atua como professor desta disciplina na rede estadual há 30 anos.
  - 5- O conselheiro denominado CE tem 52 anos, participou do CME na gestão 1999-2000, e ,apesar de representar os diretores das escolas estaduais, atuou no governo municipal ocupando vários cargos, inclusive o de Secretário de Educação, por dois mandatos consecutivos, no período de 2001-2008. Foi, também, vice-prefeito por dois mandatos - 2004-2008 e 2009-2012. Essa atuação qualificou-o para essa entrevista como um representante do Poder Executivo Municipal, uma vez que sua fala nos remete a sua atuação como membro do governo, na condição de ex-secretário de educação e ex-vice-prefeito e não àquela que exerceu durante seu mandato como conselheiro. Com a vitória da oposição nas eleições de 2012, o conselheiro retornou às suas funções de Diretor de Escola.
  - 6- A última conselheira entrevistada, aqui denominada conselheira CF, atuou na gestão por 2 anos, entre 2007- 2008, todavia, atuou, ainda, durante um período do ano de 2009. No final de 2009, se desligou do Conselho. Embora atuasse como suplente dos representantes das escolas particulares do

município, esta identificou-se como titular e era assídua às reuniões. Ela tem 59 anos, é formada em Pedagogia e tem especialização em Sociologia na área de sociopedagogia, possui, ainda, mestrado em Psicologia da Educação, pela PUC de Campinas e é doutoranda, na mesma área, também pela PUC de Campinas, é diretora e proprietária da Escola Terra Brasil, em Atibaia.

O quadro abaixo possibilita a visualização da caracterização dos conselheiros entrevistados.

QUADRO I – Caracterização dos conselheiros entrevistados

<b>Código</b>	<b>Função</b>	<b>Sexo</b>	<b>Entidade que representava</b>	<b>Tempo de participação no CME<sup>21</sup></b>
Diretora	Diretora do Depto. de Educação da SME	F	Secretaria de Educação	4 anos <sup>22</sup>
CA	Secretária do Conselho	F	Centro do Professorado Paulista – CPP (*)	4 anos
CB	Conselheiro	M	Associação dos Professores do Estado de São Paulo - APEOESP (*)	2 anos
CC	Conselheiro (suplente)	M	Professores da Rede Municipal de Ensino (*)	2 anos
CD	Ex-Presidente do CME	M	Professores da Rede Estadual de Ensino	2 anos
CE	Ex-Presidente do CME	M	Diretores da Rede Estadual de Ensino	
CF	Ex- conselheiro (suplente)	F	Representantes das escolas particulares do município.	2 anos

(\*) Possui vínculo empregatício com o poder público municipal.

Terminada a apresentação dos entrevistados, passamos à explicação da escolha do método que guia esta pesquisa e ao relato da forma como os dados foram coletados e organizados para análise.

### 3.3 Procedimentos de coleta de dados

<sup>21</sup> Foi considerado tempo de participação das duas últimas gestões.

<sup>22</sup>. No segundo mandato foi representante do poder público.

### 3.3.1 Entrevista semi-estruturada

As entrevistas são importantes instrumentos de pesquisa, uma vez que possibilitam coletar dados que não são encontrados em registros e em documentos, podendo ser fornecidos, somente, pelos sujeitos envolvidos. As entrevistas qualitativas são pouco estruturadas, sem uma ordem rígida estabelecida para as perguntas, o que permite ao entrevistado falar mais espontaneamente sobre os temas centrais da pesquisa.

Conforme Bogdan e Biklen (1994, p. 135):

Mesmo quando se utiliza um guia, as entrevistas qualitativas oferecem ao entrevistador uma amplitude do tema considerável, que lhe permite levantar uma série de tópicos e oferecem ao sujeito a oportunidade de moldar seu conteúdo.

Segundo Lüdke e André (1986), a entrevista qualitativa pede a formulação flexível das questões, cuja sequência e detalhes ficam por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que flui no momento em que entrevistador e entrevistado travam contato e partilham uma conversa permeada de perguntas abertas, destinadas a suscitar uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas focalizados.

As entrevistas foram desenvolvidas em duas etapas: na primeira etapa, de caráter exploratório, foram entrevistadas a Diretora da SME, o presidente do CME, e mais três membros do Conselho Municipal de Educação, denominados Conselheiro A (CA) Conselheiro B (CB) e Conselheiro C (CC). Estes faziam parte da gestão em vigência no momento da entrevista: 2010-2012. Já, na segunda etapa, o intuito foi aprofundar as discussões esclarecendo algumas lacunas que surgiram com a análise das atas e das primeiras entrevistas, foram entrevistados mais três conselheiros de diferentes representatividades e não necessariamente da gestão em vigência, estes foram denominados Conselheiro D (CD), Conselheiro E (CE) e Conselheiro F (CF).

Ao todo, foram sete participantes e a realização das entrevistas aconteceu em local e horário previamente agendado, atendendo as necessidades e possibilidades de cada participante, conforme demonstra o quadro.

QUADRO II – Agenda das entrevistas com os conselheiros municipais

<b>Participante</b>	<b>Data</b>	<b>Horário</b>	<b>Local</b>
Diretora do Depto de Educação	03/04/2012	15h00 às 16h00	Secretaria de Educação
CA	24\05\2012	19h00 às 20h30	Sala do Conselho – Fórum da Cidadania
CB	25\05\2012	10h00 às 12h30	Secretaria de Turismo de Atibaia
CC	11\06\2012	20h00 às 21h00	FAAT- Faculdades Atibaia
CD	20\03\2013	18h00 às 19h00	EE Major Juvenal Alvim
CE	11\04\2013	14h15 às 16h30	EE João Antonio Rodrigues
CF	12\04\2013	14h00 às 16h00	Escola Terra Brasil

No momento inicial das entrevistas, foi informado que seria garantido o anonimato dos entrevistados, a fim de deixá-los mais seguros para expressarem suas ideias e opiniões. Todas as entrevistas foram realizadas individualmente e gravadas em áudio com a prévia autorização dos entrevistados.

Ao realizar as entrevistas, procurou-se seguir uma rotina padrão, que se iniciava com a apresentação do entrevistador ao entrevistado, fornecendo dados sobre sua própria pessoa, a instituição a qual pertencia e a origem do tema da pesquisa. Na sequência, foi solicitada a permissão para gravação, assegurando o anonimato do entrevistado. Após este breve início, o participante foi convidado a discorrer sobre seu percurso profissional, e, a partir daí, as entrevistas prosseguiram, tendo como base questões norteadoras.

Foram elaborados três roteiros de entrevista (Anexos 1, 2 e 3). Estes foram elaborados tendo como elemento norteador os objetivos específicos estabelecidos neste estudo.

O primeiro roteiro foi elaborado para realizar a entrevista com a Diretora da Educação do Município e visou conhecer a proposta de democratização da gestão pública do governo, no período de atuação do Partido Verde (PV), de 2001 a 2012.

As questões da entrevista com a Diretora de Educação foram enviadas por email antecipadamente, atendendo a solicitação desta. Assim, durante a entrevista, foram feitas apenas pequenas intervenções. Foi esclarecido para a entrevistada que as perguntas eram bastante abertas e que a entrevista tinha um caráter exploratório.

A entrevista citada permitiu conhecer os projetos propostos na área educacional, e o tipo de gestão proposta pelo governo do Partido Verde no município. Como não foi

possível o acesso aos Planos de Governo nas três gestões em que o partido esteve representado no poder, os esclarecimentos fornecidos pela Diretora de Educação foram produtivos, pois enumeraram as políticas realizadas e ressaltaram a importância da participação social no governo em questão.

Os planos de governo das três gestões do Partido Verde, durante o período de 2001-2012, foram solicitados na sede do partido em Atibaia, na Seção de protocolo da prefeitura, juntamente com as atas do Conselho e no Cartório Eleitoral de Atibaia, neste último, conforme protocolo 7239/13, obtivemos a resposta de que não havia sido possível atender à solicitação pois não foram encontrados nos arquivos os planos de governo do partido verde para as eleições a prefeito de 2000, 2004 e 2008.

Um fato que chamou a atenção na fala da Diretora de Educação, durante a entrevista exploratória, foi a ausência de referências ao CME como instrumento de democratização, órgão do qual participou em fases intercaladas, desde 2001, e do qual era presidente à época da entrevista. Talvez, esta ausência denote a importância (ou falta de) que o órgão ocupa no poder público, ou mesmo um desconhecimento do papel deste órgão como instrumento de gestão democrática.

O segundo roteiro foi aplicado na entrevista exploratória dos conselheiros: CA, CB e CC e visou conhecer o funcionamento do CME. A construção deste roteiro teve como referência as questões formuladas em pesquisa realizada por Oliveira (2008).

Por fim, o terceiro roteiro elaborado para as entrevistas com os conselheiros e ex-conselheiros visou o aprofundamento sobre questões referentes ao CME.

As entrevistas com os conselheiros e ex-conselheiros auxiliaram a compreensão do funcionamento do CME, e o entendimento de sua inserção, enquanto instrumento de participação da sociedade na gestão democrática, na condução das questões educacionais do município.

### **3.3.2 Análise documental**

A pesquisa documental é considerada uma importante técnica de abordagem dos dados qualitativos. Podem ser considerados documentos todo e qualquer tipo de

material que possa oferecer informações importantes para determinada pesquisa, desde fotografias até legislações. O uso deste procedimento também serve para complementar e validar informações obtidas através de outros recursos.

Segundo Sá-Silva; Almeida e Guindani (2009, p. 2), o uso de documentos em pesquisa deve ser valorizado, “uma vez que possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural”.

Nesta pesquisa, os documentos referentes ao Conselho Municipal de Educação Atibaia podem funcionar como importantes fontes de informações, já que a exploração dos documentos nos permite inferir o contexto de aprovação das leis, as atribuições dadas ao Conselho, os setores da sociedade representados, as condições para o exercício das atribuições e, se, de fato, há ampliação de possibilidades de democratização das políticas educacionais no município.

Foram identificados como documentos importantes para este estudo: a lei de criação do Conselho Municipal de Educação, assim como suas reformulações, nomeações, o regimento interno e as atas de reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Educação.

A pesquisa documental efetuada das atas das reuniões do CME, no período de 2001 a 2012, possibilitou traçar um histórico das atividades, atribuições e processos decisórios do objeto estudado.

A leitura e análise das atas contribuíram para conhecer o mecanismo de funcionamento do CME de Atibaia, e, também, para verificar o grau de participação da sociedade nessa instância, esclarecendo, assim, como se dá inserção do CME na gestão educacional do município.

### **3.3.3 Observação**

Foram três as observações das reuniões do Conselho Municipal de Educação de Atibaia, e, ao acompanhá-las, procurei verificar a forma como as relações se estabeleciam nesse espaço sem, no entanto, interferir em sua dinâmica, procedimento recomendado por Marconi e Lakatos (2006) quanto à observação não-participante. Ao

optar por este tipo de observação, o pesquisador fica de fora, presencia os acontecimentos sem interferir e não se deixa envolver pelas situações

Visualizar a rotina do órgão foi importante para pesquisa, principalmente, se considerarmos que o ato de observar as relações no ambiente é fundamental, pois, como explicam Bogdan e Biklen (1994, p.48), “divorciar o ato, a palavra ou o gesto é perder de vista o significado”.

Nas observações realizadas foram feitos registros sobre os seguintes tópicos: a data da reunião, do horário, dos membros presentes e das entidades que representavam as questões discutidas. Também foram registradas as manifestações dos conselheiros e as ideias que estes defendiam, bem como a forma de sistematização das reuniões.

As observações das reuniões do CME aconteceram no período de maio a outubro de 2012, e foram autorizadas pela presidente do órgão (vide Anexo 5).

QUADRO III – Agenda das reuniões observadas no CME

<b>Data</b>	<b>Horário</b>	<b>Local</b>
24/05/2012	18h00 às 19h00	Sala do CME - Fórum da Cidadania
27/09/2012	18h00 às 19h00	Fórum da Cidadania*
31/10/2012	20h00 às 21h30	Salão Nobre do Fórum da Cidadania**

### **3.4 Procedimentos de análise dos dados**

Segundo Lüdke e André (1986), a análise dos dados qualitativos requer que todas as informações obtidas durante a pesquisa sejam tratadas conjuntamente. A tarefa de análise exige, num primeiro momento, que todo material coletado seja organizado em partes, procurando identificar tendências e padrões relevantes, os quais serão reavaliados. Através deste processo, são buscadas as relações e inferências num nível de abstração mais elevado. Dessa maneira, os dados coletados foram organizados e passaram por diferentes níveis de análise sempre pautados nos referenciais teóricos apresentados no corpo deste estudo.

No processo de preparação das informações, procedeu-se a leitura atenta e cuidadosa dos dados por diversas vezes, buscando-se realizar recortes sobre as

informações pertinentes a serem analisadas. De acordo com Bogdan e Byklen (1994), esta é uma das primeiras tarefas a que o pesquisador deve submeter os dados, efetuando a separação em unidades relevantes e significativas, tal unidade pode ser uma frase ou um parágrafo. Os critérios para divisão das informações são variados, porém, os critérios mais frequentes e escolhidos para este estudo foram aqueles que consideram as unidades em função do tema abordado. Esse procedimento de análise foi utilizado, tanto para a análise dos documentos, quanto para as observações e entrevistas, possibilitando uma análise do registro escrito e das memórias dos entrevistados em seus elementos comuns bem como possibilitou revelar as contradições que se apresentam nas falas dos entrevistados.

### **3.4.1 Organização dos dados**

Conforme anunciado anteriormente, foram realizadas conjuntamente, a análise das Atas de reuniões do CME, o registro das observações e do conteúdo das entrevistas.

O acesso ao conteúdo das atas das reuniões permitiu conhecer a composição do conselho, os representantes de cada segmento, os assuntos discutidos, os conflitos existentes, bem como o encaminhamento dado às questões levantadas, o que a qualifica como um rico instrumento de análise.

A compreensão do mecanismo de funcionamento do CME subsidiou a reflexão sobre o processo de criação desse conselho e de sua atuação no contexto social, político e institucional, norteados pelos pressupostos de uma forma de gestão descentralizada e participativa, preconizadas pelas diretrizes educacionais nacionais.

No processo de organização e pré-análise, os dados das atas das reuniões do conselho foram estruturados em três quadros, cada um representando um período da gestão municipal, são elas: Gestão dos partidos (período 1997 a 2000); 1ª Gestão Partido Verde (período 2001 a 2004), 2ª Gestão Partido Verde (período 2005 a 2008), 3ª gestão Partido Verde (período 2009 a 2012). É importante salientar que não foram entregues as atas do período que compreende o mês de maio de 2002 a março de 2006, bem como o período de junho de 2011 a setembro de 2012.

Os quadros foram elaborados em quatro colunas: na primeira, é indicada a data da reunião; na segunda, os assuntos tratados, na terceira, os membros do conselho presentes que assinaram as atas, e, na quarta coluna, o local da reunião.

QUADRO IV – Organização de análise das atas do CME

Data	Assuntos Tratados	Número de Conselheiros que assinaram a ata/lista	Local da reunião

Em seguida, procedeu-se a leitura atenta dos quadros com o intuito de verificar se os procedimentos adotados na condução do CME estavam de acordo com as especificações dos documentos legais e norteadores, e “como” e “se” os assuntos tratados eram pertinentes à função e papel atribuídos aos Conselhos.

Postos tais esclarecimentos, outros se fazem necessários. Em primeiro lugar, a dificuldade ao acesso às atas. Foram necessários inúmeros telefonemas e emails para conseguir os documentos. Por infelicidade, após conseguir os documentos, estes foram extraviados e, novamente, foi um desafio readquiri-los. Após muitos emails, e finalmente esgotados os canais informais, oficializou-se o pedido através do processo nº 20789/2012, de 18 de junho de 2012, solicitando, junto à Secretaria da Administração, mais precisamente ao Setor de protocolo e arquivo, cópias autenticadas das atas do CME, no período de 1997 a 2005 e 2010 a 2012. Apesar do hercúleo esforço, o material obtido, por vezes, apresentava-se de forma descontínua: por vezes, não havia atas de reuniões de diversos meses subsequentes, bem como não havia atas de anos inteiros, como do período compreendido entre 2003 e 2005. Quando questionados acerca da problemática, as pessoas “responsáveis” pela documentação, como a secretaria e a presidente do conselho, recorriam a seguinte explicação: as atas se perderam ou foram extraviadas.

Outro ponto observado foi a falta de cuidado ao elaborar as atas, como a presença de letra ilegível em várias delas. Tal aspecto nos impossibilitou a identificação de quantos e quais foram os conselheiros presentes nas reuniões e quem estes representavam, uma vez que a assinatura não estava acompanhada do nome do

conselheiro por extenso. Em muitas atas, percebe-se que nem todos participantes assinaram, pois seus nomes são citados nestas, todavia, não constam as assinaturas dos presentes. Também notamos a falta de sequência na numeração das páginas do Livro Ata, o que denota a desorganização dos registros das reuniões.

Entretanto, atas são registros, são documentos que devem ser preservados. A consulta ao manual de redação explica o que é e como fazer uma ata. Ela é um registro escrito que resume fielmente as ocorrências e decisões de uma reunião. Após assinatura dos presentes, a ata constitui prova das medidas tomadas, das manifestações dos participantes e da existência da reunião. Geralmente, uma ata estrutura-se da seguinte forma: dia, mês, hora e local da reunião; assunto desta; os nomes dos participantes e dos ausentes, assim como seus cargos ou quem representam. A ata também permite a indicação da ordem dos trabalhos; a referência aos assuntos discutidos, as intervenções, declarações e indicação de possíveis votações; os compromissos e prazos adotados; a descrição das conclusões e as decisões provenientes da reunião.

As atas do CME apresentam parcialmente as informações citadas, pois estas aparecem de forma desordenada, algumas mais completas outras com maior ou menor número de lacunas. Outro problema que atrapalhou a leitura das informações presentes nas atas foram as informações redigidas de forma incompreensível. Estes apontamentos descritos devem ser considerados e relatados, pois denotam certo descaso com as deliberações do CME.

Nas atas das reuniões que nos foram entregues, consta o registro de 09 reuniões realizadas em 2001, 02 reuniões em 2002, 06 reuniões em 2006, 07 reuniões em 2007, 07 reuniões em 2008, 09 reuniões em 2009, 09 reuniões em 2010, 04 em 2011 e 02 em 2012, sendo a primeira no mês de agosto, contabilizando um total de 55 reuniões no período. Existem várias lacunas de registros neste período, além do fato inexplicável do sumiço das atas de maio de 2002 a março de 2006, uma vez que não tivemos acesso a nenhum registro de atas desse período, apesar das afirmações que as reuniões ocorreram.

Em relação à organização das observações realizadas nas reuniões do CME, estas foram registradas em relatórios de campo. (vide Anexo 4)

Bogdan e Biklen (1994) explicam que um relatório escrito sobre aquilo que o pesquisador vê, ouve ou pensa, torna-se complemento fundamental no processo de reflexão sobre os dados coletados. Essas notas auxiliam o pesquisador a complementar a análise. Os autores explicam que os registros devem conter dois tipos de materiais – um descritivo e um reflexivo. A parte descritiva consiste num registro detalhado do que ocorreu no campo. Já a parte reflexiva inclui as observações pessoais do pesquisador.

As entrevistas, depois de gravadas em áudio, foram posteriormente transcritas completando o acervo de material analisado (Anexo 6).

Durante o processo de análise desses registros, cada dado foi relido várias vezes, buscando elementos que permitissem responder aos objetivos específicos da pesquisa que tocam três grandes áreas: estrutura e funcionamento; atribuições do conselho - tanto as constituídas como as funções reais-; os principais temas tratados e suas respectivas decisões.

No próximo capítulo, apresentamos o município de Atibaia, onde a pesquisa foi realizada, e a descrição da implantação de seu CME, bem como apresentamos a análise dos dados obtidos por meio de observações de reuniões do Conselho, de entrevistas com conselheiros e ex-conselheiros e a análise das Atas e documentos.

## **CAPÍTULO 4 – O Município de Atibaia, o Partido Verde e o Conselho Municipal de Educação: Análise de sua Criação e Trajetória**

O intuito deste capítulo é verificar a proposta de governo do PV em relação à participação social, durante sua gestão no município de Atibaia (2001-2012), e verificar os aspectos formais referentes ao Conselho Municipal de Educação do município de Atibaia- SP, desde sua criação até o ano de 2012. Para tanto, o capítulo foi estruturado com base nas análises de informações obtidas nos documentos legais, nas atas das reuniões ordinárias, nos registros dos relatos orais e em material divulgado pela Prefeitura e em sites de pesquisa na internet.

Antes de iniciar a descrição do CME, apresentamos de forma breve o município de Atibaia.

### **4.1 O município de Atibaia**

Atibaia foi fundada em 1665, por Jerônimo de Camargo, que encontrou nessas terras condições ideais para fundação de um sítio. Em decorrência de sua localização, Atibaia logo se tornou local de paragem para os bandeirantes em busca de descanso e abastecimento a caminho das Minas Gerais. A agricultura foi, desde o início de sua fundação, sua principal atividade econômica, e, ainda hoje, tem grande importância para a economia do município.

Localizada no sudoeste do Estado de São Paulo (fig.1), o município de Atibaia<sup>23</sup> abrange uma área de 478,101 Km<sup>2</sup>, sendo 57% zona rural e 43% urbana, encontrando-se entre três importantes regiões do Estado: distante 67 km da cidade de São Paulo, 60 km de Campinas e 90 km de São José dos Campos.

---

<sup>23</sup> Dados obtidos no site:< [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em nov. de 2011



Figura 1: Mapa da cidade de Atibaia  
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Atibaia>

Atibaia possui uma população total estimada em 126.614 habitantes, conforme censo de 2010<sup>24</sup>. Destes, 115.266 habitam a zona urbana e 11.348 vivem na zona rural. Destes, 62.217 são homens e 64.397 são mulheres. A densidade demográfica é de 232,80 hab. \Km<sup>2</sup>. A mortalidade infantil até 1 ano é de 12\57 por mil nascimentos e a expectativa de vida é de 73,08 anos. A taxa de alfabetização é de 92%.

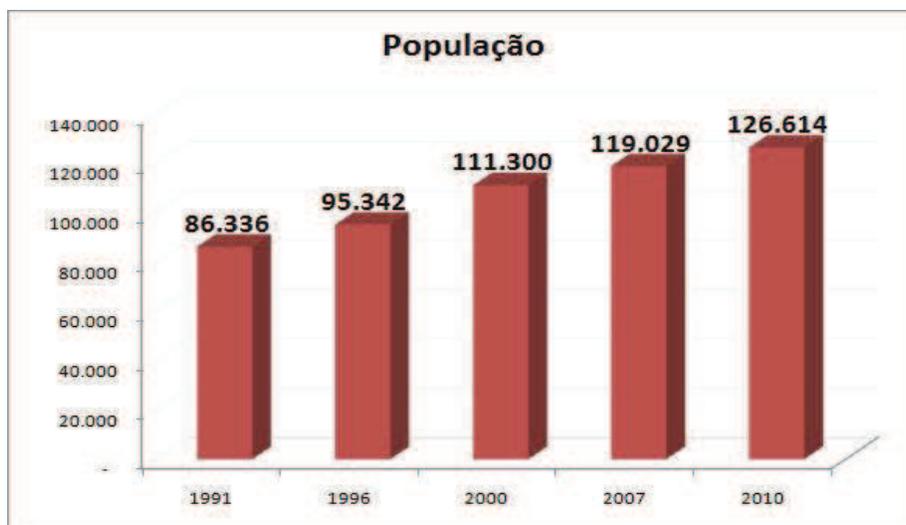
O aumento da população, demonstrado no gráfico 1, revela um crescimento acima do vegetativo, evidenciando o potencial de crescimento da cidade, impulsionado, em parte, pela abertura de novos postos de trabalho, em parte, pela facilidade de acesso.

O índice de desenvolvimento humano (IDH-M) é de 0,819, e é considerado elevado, o IDH-M Renda=0,791; IDH-M Longevidade=0,801 e o IDH-M Educação=0,866 (fonte: IPEA).

---

<sup>24</sup> Dados obtidos no site:< [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> . Acesso em Nov. de 2011.

**Gráfico 1 – População: Aumento demográfico considerando resultados do Censo 2010**



Fonte: < [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) >

Quanto à economia do município, segundo dados oficiais, no período entre 2001 e 2011, ocorreu em Atibaia um crescimento econômico fruto do desenvolvimento do setor industrial, do setor de serviços e da agricultura. O orçamento da Prefeitura neste período triplicou. Em 2001, eram quase R\$60 milhões. No ano de 2011, chegou a R\$225 milhões.

Apesar do crescimento econômico proclamado, o governo do PV mantém sua proposta de desenvolvimento sustentável e de defesa do meio ambiente, com várias leis de proteção, culminando, em 2010, com a criação do Parque Estadual do Itapetinga e do Monumento Natural Estadual da Pedra Grande.

Em Atibaia, manifestações culturais são tradicionais, entre estas, podemos citar as congadas, a cavallhada e a Festa do Morango. Outros eventos culturais mais recentes veem ganhando destaque, como o Festival de Cinema e o Festival internacional de Esportes Radicais. O carnaval de rua nos últimos anos foi revigorado devido ao resgate da tradição dos bonecões. Também merecem destaques as festas juninas, as quais acontecem junto às comemorações do aniversário da cidade, no mês de junho, com apresentação do Bon Odori, festa típica da colônia japonesa. Na sequência, ocorre o festival de inverno, durante todo o mês de julho, com diversas atrações culturais.

#### 4.1.1 A educação no município

A reforma educacional, ocorrida no bojo da Reforma do Estado nos anos 1990, no Brasil, provocou o início do processo de municipalização do Ensino Fundamental, obrigando os Municípios a assumirem, também, o encargo correspondente a este.

Cabe lembrar que, com a Constituição de 1988, o Município teve garantido o caráter de ente federado e a autonomia para organizar seu sistema de ensino. A mesma Constituição estabeleceu um sistema de repartição de competências e a LDB – Lei 9.394/96 – reafirmou a titularidade dos municípios no campo dos sistemas de ensino, nos termos do Art. 11 e 18, priorizando suas atribuições relativas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, este obrigatório e prioritário.

Segundo dados do Plano Municipal de Educação de Atibaia (2008), apesar do crescimento do atendimento ao Ensino Fundamental, em função da municipalização, a rede municipal conseguiu manter o atendimento à Educação Infantil graças ao aumento e o financiamento das Creches Comunitárias<sup>25</sup>, estas, aliás, questionadas pela literatura quanto à qualidade de seu atendimento. A rede pública atende quase 85% da demanda escolar neste nível de ensino, e a rede particular colabora com o atendimento a 15,5% de crianças dessa mesma faixa-etária.

As políticas implantadas pelo município entre 2001-2008, segundo divulgação do governo, culminaram com a aprovação do Plano Municipal de Educação<sup>26</sup>. Este consistia em:

- Aumento da rede com ampliação, reforma e construção de novas unidades escolares, permitindo que a Prefeitura assumisse quase a totalidade do primeiro ciclo do

---

<sup>25</sup>O Programa Creche Comunitária foi criado em virtude da insuficiência de vagas para crianças de zero a três anos nos Centros de Educação Infantil (CEI's). A Creche Comunitária é uma pequena unidade educacional destinada ao atendimento de crianças de zero a três anos de idade que convivem numa mesma comunidade local. Quem administra uma creche comunitária é sempre uma entidade jurídica sem fins lucrativos. A Prefeitura faz o repasse financeiro para a manutenção.

<sup>26</sup>Fonte: Educação – O melhor caminho para a inclusão social: Experiências educacionais implantadas em Atibaia – SP, Gestão Beto Tricoli e Prof. Ricardo 2001-2008. (Folder para Propaganda eleitoral para a campanha de 2010)

Ensino Fundamental. Retomou-se, também, a capacidade de atendimento dos alunos da Educação Infantil, reduzida, anteriormente, pelo processo de municipalização.

- Implantação, em parceria com o Governo Federal e com o Banco do Brasil (BB-Educar), do programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA Brasil Alfabetizado. Também foi criado o programa Educação de Jovens e Adultos “EJA – Empresas”, que consistiu na contratação de professores e na implantação de salas de aula dentro das empresas, voltadas para a alfabetização de seus próprios funcionários.

- Realização de avaliações externas, primeiramente com recursos próprios, contratando uma empresa especializada, depois, aderiu-se ao SARESP (avaliação estadual) e a Prova Brasil (avaliação Federal).

- Projeto Informática na Escola, além da implantação de laboratórios de informática em todas as unidades escolares, adquiriu-se um ônibus-laboratório para atender as escolas da zona rural.

- Lista zero, programa que fornece material escolar e livros para todos os alunos da rede municipal, através de kits escolares para alunos do 1º ao 5º ano e da Educação de Jovens e Adultos. Também foi fornecido material específico para as crianças matriculadas nas creches e pré-escolas do município.

- Zeladoria em todas as Unidades Educacionais,

- Implantação de Sistema Próprio de Informatização de cadastramento de alunos. Tal projeto teve como objetivo organizar o planejamento da expansão da rede ocorrido com o processo de municipalização, controlar as matrículas, as linhas de ônibus, o direcionamento de alunos para unidades mais próximas de sua residência e, finalmente, a melhora da gerência dos recursos humanos e financeiros. Esse projeto foi realizado em parceria com o CPqD – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento.

- Nucleação de Escolas Rurais, projeto implantado com o objetivo de eliminar as classes multisseriadas (salas que reúnem, em uma mesma sala de aula, com um único professor, alunos de várias séries e idades), por meio da construção de novas escolas municipais, com toda a infraestrutura das demais escolas municipais localizadas na parte central das localidades rurais. Também foi ampliado o atendimento do transporte escolar, com veículos próprios para transportar alunos para escolas centrais.

- Projeto Biblioteca Escolar – parceria com o CEA (centro Empresarial de Atibaia). A escola municipal oferece uma sala para a implantação de biblioteca e o Centro Empresarial compra o mobiliário e todo o acervo de livros.

- Criação do Núcleo de Integração das Escolas Rurais Isoladas: com a municipalização de 15 pequenas unidades escolares rurais isoladas, essas unidades não tinham direção nem administração próprias, logo, tiveram que ser distribuídas pela rede municipal, que passou a administrá-las. Em 2001, foi criado o Núcleo de Integração das Escolas Rurais Isoladas, instituindo-se uma unidade autônoma, com direção própria e estrutura administrativa que integrou todas as unidades rurais isoladas. Essa ação teve como objetivo a integração de professores e alunos, a facilitação do acesso dos pais à direção da escola e aos serviços administrativos, como matrícula, transferência, passe escolar, documentos e informações.

- Criação de um Programa de Formação de Professores, cuja nova legislação determina a obrigatoriedade da formação em nível superior dos professores e da demanda por professores para rede municipal. O Município aderiu ao PEC municípios para a formação em nível superior para professores que tinham cursado apenas o magistério de nível médio e monitores. Também criou o Programa de Bolsa de Estudos para profissionais da Educação e o Programa de Formação Continuada para Professores.

- Implantação da Casa do Professor, trata-se de um centro de formação e capacitação do professor e de todos os profissionais da educação.

- Investimento na carreira do Magistério, como, a elevação do piso salarial de toda a categoria, eleição direta do Professor Coordenador Pedagógico, concurso público para Supervisor de Ensino, auxílio deslocamento para supervisor de ensino, ampliação de jornada para os professores, implantação do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) e Reforma Administrativa, a qual prevê as regras para a evolução funcional, etc.

- Gestão Popular consiste na consulta à população das políticas a serem implantadas pela SME. Das discussões nestas reuniões, surgiram as Creches Comunitárias, as parcerias da prefeitura com associações de bairros e organizações não governamentais; a criação do PME, que estabeleceu, por meio da participação popular,

através de assembleias, em praticamente todas as regiões da cidade, as diretrizes da educação para um período de dez anos;

- Programa Escola Nota Dez, o qual destina recursos às Associações de Pais e Mestres (APM) para a manutenção das unidades escolares.

- Projeto Música e Cidadania: implantado em 2002, em parceria com a Banda 24 de outubro, consiste na formação musical dos alunos, por meio da criação de fanfarras mirins em todas as escolas de ensino fundamental. Em 2005, a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Ford conferiram ao Projeto Música e Cidadania o certificado de “Experiência Inovadora” e, em 2007, recebeu o EDUCARE (Educação e Cidadania) pelo projeto.

- Fórum de Inclusão, realizado em 2002, o qual desencadeou um levantamento cadastral de todas as pessoas com necessidades especiais residentes em Atibaia.

- Cursos profissionalizantes realizados em parceria com o SENAI e implantação da primeira escola técnica de Atibaia, ligada ao Centro Paula Souza, em parceria com o Governo Federal e Estadual.

Devemos salientar que o sucesso proclamado com as políticas implementadas na área educacional acima citadas, foi um elemento bastante explorado na plataforma de campanha, que, em 2010, elegeu Deputado Estadual o ex-prefeito “Beto Tricoli”, do PV, com expressiva quantidade de votos.

#### **4.2 O PV de Atibaia e a proposta de gestão participativa**

Com o slogan “*Desenvolvimento Sustentável com Qualidade de Vida*”, o Partido Verde de Atibaia foi fundado em 07 de Agosto de 1988<sup>27</sup>, quando foi realizada a Convenção Municipal do Partido Verde para escolha dos candidatos às eleições municipais de 15 de Novembro de 1988.

A defesa ao maior símbolo natural de Atibaia, a Pedra Grande, foi o marco da campanha do PV na cidade, adquirindo muitos adeptos, principalmente, entre a população mais jovem. A conservação do meio ambiente foi o alicerce do programa do

---

<sup>27</sup> Fonte: <http://www.pvatibaia.org.br/pvatibaia/index.asp?centro=historia>.

Partido Verde. Aliada à questão ambiental, a defesa por uma maior participação social na gestão pública foi também bandeira do partido que conseguiu eleger o primeiro vereador pelo PV, José Roberto Tricoli ou “Beto Tricoli”, como é conhecido, na Câmara Municipal, para o mandato 1993-1996.

Beto Tricoli tornou-se uma grande força política na cidade, foi eleito prefeito no período de 2001 a 2004 e reeleito em 2004, exercendo a função até 2008. Após o seu segundo mandato, deixou a prefeitura conseguindo eleger seu sucessor, também membro do PV, o qual cumpriu o seu mandato entre os anos de 2009 a 2012. Findada sua gestão como prefeito, Beto Tricoli iniciou a campanha para Deputado estadual, elegendo-se para o mandato 2010-2014, por Atibaia.

O Partido Verde, contudo, após as sucessivas gestões, doze anos ao todo, acabou perdendo prestígio. Por um lado, devido ao desgaste natural, mas, por outro, em decorrência de acusações de apadrinhamento político, inchaço da folha de pagamento da prefeitura e distanciamento da população, principalmente dos moradores dos bairros periféricos, que, insatisfeitos com as realizações do governo do PV, não elegeram seu candidato nas eleições para prefeito em 2012.

Com relação ao enfoque dado à participação social, esta é uma bandeira do programa nacional do partido, o qual propõe maior participação da população na gestão e incentiva os instrumentos de participação social, como os conselhos gestores e o orçamento participativo.

Essa forma de gestão diferenciava o governo do Partido Verde das gestões anteriores, tidas como arcaicas e anacrônicas. Sendo assim, o PV atendeu os anseios da população, especialmente os das novas gerações.

É possível destacar a preocupação do partido em enfatizar a proposta de participação em várias atividades realizadas pelo governo, como a participação no material de divulgação da 3ª Conferência da Cidade, ocorrida em agosto de 2007, cujo lema apresentado foi: “*Desenvolvimento Urbano com Participação Popular e Justiça Social*”, e o tema: “*Avançando na Gestão Democrática da Cidade*”. Esse material de divulgação nos possibilitou identificar os principais assuntos tratados nas 1ª e 2ª Conferências, ocorridas em 2003 e 2005, respectivamente. Em 2003, a primeira conferência teve como lema: “*Construindo uma Democracia Integrada para as*

*Cidades*” e o seu tema consistiu em “*Cidade para Todos*”. Nessa conferência, já se colocava como meta a elaboração do Plano Municipal de Educação.

Em 2005, o lema apresentado foi “*Reforma urbana: Cidade para Todos*” e o tema “*Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano*”. Nessa conferência, entre os principais assuntos tratados estavam a participação e o controle social. Entre os avanços postulados pelo partido, figuravam, entre outros assuntos, a criação do Programa Oficinas de Cidadania, a criação do Conselho da Cidade, a Participação da Sociedade na Formatação de Políticas Públicas (Conferências), o incentivo à Participação Comunitária através de Associações, os Conselhos e as demais formas de organização da sociedade.

A Conferência de 2007 apresentava o lema “*Desenvolvimento Urbano com Participação Popular e Justiça Social*”, e o tema apresentado era “*Avançando na Gestão Democrática das Cidades*”. O objetivo principal dessa Conferência foi avaliar e propor formas de aprimorar os Instrumentos de Gestão Participativa de Atibaia. Entre os temas propostos, encontravam: a organização da sociedade civil através dos Conselhos Municipais; Legislação e Processo de Participação; Orçamento e Participação Popular e Gestão Ambiental e Participação Ambiental.

No material de divulgação da Conferência (Anexo 7), o conceito de participação fora está assim colocado:

Atuação da sociedade civil do campo democrático (movimentos sociais, organizações, etc.) nos espaços públicos de decisão. Deve ocorrer, preferencialmente, por meio da institucionalização de mecanismos de democracia participativa e direta, inclusive na elaboração, deliberação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. É também um processo de aprendizado, na medida em que qualifica a intervenção de cidadão/ãs para a atuação nos espaços públicos de decisão.

Ainda neste material, foi feita menção à legislação nacional sobre gestão democrática e sobre o Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001<sup>28</sup>:

Criado para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Brasileira, que estabelecem as diretrizes para as políticas de desenvolvimento urbano. A forma de gestão prevista no Estatuto da Cidade determina a participação dos cidadãos na administração por meio de espaços institucionalizados de decisão, orientando, desta forma, para um conceito de democracia participativa.

---

<sup>28</sup> Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Não foi possível localizar o material de divulgação da 4ª Conferência da Cidade, ocorrida em dezembro de 2009. Encontramos, apenas, o anúncio de sua realização e os eixos temáticos que seriam discutidos. Contudo, a análise do material citado nos possibilita visualizar a dimensão do discurso participativo pelo poder público.

Não identificamos em Atibaia, nos governos anteriores à gestão do PV, propostas de participação políticas mais efetivas na gestão do poder público. Com a ascensão do PV no cenário político é que este discurso se faz presente.

Sobre o incentivo à participação da população nas questões do município, na entrevista com a Diretora de Educação do Município, ao inquirir se existiam movimentos populares que reivindicavam essa participação ou se esta foi uma ação política vinda do prefeito Beto Tricoli, a diretora assim se pronunciou:

Foi uma ação política vinda dele, na verdade, foi um propósito dele, um perfil de gestão municipal, de mobilizar a população nas discussões aí de interesse do município, então não só na educação, mas foi aberto para todas as áreas também essa gestão participativa, que eles chamam.

De fato durante, a campanha do ano de 2000, uma das plataformas colocadas pelo candidato à prefeitura foi a de iniciar no município uma cultura política em que o povo tivesse a possibilidade de opinar sobre as questões políticas de interesse público, acabando com os caudilhos políticos existentes até então na cidade de Atibaia, considerados motivo de atraso para a cidade.

Porém, como já informamos anteriormente não localizamos os planos de governo do período delimitado nesta pesquisa, o que dificultou analisar com mais profundidade a proposta de participação colocada pelo partido para o governo de Atibaia. Essa falta de transparência a nosso ver demonstra pouco compromisso com um governo verdadeiramente democrático.

Verificamos, ao longo deste estudo, que algumas medidas, visando incentivar a participação cidadã, foram criadas, tais como o Orçamento Participativo, o Programa de Gestão Popular e a criação de outros conselhos gestores, como o Conselho da Cidade. Porém, não foi objetivo deste trabalho aprofundar se tais medidas, na maneira como estão colocadas no município, propiciaram, de fato, uma gestão mais democrática.

Contudo, observamos que, em relação à educação, no que concerne ao Conselho Municipal de Educação, que é um órgão que possibilita o desenvolvimento de tal cultura, o incentivo do poder público, no sentido de fortalecer a participação no período delimitado na pesquisa, mostrou-se reduzido.

### 4.3 O Conselho Municipal de Educação de Atibaia

A criação do CME de Atibaia ocorreu para cumprir uma determinação legal, concomitante ao processo de municipalização, que se caracteriza pelo fato do município assumir a responsabilidade por uma determinada etapa do ensino, bem como de suas modalidades. Devido a essa medida, o município de Atibaia passou a ter autonomia para organizar, se assim desejasse, o seu sistema de ensino, conforme a Indicação CEE/SP10/97. Esta prevê para tal fim as seguintes condições: compromisso com a educação, conjunto de normas, Conselho Municipal de Educação, órgão de administração da educação municipal, rede escolar e Plano Municipal de Educação<sup>29</sup>.

Assim, o CME de Atibaia foi estabelecido em 04 de dezembro de 1996, pela Lei nº 2724/96, na gestão do então Prefeito Sr. Flávio Callegari, e está definido em seu artigo 3º como *órgão competente para acompanhar e fiscalizar a condução da Política Educacional Municipal*. Devido a essa medida, o Município de Atibaia passou a ter autonomia para organizar seu sistema de ensino. Entretanto, Atibaia, como tantos outros municípios, optou por não compor formalmente seu sistema de ensino, atuando de forma autônoma, por delegação<sup>30</sup> da Diretoria de Ensino de Bragança Paulista. Quanto à

---

<sup>29</sup>Plano Municipal de Educação do Município de Atibaia (Proc. nº 18.323/07 – Lei Complementar nº 557 de 12 de março de 2008).

<sup>30</sup> Conforme nos explicou em entrevista o ex-conselheiro, ex-secretário de educação (2001-2008) e ex-vice prefeito, Sr. Ricardo dos Santos Antonio:

*Na verdade isso é assim, sempre funcionou da seguinte forma, o município sempre cuidou das escolas de ensino infantil e aí o município tinha a competência de cuidar de suas escolas, autorizar as escolas funcionarem e a ligação das escolas particulares também era atrelada ao município, era só essa a função do município e, aí, quando implantaram o fundamental, passava pra onde, para o Estado,(...) e ela tinha que abrir novo processo de legalização junto ao SE do Estado, as secretarias de educação do município estavam sempre atreladas às secretarias do Estado. Calendário, quem homologava calendário, quem tinha toda a parte de supervisão era a DE, no caso de Atibaia, em Bragança Paulista. Tudo isso era feito via Bragança, por muito tempo. O que a gente tentou fazer, a gente tentou que Bragança colocasse uma ou duas supervisoras e trabalhasse em conjunto com a secretaria municipal. Até aí tudo bem, e aí o que aconteceu: a rede foi crescendo, crescendo e, aí, permite-se que o município*

municipalização, preferiu compartilhar a responsabilidade pela educação fundamental, estabelecendo desta forma uma parceria com o governo do Estado. Ao município, coube o atendimento das crianças na Educação Infantil e no Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental.

Tal possibilidade está prevista na Lei 9394/96, que, embora defina a criação dos sistemas municipais, deixa como opção aos municípios que não têm condições para criar o seu próprio sistema, *integrarem-se ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica*. (BRASIL, 1996, Parágrafo Único do art.11).

De acordo com Alves (2005), a implantação dos Sistemas Municipais vem se dando de modo lento nos diversos municípios brasileiros, e uma das suposições para a não criação dos sistemas nos municípios é a persistência de muitas dúvidas quanto à natureza da mudança.

#### **4.3.1 Funções do CME de Atibaia**

Em Atibaia, conforme já mencionada, a Lei 2724/96, de criação do CME e de seu Regimento Interno, estabelece que este é um órgão colegiado que tem como função ser *normativo, consultivo e deliberativo*, além de assumir a responsabilidade de formular, fiscalizar e acompanhar *as políticas de ensino* do município.

O documento de criação, composição e atribuições do CME do MEC (2009) define da seguinte forma essas funções:

- A função normativa compreende: autorização de funcionamento das escolas da rede municipal, autorização de funcionamento das instituições de Educação Infantil da rede privada, particular, comunitária, confessional e filantrópica (quando o município

---

*passa a ter uma autonomia na medida em que ele cresceu e passa a cuidar da sua própria estrutura. Então, foi uma função delegada pela Diretoria Regional para que ele cuidasse, já houve uma preparação, os supervisores vieram, fizeram todo um processo. Quem homologava calendário era a diretoria, todas as escolas mandavam Plano Gestão, toda a burocracia que uma escola estadual tem. O município também passava a ter, via DE. via sua estrutura. Aí, chegou um momento que disse, o município hoje tem competência de cuidar, de gerenciar sua estrutura. Hoje, quem aprova calendário, quem aprova toda a documentação necessária, é a própria SME do Município, então é uma função delegada, mas não que a gente , e a gente não é sistema, porque a gente não é sistema? Porque não temos começo, meio e fim. Nós terminamos até o 5º ano, para eu ser sistema eu tinha que ir até o final. Então, na verdade, foi uma função delegada (...)*

tiver sistema Municipal de Ensino implantado) e elaboração de normas complementares para o sistema de ensino.

- A função consultiva versa sobre a exposição e o julgamento acerca de determinados assuntos, como: projetos, programas educacionais e experiências pedagógicas renovadoras do Executivo e das escolas, Plano Municipal de Educação, medidas e programas para titular e/ou capacitação e atualização dos professores. A função consultiva ainda versa acerca de questões educacionais que lhe forem submetidas pelas escolas, SME, Câmaras Municipais e outros, nos termos da Lei.

- A função deliberativa compreende: elaborar o regimento dos Conselhos e seus Planos de atividades; criar, ampliar, desativar e localizar escolas municipais, tomar medidas para melhoria do fluxo e do rendimento escolar, buscar formas de relação com a comunidade, entre outras funções.

- A função fiscalizadora compreende: o acompanhamento da transferência e controle da aplicação de recursos para a educação no Município, o cumprimento do Plano Municipal de Educação, as experiências pedagógicas inovadoras o desempenho do Sistema Municipal de Ensino, entre outras funções.

Dentre essas funções, Cury (2006) entende que a normativa é a mais importante, uma vez que dá a verdadeira distinção de um Conselho de Educação. Ela acontece por meio de pareceres e resoluções que são expedidas de acordo com a legislação. Para o autor, é nesta função que está a maior responsabilidade do Conselho, e, portanto, é neste momento que o Conselho precisa ter clareza e discernimento para aplicar as normas que são de sua competência. Contudo, somente os municípios que constituírem sistema de ensino podem fazer uso dessa função, aqueles que optarem por não constituírem sistema, devem se reportar às normas do respectivo Sistema Estadual de Ensino. De qualquer forma, o CME se constitui tal qual um instrumento político útil, pois possibilita que, no exercício das demais funções, ele cumpra seu papel para a obtenção de uma gestão democrática, aproximando a sociedade dos processos decisórios no âmbito da educação.

A análise da documentação que cria o CME de Atibaia indicou que uma das funções do conselho é ser um órgão normativo, o que contraria as determinações do MEC, o qual, por sua vez, não menciona regras para sistemas de ensino por delegação.

Então, se considerarmos essa premissa, acabamos por verificar que, pelo dispositivo legal, temos um conselho que, de fato, é somente consultivo.

Quanto às diretrizes a serem adotadas pelo CME, está estabelecido:

**Parágrafo único:** O Conselho observará, no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias:

**I** - a Educação é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais que visem o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a Educação;

**II** - a melhoria da qualidade da educação, mediante formulação de uma política de valorização e aperfeiçoamento do corpo docente;

**III** - o pleno desenvolvimento da Educação em todos os níveis, com ampla garantia de participação das representações populares e da democratização das decisões.

#### **4.3.2 Composição do CME e duração do mandato dos conselheiros**

Em Atibaia, a forma de composição do conselho adotada é a que se denomina ampliada, conforme consta no relatório do Pró-Conselho (MEC, 2006). Para este, os Conselhos Municipais de Educação em funcionamento no Brasil possuem basicamente duas formas de composição:

- 1- Básica: composto por representante do governo municipal, representante do legislativo, representante dos professores, representante dos pais, representante das escolas privadas.
- 2- Ampliada: representante do governo municipal, representante do legislativo, representante dos professores, representante dos pais, representante das escolas privadas, representante do sindicato, representante dos estudantes, representante do Ministério Público, representante do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), representante do Conselho Tutelar e outros.

Favorável à forma de composição ampliada, Romão (1992) defende que a composição do conselho seja a mais democrática possível, contemplando os diferentes segmentos sociais interessados diretamente na educação. Ainda segundo o autor, deve haver paridade na composição para contemplar as diversas entidades representativas, de modo que nenhuma prevaleça sobre as demais em termos quantitativos.

Inicialmente, a composição do CME contava com 22 membros, sendo 11 titulares e 11 suplentes, entretanto, alguns dias após a lei de criação do conselho, em 11 de dezembro de 1996, através da Lei nº 2.727, mais dois titulares e dois suplentes foram acrescentados, passando o CME a ter 26 conselheiros (13 titulares e 13 suplentes).

No § 1º da referida Lei, fica determinado que os conselheiros, bem como seus respectivos suplentes, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, a partir de lista tríplice encaminhada ao Poder Executivo, elaborada entre seus pares, excetuando-se a composição do Primeiro Conselho, que será de livre escolha do Executivo Municipal.

No ano de 2000, nova alteração ocorre pela Lei nº 3.116, de 09 de novembro de 2000: **Artigo 1º** - “Fica incluído no artigo 2º da Lei 2724/96, o inciso XII com a seguinte redação: “XII – um representante do movimento estudantil municipal, devidamente filiado à UMES – Atibaia, e seu respectivo suplente”. **Artigo 2º** - “As demais disposições da Lei 2724/96 permanecem inalteradas”. Essa lei foi revogada em 20 de dezembro, pela Lei nº 3157, de 20 de dezembro de 2000, que altera apenas o inciso de XII para XIV: “Fica incluído no Artigo 2º, da Lei 2724/96, o inciso XIV com a seguinte redação: “ XIV – 01 (um) representante do movimento estudantil municipal, devidamente filiado à UMES – Atibaia, e seu respectivo suplente”.

#### **4.3.3 O CME na Gestão PV**

O ano de 2000 encerra o período da gestão do prefeito Pedro Maturana, do partido político PFL. Em 2001, tem início a gestão do Partido Verde, com o Prefeito “Beto Tricoli”, partido que governou o município por um período de doze anos e que, conforme já foi apontado, tinha em sua proposta de governo a defesa da democratização da gestão pública.

Com a nova gestão, novamente o Artigo 2º, sobre a composição do Conselho, foi alterado, agora pela Lei nº 3184, de 18 de setembro de 2001, que permaneceu sem alterações até o final de 2012:

**Artigo 1º** - Fica revogada, em todos os seus termos, a Lei nº 3157, de 20 de dezembro de 2000.

**Artigo 2º** - É restabelecida a redação da Lei nº 2724, de 04 de dezembro de 1996, que cria o Conselho Municipal de Educação, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.727, de 11 de dezembro de 1996.

Assim, findadas todas as alterações, o CME passa a ser representado por 26 conselheiros, treze titulares e treze suplentes. Sobre essa composição, Oliveira esclarece:

Nos Conselhos Municipais de Educação, os diferentes segmentos podem ser agrupados em três dimensões: Poder Público Municipal – PPM (servidores, órgãos e instituições diretamente ligados a esfera municipal de poder); Poder Público Estadual – PPE (servidores, órgãos e instituições diretamente ligados à esfera estadual de poder); e Sociedade Civil – SC (alunos, pais de alunos, Sociedade Amigos de Bairros, Associações Comerciais, Industriais, Escolas Privadas, entre outras entidades ligadas indiretamente à esfera municipal e estadual de poder. (OLIVEIRA et al., 2006, p.241)

O quadro abaixo indica a composição do Conselho de Atibaia quanto à representatividade.

QUADRO V – Composição atual da Representatividade do Conselho Municipal de Educação de Atibaia (somando titulares e suplentes)

<b>Total de Membros do CME<sup>31</sup></b>	<b>26</b>		
<b>Representatividade</b>	Poder Público Municipal	Poder Público Estadual	Sociedade Civil
	<b>08</b>	<b>04</b>	<b>14</b>

<sup>31</sup> **Membros representantes do Poder Público Municipal**

- I** – um (01) representante do Poder Executivo Municipal e seu respectivo suplente;
- II** - um (01) representante dos Professores da Rede Municipal e seu respectivo suplente;
- III**- um (01) representante de Diretores de Escolas da Rede Municipal e seu respectivo suplente;
- IV** – um (01) representante da Secretaria de Educação e Cultura e seu respectivo suplente
- Membros Representantes do Poder Público Estadual**
- V** - um (01) representante dos Diretores de Escola da Rede Estadual de Ensino e seu respectivo suplente;
- VI**- um (01) representante de Professores da Rede estadual de Ensino e seu respectivo suplente;
- Membros Representantes da Sociedade Civil**
- VII** – um (01) representante das Escolas de Ensino Superior do Município e seu respectivo suplente;
- VIII** - um (01) representante da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP - e seu respectivo suplente;
- IX**- um (01) representante de Pais de Alunos e seu respectivo suplente;
- X** – um representante da UDEMO e seu respectivo suplente;
- XI** - um (01) representante das Escolas Particulares do Município e seu respectivo suplente;
- XII**- um (01) representante do Centro do Professorado Paulista – CPP e seu respectivo suplente;
- XIII** – um (01) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e seu respectivo suplente.

A constituição do CME de Atibaia tem 08 de seus órgãos representantes ligados diretamente ao poder municipal, 04 ao poder público estadual e 14 à sociedade civil, demonstrando que, “formalmente”, o Conselho está constituído de forma equitativa, tal qual proposto numa gestão democrática. Entretanto, segundo já relatamos na pesquisa, alguns conselheiros representantes da sociedade civil mantêm vínculo empregatício com o poder municipal.

Em uma das observações realizadas, notamos essa preocupação por parte de uma conselheira. Esta sugeriu, na gestão seguinte, aumentar a participação da sociedade civil, propondo ela mesma, que, naquele momento, representava os professores da rede municipal, mudar sua representatividade. Constatamos, assim, pela fala da conselheira, que havia certa preocupação por parte dos conselheiros quanto à questão da representatividade. De fato, verificamos, através de consulta às atas do CME, que a maioria dos membros que frequentam as reuniões assiduamente faziam parte da representação de segmentos ligados ao poder público municipal ou possuíam vínculos empregatícios com o poder público, quando o ideal seria a paridade representativa.

Esse fato também é percebido na pesquisa de SILVA (2010) sobre o CME de São José do Rio Preto, em que o autor constatou que, embora a representatividade pareça num primeiro olhar ser equitativa de 50% de membros relacionados ao poder público e 50% relacionados à sociedade civil, numa análise mais apurada, percebeu-se que a realidade mostra-se diferente: “O grupo dos conselheiros que possuem vínculos com SME é constituído por oito membros e representa 66,66% do total, tornando-o maioria absoluta” (p.85).

É importante estar atento a essa questão, uma vez que a composição é um dos fatores que determina o perfil do Conselho – se é mais técnico-pedagógico, ou se há mais participação social. No caso do CME de Atibaia, dos vinte e seis membros, 22 (vinte e dois) são ligados a segmentos educacionais, o que o caracteriza como um colegiado de natureza técnica-pedagógica.

Ao proceder à análise da composição do CME de Atibaia, reportamos a explanação de Romão (1992. p.100-101):

(...) há uma tendência em fazer representar apenas as entidades educacionais. Neste caso, o Conselho transforma-se em um colegiado de notáveis do ensino, isto é, acaba por compor-se apenas de profissionais da educação; esse fato pode favorecer o corporativismo (...). Rouba a oportunidade ímpar de captação e percepção dos verdadeiros problemas vivenciados pela clientela.

O CME de Atibaia é composto, em sua maioria, por membros que, ao mesmo tempo, representam entidades educacionais e fazem parte do grupo pertencente ao governo municipal, o que é duplamente prejudicial, pois, além do risco do corporativismo, temos o risco apontado por Cury (2000), de que uma maioria de representantes do poder público pode comprometer a finalidade do CME, que é a de ser o elo de ligação entre a sociedade e o Estado. Para o autor, uma maioria de membros da sociedade civil compondo o Conselho pode ser prejudicial por estes desconhecerem as questões referentes à cultura educacional, à burocracia e à legislação de ensino, sendo importante, por este motivo, existir proporcionalidade.

Com base na análise das assinaturas das atas das reuniões da última gestão do conselho, verificamos que, entre os 07 conselheiros mais assíduos, 03 pertencem ao grupo que representa ao poder público municipal, 01 representa o poder público estadual, e 03 representam a sociedade civil. Contudo, desses três, um mantém vínculo empregatício com a SME e outro com a prefeitura em outra Secretaria, sobrando apenas um que não mantém vínculo empregatício municipal.

Outro fato que chamou a atenção, é que alguns conselheiros foram membros do Conselho por várias gestões, ausentando-se, apenas, no período de dois anos, determinado na lei para se recandidatar. Algumas vezes, tais conselheiros representavam o mesmo grupo, outras, um grupo diferente, como titular ou suplente, mas sempre ligados ao grupo que representa o poder público municipal. A recondução dos mesmos conselheiros durante um período tão longo de tempo (2001 a 2012), que mantêm laços estreitos e de longa duração com o governo, pode vir a criar uma relação de intimidade e subserviência não apropriadas para um órgão com as características do Conselho Municipal de Educação, que, entre suas atribuições, tem o papel de fiscalizador da política educacional do município.

A questão do tempo de exercício no cargo está estipulada no artigo 2º § 2º, da Lei nº 2724/96, a qual determina que os membros do Conselho e os respectivos

suplentes exerçam mandato de dois (02) anos, admitindo-se renovação, apenas, por 01 (uma) vez e por igual período.

Verificamos pela composição do último conselho, nomeados em final de 2012, que nem sempre essa na lei se cumpriu, visto que a Conselheira CA, que participou do conselho em duas gestões consecutivas, foi novamente nomeada. A recondução de uma conselheira pela terceira vez consecutiva contraria o regimento e mostra a determinação de manter o mesmo grupo, comprometendo a democratização da gestão pública.

Quando questionada pela pesquisadora sobre este fato, a conselheira CA apresentou como justificativa da repetição exagerada dos mesmos conselheiros, em especial os ligados ao poder público. Ela disse que não há interesse da sociedade civil em participar dos Conselhos. A fala da conselheira CF ilustra bem essa questão:

(...) as pessoas eram sempre as mesmas, eu era assim um 'sangue novo' ali, porque quase todo mundo falava, de novo a gente!! De novo a gente!! Então, é por isso que eu falava para você, as pessoas não têm a dimensão da importância que aquilo tem, da representatividade que o conselho pode ter, e depois a gente que está na educação há mais tempo e vê o poder do CEE, a gente fala, olha a chance que está sendo perdida, porque o CEE não chegou a ser o que é a troca de nada! Né?

Entretanto, para ser uma instância de fato democrática, a representatividade é um dos pontos principais a ser considerado. Sobre a proporcionalidade entre os segmentos representados no CME, Oliveira et al. (2006, p.241) reforça:

É preciso garantir certa proporcionalidade entre os três grupos de abrangência dos segmentos do CME, possibilitando a presença de diferentes olhares e necessidades dos diferentes segmentos preocupados com os assuntos educacionais do município. Assim, garante-se a implementação de um verdadeiro 'regime de colaboração' entre as diferentes esferas de governo e a sociedade mais ampla, conforme previsto no Art. 211 da Constituição Federal.

Gohn (2001) considera a questão da representatividade e da paridade no âmbito dos conselhos problemas cruciais a serem melhores definidos. Em relação à paridade dos conselhos, a autora aponta que há disparidade de condições de participação entre os representantes do governo e da sociedade, uma vez que não se trata apenas de uma questão numérica, mas das condições existentes entre esses segmentos - governo e sociedade - quanto ao acesso à informação e a disponibilidade de tempo. Gohn destaca, ainda, a experiência de participação política que os segmentos ligados ao governo

possuem, o que pode possibilitar que as estratégias utilizadas sobressaiam sobre os demais.

Ainda sobre a composição do conselho, observamos que, no decreto nº 6900, publicado em dezembro de 2012, foram nomeados 14 representantes titulares e 14 suplentes, não treze como é determinado pela Lei 2727/96. Esta estipula o número de integrantes do Conselho, aumentando a representatividade da sociedade civil ao acrescentar um representante *de pais de alunos com necessidades educacionais especiais*.

Sobre essa questão, é pertinente trazer para discussão o posicionamento de Romão (1992). Este afirma que o aumento apenas quantitativo no quadro de conselheiros não garante uma maior atuação do órgão, podendo este ficar relegado aos burocratismos. A atuação do Conselho será garantida pela participação efetiva dos conselheiros e pelo verdadeiro diálogo que pode ser travado neste espaço, em prol da democratização de políticas educacionais no município.

Este é um dado que também se apresenta no CME de Atibaia, em que o aumento quantitativo de conselheiros não significou uma democratização efetiva, fosse pelo não comparecimento dos membros do CME às reuniões, ou pelo posicionamento não conflitivo, que o CME pareceu assumir.

Sobre a ausência de conflitos inerentes a um órgão que está representado por segmentos da sociedade com opostos interesses, a conselheira CF desabafa:

Olha, temas ligados à educação praticamente não foram motivo nem de grandes discussões e muito menos de grandes conflitos, uma unanimidade era o pouco caso dado ao conselho em termos de instalação, de equipamentos de resgate de documentos, isso era unanimidade, mais do que um desgosto, uma indignação mesmo (...) agora, lá entre nós, praticamente, não existia nenhum assunto que fosse motivo de conflito.

#### **4.3.4 Forma de escolha dos Conselheiros**

A Lei municipal nº 2.724/96 estabelece que os conselheiros sejam escolhidos entre seus pares, porém, ressalva no artigo 2º, que essa nomeação deverá ser composta por lista tríplice e os conselheiros deverão ser nomeados pelo poder executivo. Tal

brecha na lei produz o risco da indicação marcada pela tradição “clientelista” e, portanto, não democrática. A formação de listas tríplices acaba por dificultar a concretização de uma escolha verdadeiramente democrática, visto que, dentre os três nomes apresentados ao prefeito, nem sempre o escolhido é aquele que, de fato, representa a maioria.

Gohn (2001) afirma que, nos municípios sem tradição organizativo-associativa, os conselhos têm sido apenas uma realidade jurídico-formal, e, muitas vezes, um instrumento a mais nas mãos dos prefeitos e das elites, falando em nome da comunidade como seus representantes oficiais. Essa estrutura não corrobora para que os Conselhos atendam minimamente os objetivos para os quais foram criados.

Esse fato parece reforçado quando analisamos as escolhas para Presidente e Vice-presidente do CME de Atibaia. Na maioria das vezes, os escolhidos representavam o poder público municipal, e passaram, mais tarde, a ocupar os cargos de gestão no setor, dentre eles, citamos as seguintes funções assumidas: Secretário e Diretor da Educação do Município. Tal fato leva à suposição que, entre os representantes do poder público, participar do Conselho seja uma forma de ascensão na SME.

Sobre este aspecto, o Conselheiro CB assim se manifestou:

(...) porque se você pegar a priori o papel do CME imaginando que se vai pegar ao pé da letra o seu papel, ele tem um poder extraordinário de decisão, mas, na prática, não é isso que acontece. Inclusive em Atibaia, por conta das relações das pessoas, as pessoas são escolhidas a dedo, principalmente a representação do poder público.

A literatura que embasou este estudo mostra que Atibaia não está sozinha ao desempenhar essa prática. Uma pesquisa realizada por Werle (2000), em 80 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, constatou que o Conselho é largamente ocupado pelo poder público com representação do gabinete do prefeito e de representantes da SME. Há, ainda, predomínio da representação de professores ligados à educação municipal. Essa situação reforça o atrelamento do CME ao SME, que procura ajustar a composição deste aos interesses da gestão municipal.

#### **4.3.5 Atribuições do CME**

O Capítulo III, da Lei de Criação do Conselho, em seu Artigo 3º, trata das atribuições do CME, além das competências já previstas na lei de criação do conselho e das decorrentes da natureza de suas atividades. O quadro a seguir mostra as competências estabelecidas na Lei nº 2724/96 e as previstas em seu Regimento Interno:

Quadro VI - Atribuições do CME de Atibaia

<b>Lei 2724/96 de Criação do CME de Atibaia</b>	<b>Decreto 3416/97 que estabelece o Regimento Interno do CME de Atibaia</b>
<b>Artigo 3º:</b> São atribuições básicas do CME:	<b>Artigo 2º</b> - Além das competências e atribuições inerentes ao Conselho e das estabelecidas nos Artigos 1º e 3º da Lei municipal 2724/96, caberá ao CME:

<p>I – fixar diretrizes para a organização do sistema municipal de ensino e para o conjunto das escolas municipais;</p> <p>II – Colaborar com o Poder Público Municipal na formulação da política e na elaboração do Plano Municipal de Educação;</p> <p>III - Zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;</p> <p>IV - Exercer atribuições próprias do Poder Público local, conferidas em lei, em matéria de educação;</p> <p>V - Exercer, por delegação, competências próprias do Poder Público Estadual em matéria educacional;</p> <p>VI - Assistir e orientar os Poderes Públicos, na condução dos assuntos educacionais do Município;</p> <p>VII – Opinar, previamente, sobre convênios de ação interadministrativa que envolvam o Poder Público Municipal e as demais esferas do Poder Público ou do setor privado;</p> <p>VIII – Propor normas para a aplicação de recursos públicos, em educação, no Município;</p> <p>IX – Propor medidas ao Poder Público Municipal no que tange à efetiva assunção de suas responsabilidades em relação à educação Infantil, a Pré-Escola e ao Ensino Fundamental;</p> <p>X – Propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao educando, especialmente, a saber: merenda escolar, transporte escolar, concessão de bolsas de estudos;</p> <p>XI – Indicar membros representantes do Conselho para acompanhamento de realizações de concursos públicos, ingresso e acesso na área de educação;</p> <p>XII – Pronunciar-se no tocante à instalação e funcionamento de estabelecimentos de ensino, no Município;</p> <p>XIII – Opinar sobre assuntos educacionais, quando solicitado pelo Poder Público;</p> <p>XIV- Elaborar e modificar o seu Regimento Interno;</p> <p>XV – Exercer outras atribuições de peculiar interesse do Poder Público Municipal.</p>	<p>I- Propor, quando for o caso, a revisão do seu Regimento Interno;</p> <p>II- Elaborar e aprovar o Regimento de suas sessões;</p> <p>III- Estabelecer a estrutura organizacional do Conselho e definir suas atribuições e competências;</p> <p>IV- Elaborar e aprovar a proposta orçamentária do Conselho e o plano de aplicação das dotações que lhe forem consignadas;</p> <p>V- Manter intercâmbio com o CFE, com os CEE, com os Conselhos Municipais e Regionais de Educação e demais instituições educacionais;</p> <p>VI- Solicitar, nos termos da legislação, dos órgãos e instituições públicas e do Conselho Estadual de Educação, delegação de competências específicas.</p>
---	--

Com relação aos atos do CME - como pareceres e propostas -, o Artigo 4º estabeleceu que “as decisões do CME serão submetidas a apreciação do chefe do Executivo Municipal” (ATIBAIA, 1996). Assim sendo, todas as ações do CME devem, segundo o documento de sua criação, passar pelo crivo do poder público, elemento que

cria uma relação paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que o CME de Atibaia possui tantas atribuições, como expostas no quadro acima, são elas submetidas ao crivo do poder executivo, limitando, dessa forma, a autonomia proclamada.

No próximo capítulo, analisaremos a dinâmica de trabalho do CME em que se concretizam as atribuições aqui elencadas. Tal momento possibilitará ao leitor uma melhor compreensão do colegiado no período pesquisado.

## **CAPÍTULO 5 - DINÂMICA DE TRABALHO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ATIBAIA**

No capítulo anterior, apresentamos análise da trajetória do CME de Atibaia, priorizando o período que abarca a gestão do PV no município. Neste capítulo, focaremos a análise no funcionamento do CME, na percepção dos conselheiros sobre a atuação do Conselho e em sua relação com o poder público. Ainda exporemos os assuntos que, de forma recorrente, permeiam as discussões nas reuniões plenárias.

Verificamos nos estudos de Alves (2005), Betlinski (2006), Oliveira (2008), Pereira (2008), Zanetti (2009) e Magalhães (2011), anseios, posturas, atitudes, dúvidas, conflitos e encaminhamentos semelhantes com aqueles identificadas no CME de Atibaia, os quais apresentamos no decorrer deste capítulo. Tal fenômeno nos leva a concluir que, muitas das questões pontuadas, são comuns a esses espaços.

### **5.1 Funcionamento do CME DE Atibaia no período de 2001 a 2012**

O Conselho Municipal de Educação de Atibaia, em sua primeira fase de atuação (1997-2000), apresentou precariedade na estrutura e no funcionamento. As análises das atas indicam que estas precariedades estavam localizadas nos seguintes aspectos: local e horário para realização das reuniões; falta de clareza por parte dos conselheiros sobre a real função do Conselho; desconhecimento dos problemas educacionais; necessidade de elaboração do Regimento Interno, etc.

Entretanto, identificamos que, mesmo com as dificuldades mencionadas, o CME elaborou o seu Regimento Interno, o anteprojeto do Estatuto do Magistério, realizou levantamento dos problemas educacionais de Atibaia, acompanhou a gestão do Fundef, estudou a demanda escolar do ensino fundamental, além de visitar escolas isoladas. Esses fatos sinalizam que este foi um período de participação e comprometimento dos conselheiros, principalmente, no que tange à constituição do Conselho e ao entendimento de seu papel na educação do município.

Em relação ao período delimitado por esta pesquisa (2001-2012), a análise das atas, os registros das observações e os depoimentos dos entrevistados mostram que

surgiram novos entraves que se somaram às dificuldades detectadas no período anterior e que não foram solucionadas ou que foram parcialmente solucionadas.

Assim, em relação ao funcionamento do CME, nos deparamos com um cenário que estruturamos em três eixos: 1) **Condições de trabalho** – neste eixo, é apresentada a análise dos assuntos relacionados à estrutura e ao funcionamento do Conselho: local e horário das reuniões e sua periodização; ausência dos conselheiros; comunicação com a SME e recursos financeiros; 2) **Participação** – este eixo refere-se ao conhecimento e clareza sobre a função do conselheiro e o papel do CME; a publicização das ações do Conselho, a fim torná-lo conhecido na comunidade, de incentivar sua participação e a submissão do CME à SME; 3) **Assuntos discutidos** - eixo que discorre sobre os assuntos mais discutidos no Conselho e que está relacionado às políticas de educação do município.

### 5.1.2 Condições de Trabalho

As dificuldades de atuação do CME de Atibaia estão localizadas na falta de recursos humanos, físicos e financeiros para a manutenção e o desenrolar das atividades pertinentes a este órgão que, em diversas ocasiões, fica à mercê da Secretaria Municipal de Educação para o desempenho de suas atividades.

Consideramos que, em relação à sistemática de funcionamento do CME, a inexistência ou precariedade de organização é um aspecto negativo, entendemos que, por causa de sua importância, estes órgãos merecem maior atenção. O depoimento do conselheiro CB ressalta tal questão:

(o Conselho) Não dispõe de condições adequadas, o ideal é que ele, do ponto de vista material, tivesse uma estrutura permanente que pudesse dar condições materiais e políticas para que o Conselho atuasse no cumprimento de seu papel efetivamente, isso não existe, e não é só aqui em Atibaia, na maioria dos municípios não existe porque o poder público engessa esta atuação.

A conselheira CF narra o seguinte episódio:

Naquela época [que atuou como conselheira] nós tivemos dificuldades até de achar documentação, teve um período que a fulana que era a secretária disse: “não, mas eu tenho certeza fui quem fiz, fui em quem escreveu isso, como é que sumiu?? Ah não... tá nas caixas... Mas onde se acham as caixas?” Não

conseguíamos rapidamente essa questão dos documentos (...) era uma questão séria porque nunca eram encontrados.

De acordo com a conselheira, as críticas à estrutura disponível era um consenso entre os conselheiros,

(...) uma unanimidade era o pouco caso dado ao Conselho, em termos de instalação, de equipamentos de resgate de documentos, isso era unanimidade, mais do que um desgosto, uma indignação mesmo (Conselheira CF)

Em relação ao **local** para as reuniões do Conselho, estas aconteceram durante a maior parte do período investigado, em locais variados, como o prédio do Fórum da Cidadania, a Casa do Professor e, muitas vezes, na própria Secretaria Municipal de Educação, o que vem ratificar o que já se verificou em pesquisa publicada pela Secretaria de Educação Básica do MEC (2004). Tal estudo, concluiu que a maioria dos Conselhos funciona neste local e não possui computador, fax e telefone, bem como não conta com um fundo orçamentário específico, realidade que também foi constatada no CME Atibaia.

O documento do MEC sobre o processo de instituição dos Conselhos Municipais destaca a importância do CME possuir uma estrutura própria de, no *mínimo*, uma sala para reuniões e outra para equipe técnica (inexistente no CME de Atibaia), adequadamente equipadas com computador, acesso à internet, telefone, etc.. É recomendado, também, que uma equipe de apoio administrativo e assessoramento técnico sejam colocadas à disposição do CME pela Secretaria Municipal de Educação.

Romão (1992) entende não ser necessária uma sala específica de reuniões, uma vez que o plenário pode utilizar dependências já utilizadas para outros fins dentro da SME, porém, o autor defende que sua secretaria deve ter um espaço próprio para manutenção de arquivos, biblioteca básica de legislação, etc.

De qualquer maneira, o fato é que os conselheiros reivindicavam um espaço próprio desde sua implantação, e só teve atendida a solicitação dez anos após a criação do CME. A análise das atas mostra que, depois de muitos apelos e ofícios, os conselheiros conseguiram a aprovação de uma sala no Fórum da Cidadania, no ano de 2010, local para onde foram alocados todos os demais conselhos do município.

A **comunicação** entre o CME e a SME foi outro problema identificado, a Secretaria Municipal de Educação, por vezes, dificultou o acesso às informações ou demorou a responder as questões encaminhadas à SME. Essa dificuldade na comunicação prejudica o andamento dos trabalhos, conforme explicitado no relato da conselheira CA:

(...) as pessoas ficam decepcionadas, frustradas, aí vem uma pessoa que é mais turrona, né, mais impositiva, aí ela quer resolver de outra forma, foi a maneira como ele fez [se referindo ao outro conselheiro presente na reunião], entregou o requerimento, então, algumas coisas acabam acontecendo assim, as pessoas que recebem o requerimento não ficam satisfeitas.

No caso citado, o conselheiro, representante da Apeoesp, havia solicitado respostas sobre a contratação de especialistas: os professores de Arte e de Educação Física. Outra resposta que ele solicitou era sobre a questão do Estatuto do Magistério. Como ele não obteve redigiu um documento pedindo explicações para a presidente do Conselho, que é também diretora da SME.

O conselheiro CC verbalizou que as solicitações que o Conselho envia são respondidas nas reuniões, eles não têm nada por escrito, só o que fica registrado em ata.

A conselheira CF também relatou que não conseguiam rapidamente informações da SME:

Não conseguíamos rapidamente, essa questão dos documentos, por exemplo, era uma questão séria porque eles nunca eram encontrados, a gente não tinha um computador que funcionasse, então, alguém, pessoalmente, tinha que se prontificar, ou do computador pessoal, ou do computador do trabalho, ou a ir à SE conseguir alguma informação, acho que é [cita o nome de uma conselheira] que foi conselheira representando a SME, era uma pessoa de dentro ali da educação, se alguma coisa dependia dela, ela conseguia trazer as informações importantes (...).

O conselheiro CD relata que eles ficavam a par de várias questões relativas à educação somente na reunião do Conselho,

(...) ia alguém à SME e trazia a informação, mas, na sequência, a gente não conseguia... por várias situações, a gente não conseguia, a coisa não tinha andamento por várias razões, por conta de uma coisa ou outra, não tinha pessoa disponível. Também por conta de trabalhar em outros horários não tinha tempo de participar da tal reunião, a gente, às vezes, ia na Prefeitura para conversar com alguém, tinha que ter aquele tempo e quase ninguém se candidatava a fazer esse serviço. Também por conta do trabalho, então, realmente o papel do conselheiro, dessa forma, é meio que pré-forma mesmo, porque impossibilita muito o trabalho da pessoa, não tem como correr atrás, vai largar de trabalhar, de ir no seu serviço para correr atrás de uma coisa

dessa, a dificuldade que a gente encontrava era essa, o horário das reuniões... bate na questão do funcionamento.

Em relação à **dotação orçamentária**, cabe ao órgão executivo, ao qual o CME está vinculado, realizá-la. No caso de Atibaia, a SME deve assegurar fundos provenientes do orçamento da educação, uma vez que é recomendável que o CME deva ter uma rubrica própria, administrada com autonomia e resguardadas as normas gerais de direito financeiro público. Contudo, tais recomendações não são atendidas pela SME, que alega falta de verbas para atender este requisito.

Sobre a manutenção dos Conselhos Municipais de Educação, Romão (1992, p. 104) defende a obtenção de recursos financeiros mínimos; “para fazer face à sua própria manutenção e preservar sua autonomia, o Conselho deverá ter dotação orçamentária própria, consignada à conta da Secretaria Municipal de Educação”. Para o autor, este é um ponto importante a se tratar quando o assunto é a liberdade de atuação do Conselho, pois está relacionado à sua autonomia.

O conselheiro CC disse desconhecer um fundo próprio para o Conselho,

Tudo que ocorre no conselho vem da Secretaria da Educação, material humano e profissional é da prefeitura, tudo que diz respeito à elaboração de documentos, somos nós mesmo que fazemos, material, computadores, folhas... eu desconheço um fundo próprio.

A conselheira CF relata que, alguns conselheiros, inclusive o presidente do conselho, se mobilizaram para saber da dotação orçamentária para o Conselho, mas a resposta foi que não havia condições.

Sari (2001) afirma que os CME estão estruturados sobre a ideia de autonomia administrativo-financeira, reconhecendo que, sem a devida autonomia de funcionamento e atuação, estes colegiados não cumprem suas funções constituídas.

O Conselho que não possui recursos próprios, como é o caso de Atibaia, pode ficar submetido à condescendência do Executivo para a liberação de verbas. Essa dependência pode resultar na estagnação do Conselho, determinando o tipo de relação que se estabelecerá entre os dois órgãos.

Outro fator tido como negativo levantado pelos conselheiros, diz respeito à **periodicidade** das reuniões. Estas aconteciam, geralmente, uma vez por mês, com duração de 1 hora em média. A percepção dos conselheiros era que o tempo das

reuniões e a frequência com que elas aconteciam eram insuficientes para trabalhar os assuntos demandados.

Na percepção dos conselheiros:

Eu acho, uma reunião de uma hora por mês para não sei quantas coisas importantes aqui do município pouco: é escola que o esgoto desemboca tudo na frente da escola, chama o departamento de obras, o departamento de obras não aparece, distribuir folheto da campanha de vacinação na véspera da vacinação (...) uma vez por mês? (Conselheira CF)

Você não consegue chegar num debate numa discussão adequada em uma hora, impossível, uma hora por mês, uma discussão sobre, por exemplo, o Plano Municipal, em uma hora? (Conselheiro CB)

Assim como a periodicidade das reuniões, a questão do **horário** estabelecido para realização das reuniões do CME é assunto que suscita várias discussões, além de ser o mais conflituoso por ser usado como justificativa para as ausências às reuniões do CME, outro assunto bastante debatido no conselho.

O conselheiro CD faz as seguintes colocações sobre a questão:

(...) o horário estabelecido para as reuniões é após o horário de expediente de trabalho e nunca coincidia um horário bom para pegar a maioria das pessoas, todo mundo trabalha durante o dia e à noite fazer reunião, o que acontece, chega cansado, não vai, então sempre fica aquela coisa muito pingado, então, o horário é muito ruim, acho que, de todas as críticas que eu tenho, o horário é o pior. Tem que ser um horário mais acessível para reunir um maior número de pessoas.

Já a conselheira CF tem uma percepção diferente, ela aponta a tentativa da secretaria do conselho de adequar os horários à maioria dos conselheiros.

Quando as pessoas começavam a se manifestar que tinham dificuldade naquele dia ou naquele horário, ela (secretária) tentava ajeitar com todo mundo um horário melhor, mas, com exceção de duas ou três reuniões, nós nunca começamos na hora e não foram poucas as vezes que nós ficamos esperando em pé, ali perto da escada do Fórum da Cidadania 25, 30 minutos para conseguir juntar meia dúzia de pessoas para sentar e mais reclamar do horário, da organização, de não sei mais o que, do que realmente trabalhar.

Os dados sinalizam que essa questão do conflito de horário estava muito relacionada ao fato de a maioria dos conselheiros fazerem parte do quadro administrativo do município, e os horários serem estabelecidos para contemplar esses conselheiros. O conselheiro CD faz a seguinte colocação:

(...) a maioria... não sei se a maioria, mas muitos integrantes eram da prefeitura, ficava difícil porque eles queriam fazer sempre no horário fora do expediente porque não dispensavam as pessoas para participar da reunião.

Na reunião realizada em maio de 2012, presenciei um intenso debate sobre a ausência dos conselheiros nas reuniões e o compromisso do poder público em liberar seus representantes para as reuniões, fato levantado, especialmente, pelo representante do sindicato dos professores, o qual alertou para a obrigatoriedade da dispensa dos funcionários para tal fim. A fim de tentar solucionar o conflito, foi proposta, para próxima reunião, a mudança do horário para às 16h30min. Entretanto, observei que essa medida mostrou-se inócua, pois, na reunião seguinte, com horário diferente do normal, passados 15 minutos, ninguém apareceu. Como tinha ido fazer a observação, liguei para uma conselheira professora da rede municipal e obtive a seguinte informação: *“Acho que não vai ninguém... Eu estou na sala de aula, não fomos dispensados do trabalho para a reunião,... mas não fala que eu te disse isso”*. Dos 07 conselheiros presentes na reunião anterior, um havia pedido afastamento, um era representante do Ensino Superior e não muito assíduo, segundo seus companheiros, um professor era da rede estadual e quatro eram vinculados ao poder público municipal. Destes, só apareceu um, após 15min passados do horário estipulado. A presidente do Conselho, que também era à época a Diretora de Educação do Município, se mostrou surpresa com a falta dos outros conselheiros. Contraditoriamente, reiterou que a questão não era o horário e, sim, a falta de responsabilidade dos conselheiros e a impossibilidade de dispensar os professores da sala de aula.

Apesar de termos identificamos nos relatos que foram feitas tentativas de ajustes de horário para os membros do Conselho, a fim de contemplar a possibilidade de comparecimento da maioria dos conselheiros, o problema ainda persistia.

Entrar em consenso sobre o horário era importante, pois este fator está relacionado a outro ponto de preocupação e conflito bastante discutido pelos conselheiros, que é a expressiva ausência de grande parte dos conselheiros nas reuniões.

A **falta** ou o excesso de faltas de alguns conselheiros, além de gerar desconforto entre os membros, impede a interação entre os estes e impede o diálogo, uma vez que

acabam sempre os mesmos participando das reuniões. Tal fato inviabiliza a representatividade de todos os segmentos nas discussões do CME. Conforme relato:

(...) as reuniões eram marcadas muitas vezes e o presidente do Conselho não aparecia, nós aparecíamos dois ou três, sempre os mesmos, as pessoas começaram a se desgostar (...) os sinais eram muito evidentes de que aquilo não era prioritário (...). (Conselheira CF)

Em várias atas do CME, verifica-se o registro da insatisfação dos conselheiros presentes em relação à postura dos conselheiros que frequentemente faltavam às reuniões, vários foram os questionamentos sobre essas ausências e sobre a necessidade de elaborar um documento com a convocação e ciência das reuniões para todos os membros do CME e exigir que se cumprisse o Regimento, solicitando o desligamento destes membros, conforme os registros que seguem:

Os conselheiros presentes fizeram questionamentos sobre a ausência dos demais representantes que ainda não participaram das reuniões e o Presidente do Conselho estabeleceu que há a necessidade de elaborar um documento para convocação e ciência das reuniões para todos os membros do CME (Reunião ordinária de 11/12/2008)

(...) Fica decidido também que os conselheiros com mais de cinco faltas serão notificados através da entidade a que pertencem, sobre seu descredenciamento do referido conselho (Reunião ordinária de 14/05/2009)

Uma ação do Conselho, visando solucionar esta questão, foi a elaboração de um ofício e de um email enviado aos conselheiros faltosos alertando sobre o número de faltas (cinco), o qual caracterizava demissão tácita. Chegamos no seguinte ... no começo cortamos a pessoa e colocamos o suplente, mas aí a discussão era sempre a mesma, vai fazer isso vai correr o mesmo risco, vai entrar o suplente, já nem quis ser o titular, por conta de todas estas situações que não tem tempo para agir, se for trocar de titular vai dar na mesma, então, se for cancelar o titular, por conta dele não participar três reuniões seguidas, que podia excluir, ia só dificultar o Conselho, na verdade, ia só acabar o Conselho, porque ninguém queria ir, na verdade é isso.

A fala acima é corroborada pela conselheira CA, que questiona o comprometimento dos conselheiros:

(...) as pessoas que deram o nome para participar tinham que ser mais responsáveis, deveriam estar aqui, já marcamos reuniões que não fizemos porque não tinha quórum, não tinha nem o mínimo para abrir uma discussão, então, o que falta é um pouco de responsabilidade da pessoa que deseja participar, representar sua entidade.

A discussão sobre as faltas demonstrou que a ausência dos conselheiros está relacionada a outros fatores - além do horário - que impedem a participação e o envolvimento dos conselheiros. Entre elas, destacamos a falta de vivência democrática e de participação, elementos os quais ainda não estamos habituados a exercer.

As consequências são danosas ao processo democrático, pois, várias vezes, questões importantes para a educação do município foram decididas com pouca representatividade - 05 ou 06 participantes - e com o agravante destes serem ligados ao poder público. Também ocorreu de dois deles representarem o mesmo segmento, um como titular e outro como suplente.

Aqui, abrimos um parêntese para discutir a questão do poder de indicação do prefeito dos conselheiros pela lista tríplex. Também é importante falarmos acerca da representatividade, que não é real se não houver a defesa dos interesses da classe que o representa. Por fim, ficou decidido que conselheiros com mais de cinco faltas seriam notificados pelo CME à entidade que pertenciam sobre o seu desligamento, entretanto, apesar de respaldados pela legislação, alguns conselheiros se mostraram contrários a esta medida, como expõe o conselheiro CD:

(...) o funcionamento do conselho é só mesmo uma coisa pró-forma, porque não vejo um empenho das pessoas de realmente ir lá para querer mudar, as pessoas realmente não se envolvem, como tem vários segmentos acaba indo uma pessoa para representar aquela instituição para não ficar aquele vazio, mas muitas vezes não são pessoas comprometidas com a situação (...).

Os fatores apontados levam à insatisfação com o funcionamento e desempenho do Conselho, como nos mostra a reflexão que faz a conselheira CF,

Eu acho que, enquanto eu estive lá, o Conselho praticamente não funcionou, se nós tivemos três ou quatro reuniões para decidir alguma coisa significativa, e você vai me perguntar o que é, e eu vou falar para você que eu não lembro, porque eu acho que não tenha tido nada significativo.

A autonomia necessária para o bom funcionamento do CME está relacionada à questão da estrutura e das condições de funcionamento. Nesse sentido, é importante buscar formas de debelar essa dependência imposta, para que os Conselhos possam, de fato, desempenhar seu papel na representação da sociedade.

### **5.1.3 Participação**

Aqui são discutidas as questões relacionadas ao conhecimento e clareza que os conselheiros possuem sobre sua função e o papel do CME na política educacional do município. Tal função consiste na publicização das ações do Conselho, a fim torná-lo conhecido na comunidade, no incentivo da população à participação efetiva nos Conselhos e a submissão do CME à SME. Principalmente, na primeira fase do Conselho, mas, também, presente em outras gestões, ficou clara a falta de experiência aliada ao desconhecimento dos assuntos/problemas educacionais do município na condução dos trabalhos.

O **conhecimento dos conselheiros** sobre o Conselho influi tanto na dinâmica de trabalho quanto no compromisso dos conselheiros do CME, por este motivo é importante o investimento na capacitação destes. •.

Algumas ações de capacitação foram realizadas, conforme relata a conselheira CA:

(...) a gente já participou de alguns encontros e, especificamente esse anterior que a gente participou, só falava de Conselho, como se forma o conselheiro e tudo mais, só que é pouco, como você vai responder para alguém se você não sabe? Deveriam existir mais cursos, estudo em grupo para você se tornar um *expert* no assunto.

O conselheiro CB conta,

(...) trouxemos também o Marcos da UCME (União Nacional de Conselhos) para fazer uma palestra em Atibaia, a presença dele foi boa, ele fez uma palestra sobre o que é o Conselho Municipal.

Apesar de existirem essas capacitações, elas se mostram insuficientes. O conselheiro CC entende que é incipiente o conhecimento sobre o papel e funções do CME:

Reuniões, deliberações, a gente está muito engatinhando ainda, os conselhos de outras áreas da saúde, social são mais ativos ( ...) O CME, eu sinto que é muito parado, não sei se é falta de tempo, até de estrutura, ou mesmo de formato, que propicie trabalhar mais.

No decorrer do tempo, as finalidades do CME se tornam mais claras e nota-se uma postura com mais iniciativa e mais participativa por parte dos conselheiros.

Entretanto, ainda é preciso investir na capacitação, a fim de que este espaço se torne, de fato, um local para o debate das questões educacionais.

Sobre **as funções** do Conselho, os entrevistados atribuíram várias funções: consultiva, propositiva, mobilizadora, fiscalizadora, normativa e deliberativa. Porém, quando questionados especificamente em relação às funções atribuídas ao CME de Atibaia, os depoimentos dos conselheiros, por vezes, demonstram desconhecimento sobre o significado de cada uma das funções desempenhadas.

Foram registradas em várias atas a necessidade que os conselheiros sentiam de conhecer outros conselhos e observar como eles atuavam, além do interesse sobre a oferta de cursos e seminários sobre o CME.

Este movimento de busca de conhecimentos é importante, uma vez que o desconhecimento de seu papel na condução da educação do município aprofunda a falta de militância política dos membros que compõem os conselhos e acabam levando às ausências e à falta de envolvimento nos debates travados neste espaço.

A **publicização** dos atos do CME, ou seja, a visibilidade ou falta de visibilidade desses órgãos, devido à inexistência da divulgação dos trabalhos, gera desconforto entre os conselheiros.

Em relação à divulgação dos atos do CME de Atibaia, os conselheiros relatam ser inexistente, o conselheiro CE diz que:

O que acontecia, no máximo, era o Conselho fazer um relatório das atividades do ano, mas ficava como um documento interno, é o que eu falo não tinha rotina, não tinha expediente..Não fazia. Eu acho que o único ato foi a normatização da escola infantil. (...) todos os Conselhos, com exceção do Tutelar, todos os conselhos, o conselho do patrimônio... tombamento da matriz, os únicos registros que você vai ter também vai ser o livro ata que aí vai ter lá.

Com o intuito de reverter essa situação, uma conselheira propôs a criação de uma conta de email do Conselho, que seria utilizada para divulgar as ações e, também, serviria como um canal de comunicação com a sociedade:

A conselheira, representante das escolas particulares e vice-presidente do Conselho, sugeriu a criação de um e-mail para o CME, para que o público em geral faça os encaminhamentos das questões educacionais do município. Dessa forma, o CME poderia realizar um trabalho efetivamente democrático e com a participação de diversos segmentos da sociedade. (Reunião ordinária de 11/11/2008)

Na reunião seguinte, a mesma conselheira trouxe, novamente, o assunto à pauta, anunciando a criação do email ([cme@atibaia.gov.br](mailto:cme@atibaia.gov.br)), destacando seus benefícios e sugerindo nova ação, que propiciaria maior interação entre os conselheiros e a comunidade.

A conselheira representante das escolas particulares iniciou a reunião fazendo considerações sobre a necessidade e importância do endereço eletrônico e -mail do CME, pois este será o contato direto com a população. O endereço eletrônico já criado foi informado aos conselheiros presentes. Foi sugerida também a criação de um site ou link próprio do CME, com notícias, legislação, fotos, informações sobre as escolas e etc. (Reunião ordinária de 11/12/2008)

Entretanto, era preciso definir como essas ferramentas seriam utilizadas, pois, sem um acompanhamento, essas propostas seriam praticamente nulas, conforme relata o conselheiro CD:

Nós fizemos o site, recebemos poucas informações porque não conseguíamos divulgar, ficou muito ali, no nosso grupo, não teve como sair porque tivemos dificuldades de sair para ver as formas de divulgação, por conta do horário e, aí, por conta, disso ninguém sabia, a população não sabia o que estava acontecendo, não tinha como opinar, então, parou!! Parou e foi uma ideia muito legal, que parou por conta do funcionamento do Conselho, que não foi viável.

Ressaltamos a percepção e iniciativa do CME, sobre a necessidade de ouvir a comunidade e seus anseios em relação à educação do município, assim como a preocupação em divulgar as ações do Conselho, pois é uma forma de se fazer conhecer e propiciar a aproximação entre os conselheiros e os segmentos que estes representam, mas não basta só criar um email ou um link, é preciso efetivamente buscar as formas de usar essas ferramentas, de organizar-se enquanto grupo e levar as ideias adiante de forma persistente.

Somente o ato de informar as ações não se constitui como um movimento efetivo de democratização, é necessário buscar formas que permitam ao CME estabelecer um vínculo com a população através do diálogo com os usuários do sistema municipal de ensino, profissionais da educação etc, assim, fortalecendo o Conselho como um espaço de discussão e debate e participação popular através da mediação dialógica entre sociedade e SME.

O último item discutido nesse eixo diz respeito à **submissão** do CME à SME, por vezes, detectada nas formas de registro das atas, nas pautas e na condução das reuniões. Entre os conselheiros entrevistados, alguns deixaram transparecer que a autonomia do CME é relativa, considerando o papel legitimador que vem desempenhando ante às demandas da SME.

A forma como eram feitos os registros nas atas das reuniões também é questionada pelo conselheiro CD, que assim se manifestou:

(...) então isso é outra coisa, uma coisa que eu critiquei que, depois, no final, parece que acabou dando certo, que as atas nunca eram feitas no momento, a secretária, que era uma funcionária da prefeitura, era diretora de uma escola. Ela colhia as informações daquele dia da reunião, da pauta e ela digitava tudo bonitinho e sempre trazia na próxima reunião para a gente assinar a anterior. Então, é aquela história, muita conversa que saía na reunião a gente nem lembrava mais que tinha falado sobre aquele assunto e, muitas vezes, nem era citado na ata e, na hora H, acabava até esquecendo, então, eu falava: gente, essa história de fazer ata depois não dá certo, tem de fazer a ata na hora, no momento, de próprio punho e assinada, mas, pela dificuldade de colher todas as falas e não sei o quê... Então, era assim, na reunião seguinte é que vinha a ata para a gente assinar... Já vinha pronta, era só a gente ler e assinar, se tinha alguma coisa para alterar, era coisa mínima.

Em relação às pautas das reuniões, o conselheiro CD relatou que, geralmente, elas vinham definidas pela Prefeitura,

E se a gente tivesse uma coisa “muito, muito” importante para falar ficava sempre em segundo plano.

A conselheira CF relatou,

(...) nós vamos discutir isso, e a gente tentava discutir isso e as pautas não eram respeitadas como deveriam ser (...). Pelo que eu me recordo, raramente seguiu-se as pautas.

A situação citada pelos conselheiros CD e CF foi constatada na análise dos dados. Os assuntos eram debatidos, mas não havia uma votação e fechamento da decisão. As questões eram bastante discutidas, mas não havia continuidade e os encaminhamentos, muitas vezes, não eram feitos. Muitas vezes, na reunião seguinte, o assunto não era retomado e passava-se para outro assunto, sem que o assunto anterior fosse definido. Muitas vezes, a presidente do conselho acabava por decidir a questão sozinha e passava somente a informação sobre a decisão para os conselheiros, geralmente, através da leitura dos documentos para que eles assinassem.

O depoimento do conselheiro CC traz a seguinte percepção do problema,

O maior entrave é a participação, se você não tem participação você não tem quórum, se não tem quórum, não tem reunião e, se não tem reunião, como vai estudar os casos? E nós temos diversas questões em aberto que, até agora, não conseguimos discutir por falta de tempo. Chega 18hs, 19hs, tá todo mundo cansado, quer ir embora para casa e não dá tempo para discutir. Às vezes, discute um assunto e acaba nem deliberando nada quanto aquilo e assim acaba sendo decidido pela presidente mesmo. Ela estuda, ela faz e gente acaba... não é que ela tira nossa participação, não, é que, realmente, não dá tempo para que cada um dê sua opinião e fica aquela conversa mais informal pela internet, pelo telefone, com cada um dando sua opinião, e não numa reunião aberta (...).

O relato demonstra que se por um lado existe certa ingerência da SME, por outro lado, também existe a conivência dos conselheiros, que acabam se eximindo de suas responsabilidades.

Também detectamos a ocorrência de interferência nas reuniões pela Secretaria da Educação, que sempre trazia questões e avisos, atropelando, assim, a pauta definida. Também foi apontado o uso das reuniões dos conselhos para organizar eventos da SME e para visita de vereadores.

O relato do conselheiro CD expõe a percepção da submissão do CME à SME. Ele explica que as propostas existiam, porém, não como algo que partisse do Conselho, mas que vinha pronto da SME.

Ele [o Conselho] por legalidade deveria ser forte, de fato é pró-forma, tá ali para assinar (...) ou discutir algum assunto de interesse imediato, a prefeitura tá precisando destinar tal verba para tal situação... então, vem o projeto do meio ambiente, “olha pessoal precisamos votar esse projeto do meio ambiente porque a prefeitura tá precisando para agilizar o processo e destinar a verba”, então, no mesmo dia se lia tudo e assinava, a situação era essa (Conselheiro CD).

Questionado pela pesquisadora como seria se tivesse alguma coisa que o Conselho não aprovasse no projeto, o Conselheiro explica:

Então, mas acontece que a gente lia o projeto e não tinha assim aquele tempo de analisar profundamente o projeto, a gente tinha as informações dos membros da prefeitura, das diretoras [das escolas] que faziam parte do conselho, que trabalhavam já na escola do município, que o projeto era muito bom, de que tudo funcionava às mil maravilhas. Então, quem era a gente para falar “não, não vamos fazer, vamos podar isso aí, não vamos assinar para atrapalhar”? Então, vamos assinar e vamos deixar correr (...)

A conselheira CA, ao responder se vê o Conselho como órgão autônomo, coloca a questão da seguinte forma:

Não, não porque a presidente é da Secretaria, isso não é autonomia, a presidente não é da Secretaria? Então, funciona de acordo com a Secretaria da Educação.

Quando questiono se são eles [conselheiros] votam para escolher o presidente, ela explica que o presidente já vem quase que indicado e que teve gestão que o presidente não era da Secretaria e que o trabalho e relacionamento foi difícil.

A condição de submissão do CME em relação à SME existe e limita o seu funcionamento, além de desmotivar a participação dos conselheiros, reduzindo-os a uma condição burocrática e legalista com a finalidade de atender as necessidades da SME, legalizando as questões relacionadas ao ensino público municipal sem a discussão e os debates necessários e próprios desse espaço.

Essa submissão ao poder público e suas demandas esvazia o papel que o Conselho deve desempenhar na representação da sociedade.

#### **5.1.4 Assuntos discutidos**

Entre os **assuntos educacionais mais discutidos** no Conselho, estão as políticas de educação do município. São citadas nas reuniões plenárias as questões referentes ao Estatuto do Magistério, à municipalização, à regulamentação da Educação Infantil, ao uso da verba do Fundef, à creche comunitária, à educação especial, ao processo de inclusão, ao PME e ao ensino de nove anos, entre outros assuntos. Poucos destes assuntos foram demandados pelo próprio CME, a maior parte foi encaminhado pela SME.

Selecionamos para análise três assuntos que fizeram parte da parte das pautas das reuniões de formas diferenciadas: 1) demandado pelo próprio Conselho, o *Estatuto do Magistério*; 2) o *Funcionamento das escolas de educação infantil*, inicialmente, demanda do Conselho e, posteriormente, priorizado pela SME; 3) *Plano Municipal de Educação*, encaminhado pela SME ao Conselho.

1- *Estatuto do Magistério*: este foi o tema mais discutido no CME de Atibaia desde a implantação do conselho, foi recorrente a cobrança para que o poder público implantasse este documento.

As referências a este documento estão presentes desde sua implantação e em vários momentos do período analisado. Na última reunião da gestão anterior ao PV (20/11/2000), os conselheiros demonstraram preocupação com os rumos do Estatuto, que estava em fase de aprovação. Com o momento de transição da gestão e renovação dos conselheiros, com o intuito de acelerar o processo, seus membros resolvem enviar um ofício à prefeitura para que esta o envie à Câmara. Também foi proposta uma reunião da comissão do Estatuto com o prefeito eleito.

Na primeira reunião, que aconteceu em fevereiro, com o novo prefeito do PV já empossado, Sr. José Roberto Tricoli, os conselheiros discutiram a necessidade de seguirem com as reuniões até o final de seu mandato, ressaltando a autonomia do CME, cujos representantes foram eleitos pelos pares. Decidiram os membros do Conselho dar continuidade ao documento a que vinham se debruçando - a elaboração do Estatuto do magistério - e resolveram cobrar uma resposta do poder público sobre o documento, mesmo com o anúncio antecipado que tal só seria analisado no ano de 2002, depois da equipe gestora se inteirar da situação do município.

Na reunião do dia 03/03/2001, ficou decidido organizar a pauta com o Prefeito. Foi solicitada agilidade no andamento do processo do Estatuto, o qual já havia sido entregue no ano anterior (2000). No dia 05/03/2001, o Prefeito reuniu-se com os conselheiros com o intuito de ouvir as reivindicações destes. Em relação ao Estatuto, esclareceu o prefeito que iria enviar o documento à Câmara para que os vereadores lhe tivessem ciência e pudessem estudar seu conteúdo, mas não, ainda, para aprovação uma vez que este deveria fazer parte da Reforma administrativa, que seria enviada à Câmara.

No dia 19/03/2001, a reunião foi aberta com a presidente oficializando junto ao Secretário da Educação (presente na reunião) o pedido para envio da proposta do Estatuto, o mais rápido possível. Neste momento, o Secretário da Educação (ex-presidente do Conselho), tomando a palavra, colocou a necessidade de ver os lados, levando-se em conta a realidade do município e da administração, primeiro criando condições para contemplar os anseios da categoria, mas, também podendo viabilizar a proposta. Aventou-se a possibilidade de colocá-lo em prática no próximo ano, 2002. Frustrados, os conselheiros elaboraram um novo ofício na reunião seguinte, apontando

as datas de encaminhamento do Documento (17/04/2000) e o pedido, os quais foram encaminhados ao Prefeito atual (05/03/2001). Foram destacadas essas datas e foram solicitadas respostas sobre o encaminhamento deste documento. O que se percebe, neste momento, é que a SME não queria se opor ao CME, recusando o processo de implantação do Estatuto do Magistério. Assim, deu-se início ao processo de postergação do ato, sempre solicitando novos estudos, vistas, etc.

Após a análise da ata dessa reunião, existe uma lacuna na análise de documentos devido à descontinuidade dos documentos entregues para pesquisa. Assim, somente em 2007, no dia 22/09, verificamos a retomada do assunto na pauta das atas em que constava o relato da elaboração de um requerimento solicitando a retomada da reflexão sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, plano o qual deveria ser entregue ao Secretário da Educação, o ex-presidente do CME. Apesar da descontinuidade das atas, esse assunto sempre esteve presente na pauta do Conselho e pode ser observado nos relatos dos conselheiros entrevistados. Até o momento em que foi finalizada a coleta dos dados desta pesquisa, nada de concreto foi feito em relação ao Estatuto do Magistério.

A função do Conselho sobre essa questão pode ser explicitada pela percepção do conselheiro CC como propositiva e mobilizadora:

Estamos tentando mobilizar a rede, estamos com o Estatuto do magistério emperrado, porque, na verdade, queriam que o Conselho fizesse, o Conselho, o Legislativo, a Secretaria, tem todo um trâmite e não daria tempo somente com as casas envolvidas. Então, foi contratada esta empresa para girar mais rápido, mas, pelo que a gente tá sabendo, não tá girando mais rápido coisa nenhuma, porque a empresa parece que não é da área, ela ganhou a licitação. Então, passa pela licitação e tá emperrado, então, nós estamos mobilizando o corpo docente de Atibaia pra poder tá verificando isso, pra tá olhando com outros olhos para o estatuto e colocando pra eles qual a importância disso, porque, infelizmente, muitos professores desconhecem como o estatuto é importante na vida dele (...) a maioria dos professores desconhecem isso ou estão desinteressados pelo assunto, então, o nosso trabalho é de tá mobilizando e informando os professores da importância disso, pra que eles também peguem a cópia do estatuto, leiam e coloquem o que estaria errado, o que está aceito para que a gente possa juntar isso e mandar para essa empresa que tá fazendo o Estatuto, mas, até agora, a gente não tá tendo muito retorno. É o que te falei, não sei se é muito recente este tipo de mobilização, eu sou novo também, eu não tenho participado dos outros conselhos, mas o pessoal não se interessa muito não, a gente tentou levar para a escola, para os HTPCs, mas a ideia não foi pra frente, não pelo Conselho, mas tem que ter aceitação, não adianta você empurrar goela abaixo.

2 - *Funcionamento das escolas de educação infantil*: este foi um tema que também foi demandado pelo CME, porém, posteriormente, foi priorizado pela SME e esteve presente na pauta de várias reuniões, tendo, inclusive, seu processo acelerado.

Uma das grandes preocupações e tema de muitas discussões foram as condições de funcionamento das escolas particulares de educação infantil, principalmente daquelas que não tinham autorização formal de funcionamento, sendo consideradas clandestinas, conforme chama atenção a representante do Ensino Superior. Esta lembrou que o Conselho é Deliberativo e Consultivo, porém, até o momento, este não deliberou. Ela ainda afirma que a proposta dos Conselhos é exatamente fazer uso da deliberação para organizar com urgência a Educação Infantil Municipal pública e particular, devido aos graves problemas existentes, uma vez que não há nenhuma regra. Nessa reunião, que aconteceu em setembro de 2001, foi proposto em caráter de urgência a organização da Educação Infantil Municipal pública e particular, devido à constatação de grandes problemas. Tal representante levantou, ainda, a necessidade de elaborar um documento normatizador.

No dia 17/10/2001, o presidente do Conselho colocou em pauta a leitura e análise da Deliberação Conselho Municipal de Educação, tal documento fixa as normas para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Atibaia. Tal documento foi levado ao conhecimento das supervisoras e diretoras deste nível de ensino, solicitando pressa na análise para aprovação urgente da Deliberação, entretanto, o representante da APEOESP solicitou um tempo maior para poder estudá-lo, e, na reunião seguinte, foram solicitados esclarecimentos sobre alguns artigos conflitivos, como a falta de proposta pedagógica das escolas, que, segundo o Presidente do Conselho, a LDB/96, no artigo 42, não aponta como obrigatória. Ao término da leitura e apreciação do documento, os conselheiros decidiram pela sua aprovação e publicação na Imprensa Oficial. O Presidente do Conselho faz parte do Poder Público. Notamos, também, uma falta de posicionamento do representante das escolas privadas em assunto de grande interesse da rede particular, não conseguimos identificar se este estava presente na reunião.

Assim, no segundo semestre de 2001, a principal preocupação do Conselho foi a organização da Educação Infantil Municipal e o encaminhamento dado foi a elaboração

das Normas para Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Atibaia. Diferentemente do Documento sobre o Estatuto do Magistério, a normatização da Educação Infantil era uma assunto que interessava ao poder municipal regulamentar. Então, a análise das atas mostra a total cooperação da SME para com o CME.

3 - O *Plano Municipal de Educação* foi uma questão apresentada pela SME ao CME, na reunião que aconteceu em 11/04/2006. Esta fora a primeira reunião para dar posse aos novos conselheiros. Em discurso inicial, o Secretário de Educação do município ressaltou a importância do Conselho no processo de formação de Políticas Públicas Educacionais do município e colocou sobre a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) e a necessidade do envolvimento do Conselho para elaboração do plano. Sobre essa questão cabe apresentar duas formas de entendimento divergentes do papel do CME.

De acordo com documento do MEC (2006, p.41), é atribuição do Conselho Municipal de Educação: “coordenar, com a Secretaria Municipal de Educação, o processo de discussão e de elaboração do Plano Municipal de Educação”.

Monlevade (2005) afirma que o papel principal do Conselho Municipal de Educação não é o de dirigir ou de coordenar o processo de elaboração do PME. Para o autor, a decisão de fazer o Plano é do poder Executivo e Legislativo.

Em geral, o que observamos é que, depois de o prefeito dar o “sinal verde”, é a Secretaria Municipal de Educação que coordena todas as etapas do processo. Ao CME, independentemente de o Município se constituir ou não em Sistema de ensino autônomo, compete a participação privilegiada na elaboração, na implantação e no acompanhamento do PME. Postos tais esclarecimentos, iniciamos a análise de como foi o processo de elaboração e implantação do PME no município de Atibaia.

No ano de 2007, o foco principal das discussões do Conselho foi a elaboração do PME com vigência de 10 anos. Na reunião do dia 08/02/2007, ficou estabelecido que a elaboração do PME seria uma elaboração conjunta entre a SME e o CME. Entretanto, na reunião seguinte a esta, a determinação 01/03/2007 fora lida pela Presidente do Conselho configurando uma versão preliminar do PME. Esta tinha a finalidade de ratificar algo já posto e não elaborar, como foi anunciado anteriormente. Esta reunião

foi usada somente para definir a organização de equipes que, a priori, deveriam coordenar as reuniões setoriais nos bairros e a participação na Conferência Municipal, a ser realizada em agosto. Também foi estabelecida a data de 15/10/2007 para o término da elaboração do PME.

Na reunião de maio, foram organizadas as reuniões setoriais de elaboração do Plano com determinação de calendário e dos locais (escolas municipais). Ficou definido que as escolas do município seriam as responsáveis pela mobilização da comunidade para participar das reuniões, também foi definido que seria escolhido um delegado em cada grupo de dez participantes, e que os delegados eleitos seriam convidados a participar da Conferência Municipal, em agosto. Também foi apresentado o material de divulgação, como filipetas, cartazes e jornal a serem distribuídos. Definiu-se que os gerentes dos diferentes níveis e modalidades, que atuavam na SME, seriam convocados para coordenar as reuniões e que os participantes poderiam optar pelo nível ou modalidade de ensino que desejavam discutir. Ou seja, foi atribuído ao Conselho apenas a função da organização de eventos, de mobilização e divulgação do Plano.

Este episódio ilustra a forma como a SME percebe a função do CME ao não envolver efetivamente o Conselho na elaboração de um documento tão importante para a condução da política educacional do município, contrariando o disposto no documento do MEC (2006), que incentiva a parceria com a Secretaria Municipal de Educação durante o processo de discussão e de elaboração do Plano Municipal de Educação.

Em relação aos conselheiros, a forma como eles perceberam a participação do Conselho na elaboração do Plano difere em relação ao segmento representativo ao qual estavam vinculados.

A conselheira CA, representante do poder público, deu o seguinte depoimento:

O Conselho contribuiu muito na construção do PME da cidade, esse plano foi feito a partir deste governo mesmo. Ele foi construído da forma mais democrática que eu conheço, que eu já vi, ele foi consultado nas bases, na escola, em cada região e, depois, numa assembleia única, que foi no centro de convenções. Isso foi votado, foi feito o livro (O PME, disponibilizados nas escolas municipais) (...), depois de dois anos, foi feita uma nova consulta às bases para ver o que estava ou não funcionando e, depois, o que não estava foi consertado, foi reconstruído e melhorado, então, nesse aspecto, o Conselho colaborou bastante.

No entanto, a conselheira CF demonstrou discordância em relação ao tipo de ação realizada pelo Conselho sobre o PME e afirmou que o papel desempenhado pelo CME foi o de executor das tarefas, uma vez que a mobilização dessa ação partiu da SME.

Eu acho que a SME foi muito mais mobilizadora que o Conselho, muito mais, eu não vi, pelo menos nas reuniões que eu participei, que não foram tão poucas assim, essa mobilização, não me lembro de reunião nenhuma, reunião do Conselho, alguém levar alguma coisa do Plano para que o Conselho resolvesse, o que eu vi foi no Centro de Convenções uma votação de alguns itens do Plano. Isso sim, daí tinha uma mobilização grande, mas era de diretores, era de professores, algumas pessoas da escola particular, daí houve uma mobilização, um entusiasmo, algumas duas ou três discussões um pouco mais acaloradas e mais aprofundadas, mas eu acho que o mérito desse Plano ter saído não foi do Conselho.

Com o intuito de melhor esclarecer essa questão, informei à conselheira CF que, em outras entrevistas com conselheiros ligados à prefeitura, eles afirmaram uma mobilização por parte do Conselho na elaboração e implantação do PME e ressaltai se tal impressão pode ser porque elas misturam um pouco sua atuação no conselho com seu vínculo à SME, e a conselheira afirmou:

Olha, eu me lembro de uma fala que era a seguinte: olha tem que fazer as reuniões nas escolas para o PME, o que o Conselho pode fazer, o Conselho pode ver se alguém de dentro da escola pode se encarregar de distribuir o material de divulgação, o conselho tem alguém que possa mandar lá para orientar as discussões, isso!! (...) Mas, em relação ao texto, eu não vi e digo mais ainda, eu acho que se tivesse aparecido isso pra mim, particularmente, teria sido uma motivação para ficar um pouco mais, porque essa é justamente a parte que eu gosto. Então, eu não me recordo disso de modo algum, a não ser dessa fala que eu acabei de ter e isso aparecia com uma certa frequência. (...) A participação se limitou ao evento, em como é que a gente podia fazer ali para ajudar a diretora da escola a mobilizar lá a turma.

Corroborando com as colocações da conselheira CF, a Lei 2427/96 de criação do CME de Atibaia, em seu artigo 3º, parágrafo II, estabeleceu como atribuição do CME, “*Colaborar com o Poder Público Municipal na **formulação da política e na elaboração do Plano Municipal de Educação***” (grifo meu). Também nos chamou atenção o fato do PME estar em discussão e elaboração desde 2003, conforme citado acima na divulgação da 3ª Conferência da Cidade. Outro fato que nos chamou a atenção foi o de não termos observado nenhum relato, anterior a 2008, nem nas entrevistas, nem nas atas, sobre a elaboração do PME.

Os três eixos apresentados no capítulo demonstram que, ainda que a criação do CME de Atibaia seja um aspecto positivo no cenário educacional do município, não é suficiente para garantir que este seja um mecanismo de fato de democracia representativa, uma vez que ainda não fortaleceu e consolidou suas estruturas democráticas e participativas.

Sobre os Conselhos, Davies (2004 p. 71) diz que, apesar do ganho obtido ao atribuir controle e fiscalização a segmentos da sociedade civil, a fim de democratizar a gestão das políticas públicas, não se deve esquecer de que este movimento pode se fragilizar ao não levar em conta antigas e novas estratégias de quem detém o poder para minar tais atribuições, como as funções atribuídas aos CMEs.

De acordo com o autor, uma antiga estratégia é anular ou enfraquecer de forma sistemática seu funcionamento concreto, relegando-os a um funcionamento que existe apenas no papel, mas não na prática.

É claro o interesse da SME em manter o controle das decisões do CME, entretanto, não podemos esquecer que este é um órgão autônomo do ponto de vista legal, em uma sociedade democrática, e sua consolidação somente ocorrerá quando seus membros assumirem o papel de efetivos representantes da sociedade civil, sabedores, como alerta Tabagiba (2002) de que, muitas vezes, terão de se posicionar junto aos órgãos executivos, não para combatê-los, mas com o intuito de solucionar os conflitos inerentes à diversidade dos interesses em jogo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou verificar como e em que medida o Conselho Municipal de Educação tem contribuído nos processos de tomada de decisão, de definição das políticas públicas educacionais e na democratização da gestão pública do município de Atibaia.

Os Conselhos Municipais de Educação, são vistos por muitos autores, como verificamos ao longo da pesquisa, como inovações no campo da política democrática, pois permitem que a sociedade tenha possibilidade de deliberação de políticas. Destacamos que, neste estudo, consideramos a acepção do termo deliberação nos seus dois sentidos possíveis: como discussão coletiva, e, também, como a possibilidade de levar o Estado à ação (AVRITZER, 2000).

Como foi constatado na literatura, a experiência conselhistas foi uma demanda que emergiu da maioria dos movimentos sociais brasileiros nos anos de 1980. No caso de Atibaia, somente em 1996 por meio da lei 2724/96, de 04 de dezembro de 1996, foi criado o CME. Embora anterior a promulgação da lei na nova lei de diretrizes e bases da educação, de 20 de dezembro de 1996, podemos associar a sua criação ao estabelecimento da LDB/96, que apontava para a necessidade da criação de conselhos para o controle e fiscalização de verbas destinadas à educação e a reafirmação da gestão democrática em todos os níveis da gestão pública educacional e não apenas nas unidades escolares.

Desta forma, constatamos que o CME de Atibaia, não se originou da vontade da sociedade por maior participação nas decisões políticas a fim de melhorar a educação e democratizar a gestão pública e sim do cumprimento de uma determinação legal, o que em parte explica o não envolvimento da sociedade em suas atividades.

A revisão bibliográfica apresentada também aponta a dificuldade da efetividade dos conselhos em promover a democratização das políticas públicas de educação e

possibilitar o acesso da população aos canais decisórios. Assim, procuramos com esta pesquisa estudar e analisar este debate sem ter a pretensão de esgotar o assunto.

O período delimitado para a pesquisa abarcou o governo do Partido Verde (2001-2012), no Município de Atibaia. Tal partido propunha em seu discurso a participação popular nas políticas públicas implantadas no município. Sendo o CME um potencial instrumento de democratização, optamos por analisá-lo a fim de verificar suas reais possibilidades e limitações.

Ao analisarmos o CME de Atibaia, identificamos que, apesar do discurso político e das leis criadas com forte apelo à participação, a dinâmica desse espaço não condiz com o discurso, conforme detalhamos no capítulo 5.

Em nossa análise, listamos alguns problemas que contribuem para a reduzida significância que o Conselho apresenta desde sua criação. Entre elas, citamos a falta de conhecimento da sociedade sobre as funções do CME, especialmente a comunidade escolar, também citamos a “simbiose” entre a SME e o CME, elemento que prejudica a autonomia deste último e segmenta a legitimidade frente à comunidade educacional.

Os Conselhos são públicos, devendo estabelecer uma relação com o governo e, ao mesmo tempo, preservar sua autonomia. Bordignon (s\d) afirma que os conselhos assumem feição de órgãos de governo quando, na sua composição e no exercício de suas funções, expressam, traduzem e legitimam junto à sociedade a vontade de determinado governo e se constituem como órgãos de Estado quando representam, articulam e expressam a vontade da diversidade social; quando falam ao governo em nome da sociedade para responder às suas aspirações e, em nome dela, exercer suas funções. Por essa definição, notamos que o CME de Atibaia, ainda não se concretizou como um órgão de Estado, uma vez que não conseguiu se constituir como o elo entre a sociedade e o governo, atuando muito mais como legitimador das políticas implantadas pela SME.

Verificamos que, especialmente após a Constituição de 1988, que instituiu o princípio da gestão democrática da educação, novos papéis foram atribuídos ao Conselho, colocando-os, como dissemos acima, como órgãos de Estado ao requererem, além da função normatizadora, ações de controle e mobilização social, exigindo uma nova postura deste órgão.

O CME de Atibaia, não apresenta à população a prestação de contas de seus atos ou suas deliberações, afastando, pela própria inércia, o Conselho e a sociedade. A sociedade não foi pelo Conselho convidada a opinar, a interferir e a sugerir, como deve ocorrer em uma democracia participativa.

A quase inexistência de visibilidade do Conselho de Atibaia reforça sua situação de submissão, uma medida que poderia reverter essa situação seria por meio da publicização de suas atividades. Porém, estas não são publicizadas, uma vez que elas ocorrem apenas por meio impresso, no Diário Oficial do Município, um jornal pouco lido e distante da realidade popular.

Outro ponto que observamos, é a pouca representatividade exercida pelos conselheiros, estes assumem, em seus depoimentos, que não contatam suas bases para discutir as demandas da educação a serem encaminhadas para o Conselho. Assim, além das demandas não chegarem ao CME, as deliberações ocorridas nas reuniões não são propagadas. Sobre este aspecto, em sua pesquisa Tatagiba (2005, p. 210), afirma: “ a bibliografia vem demonstrando, no geral, que as entidades indicam seus representantes e então afastam-se do cotidiano dos conselhos, não demonstrando valorizar efetivamente esses canais”.

Sobre essa questão, apontamos como agravante a burocratização e o corporativismo existente, pois a maioria dos integrantes que participam das reuniões do CME de Atibaia é ligada ao poder público, ou por representatividade, ou por vínculo empregatício, o que dificulta a autonomia do órgão em relação às questões apresentadas para discussão. Entretanto, verificamos que poucos foram os conselheiros que em seus depoimentos sinalizaram a compreensão deste fato como fator limitador de suas atuações.

Em relação às condições de trabalho, a maioria dos conselheiros se manifestou e apontou este tema como o principal empecilho ao funcionamento do órgão. Os membros entrevistados levantaram questões burocráticas, como espaço, horário, e material, chegando mesmo a afirmar que o trabalho é voluntário e, portanto, não é passível de cobrança. A participação voluntária como ato político foi lembrada apenas por dois conselheiros. Essa visão equivocada sobre o trabalho voluntário demonstra a não percepção do Conselho como instrumento de mediação e de interferência nas

políticas públicas no âmbito da educação, e corrobora a constatação da falta de vivências democráticas como práticas cidadãs.

Contraditoriamente, os conselheiros cobram da sociedade o reconhecimento do CME como instrumento de participação social, apontando este entre os fatores que obstaculizam sua dinâmica. Este é um fator que, segundo relato de uma conselheira, provocava um “desgosto” muito forte nos integrantes do Conselho.

A análise dos dados demonstra que o CME de Atibaia não é um espaço de conflito entre a sociedade e o poder público instituído. Tal fato pode estar relacionado justamente à falta de conhecimento sobre o mesmo e à exígua visibilidade de suas ações. Como os interesses opostos não estão presentes ou não estão representados em seu corpo, os conflitos inerentes à sociedade não afloram. Este dado reforça a constatação da subserviência do órgão em relação à SME, pois, quanto mais democrática for uma sociedade, mais ela conseguirá expressar suas contradições através dos seus mecanismos públicos.

Identificamos, nesta pesquisa, tal qual a literatura consultada, que há uma enorme gama de explicações sobre o fato do Conselho não responder na prática aos anseios, por vezes utópicos, dos partidários da democracia participativa.

Reconhecemos a importância do CME como potencial instrumento de fortalecimento da democracia, entretanto, consideramos que ele deve servir como meio de inserção no poder instituído, influenciando os processos decisórios. Se não for assim, este espaço torna-se inócuo, existindo, somente, como forma de legitimar os interesses do governo que dele se apropria.

Ressaltamos que, à limitada capacidade de articular interesses e demandas dos segmentos que representam o CME de Atibaia, também está relacionada a falta de cultura política existente no município onde a comunidade delega a outras pessoas assuntos de interesse coletivo.

Desta forma, concluímos com base na análise dos dados, que o CME de Atibaia, da forma como está constituído, não contribui para a efetiva participação social nos processos de tomada de decisão, na definição das políticas públicas educacionais e na democratização da gestão pública do município de Atibaia, ao contrário sua existência

reforça uma falsa democratização da gestão, uma vez que serve para legitimar as demandas da SME frente a opinião pública.

Acreditamos que a constituição dos CMES é uma conquista resultante de um longo processo de lutas no cenário educacional, conforme discorremos no capítulo 2, sobre a trajetória dos Conselhos de Educação no Brasil. Esperamos que a reflexão coletiva contribua para a concretização do potencial democratizador que contém esta instituição.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

ALVES, Danielle Maria Vieira. **Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora: Democratização, participação e autonomia**. 2005. 303f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. As Políticas Educacionais no Contexto do Neoliberalismo. **Revista Espaço Acadêmico** – Ano II – Nº 12 – Jun. de 2002 – Mensal. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>>. Acesso em jul/2011.

ARELARO, L. R. G. Resistência e submissão: a reforma educacional na década de 1990. In: KRAWCZYK, N.; MALTA, M.; HADDAD, S. (Orgs.). **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas: Autores Associados, 2000.

ATIBAIA. **Plano Municipal de Educação de Atibaia** (2008-2018)– Proc. nº 18.323/07 – Lei Complementar nº 557 de 12 de março de 2008. Disponível em: <<http://www.prefeituradeatibaia.com.br/verdeazul/arquivos/ATIBAIA-557-2008-PLANO%20MUNICIPAL%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em maio/2010.

ATIBAIA. Lei nº 2.724, de 04 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação de Atibaia.

ATIBAIA. Lei 2727, de 11 de dezembro de 1996. Altera a lei 2724 de 1996, de criação do Conselho Municipal de Educação de Atibaia.

ATIBAIA. Decreto 3416, de 24 de julho de 1997. Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Atibaia

AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. **Revista Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, n. 50, 2000, p. 25-46.

AZANHA, José Mário Pires. **Autonomia da Escola, um reexame**. Palestra realizada no Seminário A Autonomia na Escola Pública, promovido pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação, Secretaria de Estado da Educação, São Paulo, 1992. Disponível em: <[www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias\\_16\\_p037-046\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_16_p037-046_c.pdf)>. Acesso em: maio/2010.

BETLINSKI, C. **Conselhos Municipais de Educação: participação e cultura política.** São Paulo: PUC, 2006. 196f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Educação: Currículo, São Paulo, São Paulo, 2006.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia.** Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Pensamento Crítico, 63).

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação.** Lisboa: Porto Editora, 1994.

BORDIGNON, G. **Sistema Nacional Articulado de Educação: O papel dos Conselhos de Educação.** s/d. O texto contém partes do livro do mesmo autor, “Gestão da Educação no Município: sistema, conselho e plano”, São Paulo. Ed. e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. A elaboração deste texto contou com a de análise crítica, dos presidentes do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE) e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME). Disponível em: [http://portais.seed.se.gov.br/sistemas/portal/arquivos/p14-502\\_artigo\\_genuino.pdf](http://portais.seed.se.gov.br/sistemas/portal/arquivos/p14-502_artigo_genuino.pdf). Acesso em jun.2013.

BORDIGNON, G. **Município e educação.** Brasília: Cortez, 2002.

BORDIGNON, Genuíno. **Sistemas e Conselhos de Educação.** 2005. Disponível em <http://www2.seduc.mt.gov.br/cee/word/bordignon.pdf>. Acessado em jul. 2013.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da Educação no município: sistema, conselho e plano.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã; 3).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** promulgada em 5 de outubro de 1988. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em maio/2012.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação, Parecer CNE nº 30/2000 – CEB.**

BRASIL. **Lei nº 5692/71** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Aprovada em 11 de agosto de 1971. Brasília.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB** : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_5ed.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf). Acesso em maio/ 2012.

BRASIL. **Lei que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.** Lei nº 9.424/96, de 24 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em maio\2010.

CAPDEVILLE, Evely Najja. Cidadania: das ruas à sala de aula. In: CURY, Carlos Roberto Jamil; TOSTA, Sandra de Fátima Pereira (Orgs). **Educação, Cidade e Cidadania: leituras de experiências socioeducativas.** Belo Horizonte: PUC Minas\Autêntica, 2007.

CORRAGGIO, José Luís. **Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?** In: TOMASI, Livia de Tommasi et all. São Paulo: Cortez, 1998, p. 75.

CURY, Carlos R. Jamil. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação Básica no Brasil. **Revista Educação e Sociedade:** Campinas, v. 23, n. 80, 2002.

\_\_\_\_\_. Conselhos Escolares: **uma estratégia de gestão democrática na escola pública.** Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. Brasília: DF, 2004, p.35-40.

\_\_\_\_\_. Conselhos de Educação: fundamentos e funções. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação,** Porto Alegre, v. 22, n.1, p. 41-67, jan.\jun. 2006.

DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal. Dossiê Nacional. **Revista Rio de Janeiro,** n. 15, jan.-abr, p. 45-65, 2005

DAVIES, N. **Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?.** São Paulo: Xamã, 2004.

FIGUEIRO, Ireni Marilene Zago. Políticas Educacionais do Estado do Paraná nas Décadas de 80 e 90: **da prioridade à “centralidade da educação básica”.** Comunicação apresentada no V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, realizado de 20 a 24 de agosto de 2001, em Campinas

– São Paulo. Disponível em:  
<[http://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CDcQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.histedbr.fae.unicamp.br%2Facer\\_histedbr%2Fseminario%2Fseminario5%2Fc\\_pol%25CDticas\\_ireni%2520marilene.doc&ei=Df5SUvPCHu254APU0oCQCw&usg=AFQjCNHHi9Sq\\_yrkKFYUlkdKSAKRXleyE](http://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CDcQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.histedbr.fae.unicamp.br%2Facer_histedbr%2Fseminario%2Fseminario5%2Fc_pol%25CDticas_ireni%2520marilene.doc&ei=Df5SUvPCHu254APU0oCQCw&usg=AFQjCNHHi9Sq_yrkKFYUlkdKSAKRXleyE)>  
Acesso em: maio de 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **Educação e crise do trabalho:** perspectiva de final de século. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Coleção estudos culturais em educação.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional.** Este texto foi produzido como uma colaboração para a discussão do **tema geral** da CONAE 2014: “O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração”. Disponível em: [conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo\\_moacir\\_gadotti.pdf](http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf). Acesso em jul\ 2013.

GHANEM, Elie . Participação popular na gestão escolar: Três casos de políticas de democratização. Baseado em relatório de pesquisa realizada em 1995, com apoio da Fundação Ford. **Revista de Educação Brasileira**, 1996.

GOHN, Maria da Gloria. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** São Paulo: Cortez, 2001.

GUIA DE CONSULTA. **Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação**, MEC, Brasília. 2004

GUIMARÃES, Carlos Sant’Anna. Governança Democrática e Cultura Cívica nos Conselhos Municipais de Educação: Ampliação da Esfera Pública, Inclusão e Aprendizagem Institucional. **Caderno de Estudos Sociais** – Recife, vol. 21, n. 1-2, p. 119-136. Jan\dez. 2005.

HIRST. Paul. **A Democracia Representativa e seus limites.** Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1992.

KRAWCZYK, Nora Rut; VIEIRA Vera: **A Reforma educacional na América Latina nos anos 1990:** uma perspectiva histórico sociológica. São Paulo: Xamã, 2008.

LEHER, Roberto. O Conselho Nacional de Educação no contexto Neoliberal: participação e consenso fabricado. In: SCHEINVAR, Estela; ALGEBAILLE, Eveline (Org.). **Conselhos participativos e escola.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005. pp. 25-40.

LIMA, Antonio Bosco de. **Conselhos Municipais na Educação:** perspectiva de democratização da política educacional municipal. Tese (Doutorado em Educação). PUC/São Paulo, 2001.

LUBAMBO, C. W. **Conselhos gestores e desempenho da gestão nos municípios: potencialidades e limites.** Trabalhos para Discussão nY 1491 2002. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2002.

LÜDKE, Menga ; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução.** São Paulo: EDUC, 1997.

MACPHERSON, C. B. **A Democracia Liberal.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARCONI, Marina de A. & LAKATOS, Eva. M. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006.

MINTO, César Augusto; MURANAKA, Maria Ap. Segatto. Lei Darcy Ribeiro: um olhar crítico-social. **Revista do SINPEEM**, São Paulo, p. 31-37, 1997.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil: contos e descontos.** Ceilândia: Ideia, 2000.

MONLEVADE, João. O Conselho de Educação e o Plano Municipal de Educação: O Conselho Municipal de Educação na elaboração, implantação e acompanhamento do plano Municipal de Educação. Ministério da Educação. **Revista Gestão Democrática da Educação**, Boletim 19, p. 20-27, outubro de 2005

MORAES, Tiago Cacique; CORREIA, Alan Albuquerque Ribeiro. **Os Conselhos de Políticas Públicas de Minas Gerais: Espaços Públicos e Participativos, mas Quanto Efetivos?** II Congresso Consad de Gestão Pública – Painel 7 – Governança social e reorganização dos espaços públicos no Brasil. Disponível em: [http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Painel\\_07\\_Tiago\\_Moraes\\_formatado.pdf](http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Painel_07_Tiago_Moraes_formatado.pdf) . Acesso em jan. 2013.

MINTO, C. A .; MURANAKA, M. A . S. **Lei Darcy Ribeiro: um olhar crítico-social.** Texto mimeografado solicitado pela APEOESP. São Paulo, 1997

NATAL, Cirlane. **O Conselho Municipal de Educação de Vitória/ES como Espaço de Produção das Políticas Educacionais:** do Embate ao Debate. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, ANPAE, 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simpósio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0101.pdf>. Acesso em dez. 2012.

OLIVEIRA, Cleiton. Estado, Município e Educação: **Análise da Descentralização do ensino no Estado de São Paulo (1983 -1990).** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. 1992.

\_\_\_\_\_. A municipalização do ensino brasileiro. In: OLIVEIRA, Cleiton de, et al.

**Municipalização do ensino no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. Os colegiados nas Regulamentações do FUNDEF e do FUNDEB. In: OLIVEIRA, C. de. et al. **Conselhos municipais de educação:** um estudo na região metropolitana de Campinas. Campinas: Alínea, 2006.

OLIVEIRA, Hizolde Ilgemberg de. Conselho Municipal de Educação de Ponta Grossa: Aspectos Históricos, Funções e Contribuições. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Educação. 175f. Ponta Grossa, 2008.

PALMA FILHO, João Cardoso (Org.). **Pedagogia Cidadã.** Cadernos de Formação. História da Educação. 3. Ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005.

BRASIL. Programa Nacional de Conselheiros da Educação. **Pró Conselho:** Guia de Consulta) coordenação geral de articulação e fortalecimento institucional dos sistemas de ensino. - Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica, 2006.

PAZ, Rosângela. Os conselhos como forma de gestão das políticas públicas. In: SCHEINVAR, Estela; ALGEBAILLE, Eveline (Orgs.). **Conselhos participativos e escola.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PEREIRA, Tarcísio Luiz. **Conselhos municipais de educação:** desafios e possibilidades na gestão democrática de políticas educativas. Presidente Prudente: [s.n], 2008, 205 f.: Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

POLETO, I. **Papel do Conselho Municipal de Educação na ação do município.** Dissertação (mestrado) Universidade de Brasília, Brasília, 1982.

RISCAL, Sandra Ap. Considerações sobre o conselho escolar e seu papel mediador e conciliador. In: LUIZ, Maria Cecília (Org.). **Conselho Escolar:** Algumas Concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 19ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ROMÃO, José Eustáquio. **Poder local e educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

SÁ- SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** Ano I - Número I – Jul. de 2009. Disponível em: [www.rbhcs.com](http://www.rbhcs.com), acesso em out.2012.

SARI, M.T. Organização da Educação Municipal: da administração da Rede ao Sistema de Ensino. In: **Brasil.** Guia de Consulta para o Programa de Apoio aos Secretários

Municipais de Educação – PRASEM III. Brasília: FUNDESCOLA\SEIF\MEC, 2001. p. 59-118.

SAVIANI, Dermeval. Sistemas de Ensino e Planos de Educação: O Âmbito dos Municípios. **Educação e Sociedade**. n. 69, ano XX. Dezembro de 1999.

SANTIN, Janaína Rigo. **O Tratamento Histórico do Poder Local no Brasil e a Gestão Democrática Municipal**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Disponível em: [www.sociologia.ufsc.br/npms/janaina\\_rigo\\_santin.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/janaina_rigo_santin.pdf) . Acesso em jun 2012.

SILVA. Carmem Silva Bissolli. Nova LDB: trajetória para a cidadania? In: Angela Viana Machado Fernandes...| et al. |; Carmen Silvia Bissolli da Silva, Lourdes Marcelino Machado (orgs) . **A nova LDB: do projeto coletivo progressista a legislação da aliança neoliberal**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

SILVA, I. G. **Democracia e participação na “reforma” do estado**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época).

SILVA, Claudia Ap. Hardt da. **Gestão Democrática no Ensino Público: um estudo do Conselho Municipal de Educação de Rio Claro no período de 1997 a 2004**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Rio Claro, 2009.

SILVA. Ben-Hur Ulisses da. O Conselho Municipal de Educação de São José do Rio Preto: **Participação e Cidadania**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara, 2010

SILVA, Jani Alves da; LARA, Ângela Mara de Barros. **A Reforma do Estado e a Política Educacional Brasileira na Década de 1990**. s\d. Disponível em: [www.estudosdotrabalho.org/.../janielvessilvaangelamaralara.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/.../janielvessilvaangelamaralara.pdf). Acesso, em: jun/2011.

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 11-39.

SOUZA, Donaldo Belo de; FARIA, Lia Ciomar Marcelo de. O processo de construção da Educação Municipal pós-LDB 9.394/96: políticas de financiamento e gestão. In: **Os desafios da educação municipal**. Rio de Janeiro: DP&A: 2003

SOUZA, Dolnado Bello de. ; VASCONCELOS, M. C. C. Os Conselhos Municipais de Educação: Um balanço das referências nacionais (1996-2002) - **Revista Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, V. 14, n. 50, Jan./Mar. 2006.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TATAGIBA, Luciana. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: Aprofundando o debate. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 209-213, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31122.pdf> . Acesso em 2012.

TEIXEIRA, L.H. Conselhos Municipais de Educação: autonomia e democratização do ensino. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, set./dez. 2004, p. 691-708

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Central. In: TOMMASI, L. de et al. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo, Cortez, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em Administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

WERLE, F.O.C. Conselhos Municipais de Educação: estudo genético-histórico **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 03, mar. p. 123-135, 1998.

## ANEXOS

### **Anexo 1 – Roteiro de Entrevista com a Diretora do Departamento de Educação do Município de Atibaia**

- |   |
|---|
| <p>a) Como e quando foi implantado o programa de gestão popular da secretaria da educação e como ele funciona?</p> <p>b) Como e onde são realizadas as assembleias para discussão das políticas a serem implantadas no município? Qual a periodicidade? Quem participa? Como é divulgado? Quais assuntos são tratados?</p> <p>c) Quanto ao orçamento participativo como se dá a participação da população? o que é colocado para os participantes decidirem? Qual o atual orçamento da educação e como ele é utilizado? Qual a ênfase no momento?</p> |
|---|

### **Anexo 2 – Roteiro de Entrevista utilizado com os conselheiros CA, CB e CC, na fase exploratória.**

- |  |
|--|
| <p>1 - Dados Pessoais</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Nome (a ser substituído por um pseudônimo)</li><li>- Idade</li><li>- Formação</li><li>- Experiência Profissional</li><li>- Órgão ou entidade que representa no CME</li><li>- Tempo de mandato e período no qual atuou como conselheiro</li></ul> |
| <p>1- Qual sua opinião sobre a estrutura e funcionamento do CME? O Conselho dispõe de condições adequadas para o seu funcionamento?</p> <p>2- Quais as principais dificuldades encontradas no funcionamento e ação do CME?</p>   |

- 3- O CME tem contribuído para a educação em Atibaia? Em quais aspectos?
- 4- De modo mais específico, em sua opinião o CME tem contribuído para:
  - a) Democratização do acesso: expansão da matrícula, aumento do número de escolas, Centros de Educação Infantil;
  - b) Democratização do conhecimento: melhoria da qualidade de ensino, políticas que garantam a permanência e aprendizagem dos alunos, mudanças nas concepções de currículo e avaliação;
  - c) Democratização da gestão: criação de conselhos escolares, criação de estruturas participativas nas instituições educacionais;
  - d) Valorização dos profissionais da educação: melhoria de salários, espaço de participação dos professores nas decisões, etc.
- 5- Em sua opinião, quais têm sido as funções predominantes do CME? (função deliberativa, consultiva, propositiva, mobilizadora ou fiscalizadora)
- 6- Em sua opinião, o Conselho tem sido autônomo? Como tem sido a relação do Conselho com a Secretaria Municipal de Educação?
- 7- Quais são os principais temas discutidos no CME? Tais discussões têm contribuído para as mudanças efetivas na educação?
- 8- Você tem conhecimento do Programa de Formação de Conselheiros Municipais de educação do MEC? Participou de alguma atividade referente a esse programa? Qual sua opinião?
- 9- Em sua opinião, qual é o papel do CME?
- 10- Qual o papel que o CME de Atibaia tem assumido?

### **Anexo 3 - Roteiro de entrevista utilizado com os conselheiros CD, CE e CF.**

- Nome (a ser substituído por um pseudônimo)
  - Idade
  - Formação
  - Experiência Profissional
  - Órgão ou entidade que representa no CME
  - Tempo de mandato e período no qual atuou como conselheiro
- 1- Quais são as atividades desempenhadas pelo conselho? Quais as mais recorrentes?
  - 2- Como se tornou conselheiro? Qual foi sua principal motivação para participar do Conselho?
  - 3- Como funciona o CME, que críticas você faria?
  - 4- Como se dá o fornecimento de informações por parte da Secretaria de Educação?
  - 5- Em sua gestão quais temas foram mais conflitivos?

- 6- Quais temas a seu critério foram mais relevantes?
- 7- Qual na sua opinião é o grau de autonomia do Conselho?
- 8- Como é a relação entre o CME e a SME?
- 9- O conselho faz o acompanhamento da aplicação dos recursos da Secretaria de Educação? De que forma?
- 10- Por que na sua opinião tantos conselheiros não comparecem às reuniões?
- 11- Pela lei o conselho deve ser normativo, consultivo, deliberativo, fiscalizador e propositivo, como ele é de fato?
- 12- Em que aspectos o CME tem estado mais presente?
- 13- Qual a sua percepção quanto às possibilidades de sucesso ou não de suas ações.
- 14- Os conselheiros municipais de educação conseguem mobilizar os segmentos sociais que representam? De que forma?

#### ANEXO 4

<b>Roteiro de Observação das Reuniões do Conselho Municipal de Educação</b>
- <i>Data:</i>
- <i>Local:</i>
- <i>Conselheiros Participantes:</i>
- <i>Convidados:</i>
- <i>Participantes Observadores:</i>
- <i>Pauta:</i>
- <i>Quem define a Pauta:</i>
- <i>Posicionamento dos Conselheiros:</i>
- <i>Propostas:</i>
- <i>Tensão/conflito.</i>

#### **Anexo 5 - Registros das observações das reuniões do CME**

**1º Reunião – 23/05/2012**

A presidente chegou com um atraso de 20 minutos dando tempo assim de fazermos as apresentações e explicar a pesquisa aos conselheiros presentes, explicando que sua observação seria não-participante<sup>32</sup>, tendo sido bem recebida por todos. Assim que a presidente do Conselho chegou deu início a reunião, mas sem formalizar a apresentação da pesquisadora, que sentou-se a parte do grupo e iniciou as anotações no diário de campo. Apesar de haver um roteiro de observação o mesmo não foi rigidamente seguido, servindo mais como apoio para nortear a observação, tendo sido feito registros das manifestações, das falas e das discussões que ocorriam fora da pauta estipulada.

Foi lida a pauta pela secretária e teve início a reunião, a palavra foi solicitada pelo representante do sindicato dos professores que questionou a demora da SME em responder às questões já colocadas anteriormente com relação ao novo estatuto do magistério, a carga horária do professor. Depois de respondidos os questionamentos pela presidenta do conselho, representante da SME, os assuntos discutidos foram o projeto pró-jovem da SME, os conselheiros reclamaram da falta de tempo para estudar e discutir os assuntos de interesse da educação do município, o horário da reuniões foi colocado como um dos motivos da não participação de outros membros do conselho, questionaram sobre as atribuições do Conselho e ao final decidiram, tentar um novo horário, marcando a próxima reunião que se realizaria em junho para as 16h, o conselheiro que iniciou os questionamentos formalizou com um ofício satisfações à secretaria sobre o plano de carreira e o novo horário determinado por lei respeitando o HTPC dos professores.

<b>2º Reunião – 27/09/2012</b>
--------------------------------

Nesta reunião estavam presentes os conselheiros representantes do Centro do Professorado Paulista, a presidente do Conselho, o representante dos professores da

---

<sup>32</sup>Segundo Marconi e Lakatos (2006), apud Oliveira 2008, p. 123, “na observação não participante o pesquisador entra em contato com a comunidade, grupo ou realidade a ser estudada, sem integrar-se ao grupo. O pesquisador fica de fora, presencia os acontecimentos sem interferir e não se deixa envolver pelas situações. O observador faz mais um papel de expectador”.

escolas estaduais, a representante dos professores do município e seu suplente, embora o suplente só deva participar com direito a votação caso o titular se ausente, desde o início de minhas observações que o referido suplente comparece e participa como titular. A presidenta iniciou os trabalhos propondo a pauta da próxima reunião que seria a convocação de todos os membros atuais do Conselho para votação da próxima gestão, ficou decidido enviar para todas as escolas e entidades participantes do conselho um memorando sobre a reeleição ou escolha de um novo membro representante e explicar a importância da participação no conselho.

Foi lida a alteração da deliberação do CME 01\01 sobre o prazo para universalização da educação infantil, que no documento assinado na reunião anterior não havia ficado clara e que na alteração ficou delimitada 2017. Não houve discussão sobre o assunto a representante da SME explicou os motivos, falou da falta de tempo de universalizar antes deste prazo, dos problemas de vaga e todos concordaram votaram pela alteração. Em seguida teve início o debate do assunto seguinte da pauta sobre a educação ambiental nas escolas da rede municipal, o relatório das ações foi lido, e uma das conselheiras falou sobre o declínio do engajamento da sociedade a respeito deste projeto da prefeitura e sobre a necessidade de se tomar medidas para mobilizar a população nesse sentido afirmando que as escolas devem ser uma das instituições a cumprir este papel. A reunião foi então encerrada e marcada a data da próxima reunião que teria a participação dos professores da rede, convidados e de outras entidades representativas para explicar a função e importância do Conselho.

**Obs:** Na data prevista para a segunda observação, só apareceu para a reunião a presidenta do Conselho, não havendo quórum para dar continuidade aos trabalhos, a mesma então reclamou dizendo que a questão da participação não era o horário, mas sim a falta de compromisso dos conselheiros, contudo, posteriormente, ao questionar uma das conselheiras representantes do poder público a mesma informou que os professores que participam das reuniões quase todos ligados à SME, não foram dispensados de suas atividades embora a lei permita a dispensa.

<b>3º Reunião – 31/10/2012</b>
--------------------------------

Ocorreu em 31 de outubro, no salão nobre do Fórum da Cidadania, e contou com a presença de 04 conselheiros: a presidenta do Conselho, representante da SME, a secretária, representante do CPP, a representante dos professores da rede municipal e seu suplente e pela primeira vez desde o início das observações o representante dos diretores de escola da rede estadual, além destes a reunião contou com a presença da secretária de educação do município, do professor Arthur, presidente da UCM do estado de São Paulo, de alguns pais de alunos e de uma grande quantidade de professores e diretores da rede municipal, que afirmaram haverem sido “convocados” para o evento. A pauta foi a nova eleição dos conselheiros, explicação do funcionamento e importância do conselho e sobre a pouca participação dos atuais conselheiros, em seguida elencou os principais assuntos que devem ser tratados pelo conselho em 2013: encontro Estadual dos CMEa se realizar em Atibaia, Conferência Municipal de Educação, jornada do professor, estatuto do magistério, proposta curricular para as escolas municipais. Em seguida passou a palavra ao professor Artur que citou a CF e falou do Sistema Municipal de Ensino, ressaltou a importância do CME e da participação da sociedade, por fim teve a palavra a secretária de educação que deu a palavra aos participantes.

<b>Anexo 6 – Transcrição das entrevistas</b>
--

<b>Transcrição da entrevista com a Diretora Departamento de Educação</b>
--

<b>P. Como e quando foi implantado o programa de gestão popular da Secretaria da Educação, e como ele funciona?</b>
---

<b>R - <i>A Gestão Popular na Secretaria da Educação foi implantada já na gestão do Beto Tricoli desde 2005, quando ele trouxe justamente a idéia da gestão popular, de fazer a população decidir, na segunda gestão.</i></b>
---

**P. Já existiam alguns movimentos populares que reivindicavam essa participação ou foi uma ação política vinda dele?**

*R - Foi uma ação política vinda dele, na verdade, foi um propósito dele, um perfil de gestão mesmo municipal de mobilizar a população nas discussões aí de interesse do município, então não só na educação, mas foi aberto para todas as áreas também essa gestão participativa, que eles chamam. E aí foi nesse momento também, que nós aqui já respondendo a segunda, a última questão em relação ao orçamento participativo q nós tivemos o Programa Escola Nota Dez, que é um programa onde a Secretaria repassa recurso para as escolas, pra ela fazer manutenção do seu prédio, então isso também já foi um momento de gestão participativa e o foco desse programa era justamente discutir com a comunidade aonde eles queriam implantar aquele recurso, como é que a escola ia priorizar o investimento. Então toda a comunidade, a comunidade escolar era convocada a discutir esse orçamento que chegava para as escolas. Então foi feito o caderninho para ter o Orçamento Participativo criança, então a gente chamava os alunos também, eu participei enquanto diretora, nesse momento tava na escola, então a gente reunia com as crianças de sala, levantava as prioridades, ouvia o que eles queriam.*

**P. Então todo o recurso era decidido com a comunidade escolar?**

*R - Isso. Então o recurso no início era pouquinho o repasse no começo era pequeno dez reais, depois foi trinta reais por aluno nas escolas, e ele tinha o foco de fazer a manutenção, na verdade esse dinheiro é para a manutenção da escola e aí o objetivo era esse: fazer uma discussão com o coletivo, com a comunidade. Então tinha momentos q a gente reunia os alunos, pra eles dizerem o q eles gostariam que tinham na escola, o que ao gostariam que fizessem com esse dinheiro, aí nós chamávamos a comunidade, os pais, professores, então todo mundo de uma forma ou de outra participava nessa execução desse dinheiro, então foi bem nesse período do OP que a gestão popular começou a se fortalecer dentro das escolas.*

*E aí nós temos no âmbito da Secretaria algumas assembleias que são periódicas, nós temos uma postura na secretaria de toda questão q é mais polêmica, que ela precisa ser discutida com a população, a gente leva para a população, então nós fazemos o fórum de discussão, tanto para pais, quanto para professores, então assim acho que a gestão participativa hoje na secretaria já está instituída, agora mesmo este ano nós estamos propondo, uma discussão coletiva com os professores da Proposta Curricular, que é uma meta nossa, da Secretaria Municipal de Educação, de criar as diretrizes curriculares e aí essa discussão está sendo feita com os professores, e aí nós estamos chamando na semana na sexta básica que nós fazemos uma discussão a cada bimestre, a cada dois meses, já teve uma agora dia 16 (de março), onde nós convidamos todos os professores e é aberta ao público, que é no centro de convenções, para discutir a Proposta Curricular, que q espera, que a nossa comunidade espera, que os munícipes esperam para a educação do município em termos de currículo. Então assim, a gente faz sempre essas discussões coletivas. Tem o fórum de educação inclusiva, que Tb é um momento que a gente chama pais, professores toda a comunidade para discutir*

*algumas questões pontuais, nós estamos com uma previsão agora de abril, talvez maio de fazer um fórum de inclusão para socializar toda a política de educação nessa área, de mostrar o q tem sido feito, então dar transparência para o trabalho da Educação, então é dessa forma q a gente vem fazendo a Gestão Popular, dentro da Secretaria da Educação.*

**P. E a questão do orçamento da educação, também é chamada a população para participar?**

*R - Nós temos o Conselho que faz essa gestão junto, Conselho Municipal de Educação e o Conselho do Fundeb e assim a população é comunicada de tudo aquilo que a gente tá investindo todos os recursos são aí disponibilizados, todas as informações, sempre on-line.*

**P. Quando vai ocorrer essa discussão?**

*R - Ainda não tem marcado, nós temos prevista a Conferência Municipal, que já está prevista. Dia 31 que a gente vai fazer a Conferência Municipal q a gente vai também trazer para a discussão o PME, avaliar de novo, dia 31 de agosto. São essas as ações q a gente tem aqui na Secretaria. Então a secretaria tem tido essa postura tem tomado essas medidas para chamar a população à participação.*

**P. Os programas foram de alguma forma interrompidos com a saída do prefeito?**

*R - As políticas não se interromperam desde 2008 porque estamos numa mesma gestão municipal com o mesmo foco, então não precisou interromper nada, já três gestões, desde a primeira do Beto em 2001, essa é a terceira, então a gente continua com os OPs e a comunidade é chamada a participar, a escola, geralmente esse OP acontece numa escola, quando não é num centro comunitário é na escola, que a população é chamada para fazer a votação e eleger lá as prioridades do bairro, então acho que dentro do que vc colocou aqui são essas as ações q nós temos.*

**Entrevista com o representante do Centro do Professorado Paulista (CA)**

**P. Tempo de mandato e período no qual atuou como conselheiro:**

*R: Primeiro conselho de Atibaia que foi feito eu participei, aí eu saí, depois eu fiquei longe dessas participações, aí fui convidada de novo, tem 4 anos, segundo mandato esse.*

**P. Foi convidada por quem?**

*R. Pela secretária de Educação, aí eu tornei a participar, só que agora termina no fim dessa gestão, no final do ano e aí eu não posso mais, a não ser passe dois anos e volte, mas acho que eu não quero mais, percebeu. nada funciona.*

**Obs: nesse ponto diante da relutância da entrevistada eu expliquei novamente que os entrevistados não são identificados e ela continua:**

**R:** *Mas nada funciona por que aqueles que deram os nomes não comparecem, então vc não tem com quem falar, não tem o que fazer, o que pensar entendeu; Vc tem só o que vc acha,vc não pensa coletivamente, pq as outras pessoas não vem, algumas sugestões q vc dá para a secretaria da educação que não depende de vc resolver mas de outras pessoas que por sua vez Tb “tercerizam” não acontece, vc viu, aí as pessoas ficam decepcionadas, frustradas, aí vem uma pessoa q é mais turrona né, mais impositiva, aí ela quer resolver de outra forma, foi a maneira como ele fez ( se referindo a outro conselheiro presente na reunião), entregou o requerimento, então algumas coisas acabam acontecendo assim, as pessoas que recebem o requerimento não ficam satisfeitas.*

**P: A que vc está se referindo?**

**R.** *Vc viu o conselheiro ( o representante da Apeoesp) entregando o documento com duas solicitações; Uma foi respondida, ele queria saber da nova jornada, a nova jornada do professor é uma jornada que vai conciliar hs de trabalho com hs de estudo, então é obrigatório, o professor não pode mais se safar disso, ele tem que fazer e o que a gente vê as vezes na prefeitura é que os professores acumulavam hs de trabalho com dois períodos e não sobrava hora para fazer reunião de estudo, o HTPC, que seriam as horas de trabalho coletivas, então isso não fazia, como agora é lei, os professores que acumulavam hora vão ter que separar esse período, a jornada de trabalho não pode ser dobrada, depois como é que ele vai dobrar a hora de estudos; não tem espaço para isso, a não ser que se faça reunião a noite, mas a noite eles tem que estudar, mtos estão fazendo faculdade, então eles tem que dar um jeito de resolver esse problema, era essa a questão que o professor estava colocando.*

**P. E como ele não obtinha resposta, ele fez por escrito?**

**R.** *Ele fez por escrito, para essa pergunta ela (presidente do conselho, que é Tb diretora da SME) tinha resposta, com a contratação de especialistas, que são os professores e arte e educação física que já tem e daí o professor teria essas duas hrs para fazer de estudo, mas é pouco ainda, então como é que vai resolver isso de um terço de hrs trabalhada com hr de estudo que eu quero ver como é que ela vai conciliar. Então isso era a questão que ele tava colocando.*

*E a outra coisa era a questão do Estatuto, que ela explicou que não ta pronto pq a pessoa, o órgão que pegou pra fazer, não conseguiu fazer, seja pela falta de tempo, falta de conhecimento alguma coisa não tem, que não ta conseguindo resolver.*

**P. Como foi escolhido: Por que se tornou conselheiro?**

**R:** *Por que eu gosto de participar de tudo que diz respeito a minha profissão, e é uma reunião para estudar, se eu tiver tempo, eu participo, se é um encontro de professores eu posso participar eu participo, eu tenho que ter tempo NE, se tiver tempo eu vou, só esses trabalhos voluntários..., mas que tem respeito com a cidadania e que tem relação com meu trabalho eu gosto de fazer.*

**P. Qual sua opinião sobre a estrutura e funcionamento do CME? O Conselho dispõe de condições adequadas para o seu funcionamento?**

**R:** *No nosso caso nós temos condições para o funcionamento, agora está meio atrapalhadinho pq estamos recebendo outro órgão no nosso espaço ( os funcionários do administrativo da Câmara Municipal, q está reformando) normalmente tem computador, tem armário para guardar os documentos, tem mesas e cadeiras confortáveis, tem uma sala só nossa, na questão do funcionamento, a questão do horário, teria que ter um horário que facilitasse a vida de todas as pessoas, então tem prof que já deixaram de vir pq não gostaram q fosse a noite, era mais tarde ainda era 19hs q começava, então já diminuiu para 18 e mesmo assim tem gente que achou tarde, que quer ta em casa, quer jantar com os filhos, etc, então as pessoas deixaram de vir, outros eu não sei pq não estão vindo, isso seria caso já de pedir uma justificativa e colocar o suplente, mas esse ano parece que ta meio atrapalhado.*

**P. Com relação ao que vcs conversavam antes da reunião começar, sobre o tempo para estudar, pq o Conselho tem que ser normativo, deliberativo, propositivo, vcs conseguem fazer isso?**

**R.** *Não, vamos supor, qdo tem alguma consulta a fazer, quem tem mais tempo, que no caso é a presidente, que trabalha na SME, ela tira as respostas e esclarece para o Conselho, então vamos supor tem uma consulta q nós não conseguimos resolver, não ta no nosso conhecimento responder, então ela vai fazer a pesquisa e traz a resposta, quando a gente no caso de resolver as coisas daqui a gente ajuda quando a SME vai fazer PME, nós participamos, fomos até as escolas para colher informação, então a gente ajuda dessa forma, pq aqui mesmo não tem mto o que resolver, a gente estuda, por ex, quando nós fomos estudar as creches, tivemos os cadernos do MEC a respeito da educação infantil, esse foi o melhor espaço que a gente teve, a gente estudou em casa, não teve espaço aqui para a gente estudar, então a discussão era essa, como o Conselho não tem salário, não tem nenhuma ajuda de custo para vc participar, nessa hora de trabalho, eu vou ter q estar aq estudando, então vc leva para casa, na sua hr de folga vc lê, para vc conhecer pelo menos, vc tem q conhecer para dar consulta, vc tem q saber para responder, então na educação infantil isso foi bem feitinho, gostei até de saber das coisa, mas de resto quando vc precisa dar uma consulta q não ta dentro dos nossos conhecimentos temos q pesquisar.*

**P. Qual sua opinião sobre a estrutura organizativa do Conselho (Câmara, reuniões, fóruns, etc.), há n° suficiente?**

**R.** *Pelo tanto q se faz é suficiente, mas as pessoas q deram o nome para participar tinham q ser mais responsáveis, deveriam estar aqui, já fizemos reuniões que não fizemos pq não tinha quórum, não tinha nem o mínimo para abrir uma discussão, então o q falta é um pouco de responsabilidade da pessoa que deseja participar, representar sua entidade, só isso.*

**P. O conselheiro se oferece para participar?**

**R.** *Sim, ele é convidado, vc quer participar? ele pega e diz quero e aí não vem e olha eu q sou encarregada de convidar (para as reuniões) mando uns quatro avisos pelo computador espaçados, depois uns dois assim mais perto do dia da reunião para q todo mundo possa comparecer e mesmo assim não acontece e isso é mto ruim, então o tempo*

*pelo que a gente faz é suficiente, agora se nós quisermos ampliar o nosso estudo aí vai precisar de mais tempo aí uma hora só por mês será insuficiente*

**P. Quais as principais dificuldades encontradas no funcionamento e ação do CME?**

*R. A primeira é a falta dos conselheiros, a segunda vc não pode dar a resposta na hora, vc tem que pesquisar, terceira vc quer fazer uma pesquisa na cidade a respeito da educação infantil, mandamos a todas as escolas e tinha que dar um retorno, como funcionava, quem eram os professores, que se fazia se tava de acordo, alguma responderam, outras não, descobrimos escolas sem licença na cidade, encaminhamos para a supervisora da educação, algumas retornaram outras não, entende, então qdo vc quer agir de alguma forma, que nesse caso poderia, a resposta não chega rápido para vc para saber se foi feito ou não.*

**P. Não tem apoio da SME?**

*R: Até tem mas elas tem mto serviço para fazer ou então a escola demora para responder não tem auele prazo, eu acredito q tudo tenha um prazo, vc recebe um ofício, oito dias para responder no máximo, certo, e mais oito para responder aqui, para encaminhar, se é uma vez por mês deveria ter um monte de documento para vc decidir e não é o que acontece, mesmo o que foi encaminhado, ofício da SAAE não respondem, então e assim, eles não acham que é um órgão representativo, que deva dar uma resposta por escrito, então não se faz por causa disso, que nem a questão do lixo, qdo passava o caminhão do lixo, o caminhão para recolherr o resíduo sólido, se vc que educar uma criança como vc quer deixar de passar o caminhão pq o povo usa o saco verde para fazer outra coisa, tem que educar de tal maneira, água mole em pedra dura, que depois de um certo tempo a pessoa saiba que aquele saco verde é para guardar o resíduo sólido, que o caminhão vai passar em determinado dia, se não fizer isso nunca se virar a cidade que se deseja ter. Nesse ponto da educação ambiental a gente conseguiu pelo menis se manifestar, eles não deram a resposta adequada, mas q a gente se manifestou, manifestou, pq se eles querem q coloque a educação ambiental como medida permanente na cidade, então tem q fazer funcionar, se algum órgão não ta funcionando tem que responder pq.*

**P. Vc acha q não dão importância?**

*R. Não, pq senão teriam respondido ou debater para ver o q q acontece*

**P. O CME tem contribuído para a educação em Atibaia? Em quais aspectos?**

*R. Bom o Conselho contribuiu mto na construção do PME da cidade, esse plano foi feito, a partir deste governo mesmo, ele foi construído da forma mais democrática que eu conheço, q eu já vi, ele foi consultado nas bases, na escola, em cd região e depois numa assembléia única q foi no centro de convenções, isso foi votado, foi feito o livro, esse livro depois de dois anos, foi feita uma nova consulta às bases para ver o q estava ou não funcionando e depois o que não estava foi consertado, foi reconstruído e melhorado, então nesse aspecto o Conselho colaborou bastante.*

**P. Fora o Plano em que outro sentido o Conselho pode colaborar para a educação?**

**R.** *Então o Conselho colaborou um no aí qdo começou a Educação Básica de 9 anos, a secretária de educação mandou um memorando para que a gente autenticasse o início disso e teve uma outra ocasião que foi assim de mais responsabilidade, fora isso a gente vai estudando os acontecimentos ou sugerindo, ou procurando informações a respeito de alguma escola ou creche, coisa assim.*

**P. De modo mais específico, em sua opinião o CME tem contribuído para:**

**a- Democratização do acesso: expansão da matrícula, aumento do número de escolas?**

*Sim, pq as escolas estão lotadas, as crianças são levadas de ônibus para outras q estão mais vazias e assim ta dando para controlar.*

**b- Democratização do conhecimento: Melhoria da qualidade de ensino, políticas que garantam a permanência e aprendizagem dos alunos, mudanças nas concepções de currículo e avaliação?**

*Sim, o currículo, Atibaia está construindo um currículo próprio e avaliação este ano teve duas avaliações para todas as escolas de determinadas séries. Avaliação da escola.*

**c- Democratização da gestão: criação de conselhos escolares, criação de estruturas participativas nas instituições escolares?**

*Sim, aqui sim o pai é chamado mas não vem, agora na escola os pais vão, aqui o representante dos pais vieram uma vez ou duas, No Fundeb é uma briga, eu não participo mais, pq só dão planilha para vc assinar e não te explicam nada.*

**d- Valorização dos profissionais da educação: Melhoria de salários, espaço de participação dos professores nas decisões, etc**

*Sim, desde que venham, esses professores q vem aqui são os mais participantes, das escolas eles trazem as questões as perguntas, que são feitas aqui.*

**P. Em sua opinião, quais têm sido as funções predominantes do CME? (função deliberativa, normativa, propositiva, mobilizadora).**

**R.** *Mobilizadora talvez, pq quando se trata das grandes questões. A mobilizadora eu acredito q a gente participou bastante, pq como a Iete falou (secretária de educação), isso tem que partir do Conselho, o Conselho tem que decidir se vai ou não avaliar o PME, mobilizou quase td mundo para fazer esse serviço, consultivo é como eu te disse NE? e o resto é normal.*

**P. Em sua opinião o Conselho tem sido autônomo? Como tem sido a relação do CME com a SME?**

**R.** *Não, Não pq a presidente é da secretaria, isso não é autonomia, a presidente não é da secretaria? então funciona de acordo com a Secretaria da Educação.*

**P. Mas não são vcs que votam para escolher o presidente?**

**R.** *Sim, não, o presidente já vem quase q indicado, teve um ano (gestão) q o presidente não era da secretaria, e foi bem difícil resolver pq ele não conseguia fazer as coisas que ele queria do jeito q ele queria, então aí não sei se o que ele queria não tava de acordo.*

**P. Mas o Conselho não tem q estar de acordo com SME?**

**R.** *Sim, mas esse ano que vi q não era ng da SME que era presidente, aí foi meio complicado. Pq ele ficava infeliz pq não podia fazer as coisas q ele queria, mesmo que não fosse assim mto...*

**P. Quais são os principais temas discutidos no CME; tais discussões têm contribuído para mudanças efetivas na educação?**

**R.** *Todas as novidades da educação, por ex, saiu uma lei nova, por ex falando sobre a jornada do professor, então a gente quer saber, quer saber como funciona essa jornada, como ela é, quem fez, quem assinou, como ta funcionando, se ta de acordo com a lei e se a nossa cidade ta funcionando de acordo, foi aí q a gente descobriu q tem professor trabalhando dois períodos, e q hs ele vai fazer? Nem HTP dá pra fazer, vc trabalha dois períodos vc não consegue, então se pra todos é pra todos...'*

**P. Essas discussões contribuem então para a educação?**

**R.** *Sim, consegue, consegue pq qdo a gente começa a se mexer ela leva, não precisa nem levar por escrito, ela chega e fala, isso aí vc sabe NE, sala de professor, ó ta acontecendo isso, ta acontecendo aquilo, alguém ta se mexendo, alguém ta procurando saber, então a gente já começa tb a se organizar.*

**P. A Secretaria então espera uma mobilização de vcs?**

**R.** *As vezes sim, as vezes parte deles, que a escola de nove anos ela pediu para a gente fazer, por outro lado essa história aí da jornada de trabalho do professor, todos estão se organizando para isso, então nós queremos saber se o nosso município Tb está.*

**P. Vc tem conhecimento do Programa de Formação de Conselheiros Municipais de Educação do MEC? Participou de alguma atividade referente a esse programa? Qual sua opinião?**

**R:** *Tenho*

**P: Os outros conselheiros Tb tem?**

**R:** *Então hj o Edson estava socializando, a gente já participou de alguns encontros e especificamente esse anterior q a gente participou só falava de Conselho, como se forma o conselheiro e td mais, só que é pouco, como vc vai responder para alguém se vc não sabe, deveria existir mais cursos, estudo em grupo para vc se tornar um *expert* no assunto.*

**P. Em sua opinião, qual é o papel do CME?**

**R:** *O Conselho devia ta observando se a educação ta funcionando legal, então assim eu vou lá no bairro de determinada cidade, eu vejo lá q a escola não ta bem das pernas, então eu deveria sugerir que tal escola em determinado lugar não está bem é bom que*

*alguém da secretaria vá lá e tome providências, pq se a escola é para formar cidadão e a escola é para todos, então todas as crianças tem q ter essa educação.*

**P. Qual o papel que o CME de Atibaia tem assumido?**

*R: Algumas vezes encaminhando pra secretaria algumas mazelas que a gente viu, algumas atitudes foram tomadas quanto a isso, tanto que já teve um tipo de reforço paralelo, teve reforço paralelo e contínuo, teve essas provas bimestrais para ver se o conhecimento tava acontecendo realmente, contratação de professores, formação de professores em serviço, alguns cursos q estão fazendo na faculdade, essas foram as conseqüências de algumas, algumas consultas sobre escolas q estavam diferentes, algumas escolas não tinham licença, então agora solicitou de colocar em ordem, pq tem escola q tem td certo, que tem toda a documentação correta, então só pode cobrar x, não pode cobrar menos pq não dá, aí uma escola do lado cobrando uma mensalidade mto menor, pq, o que tava errado lá; então tentar descobrir essas diferenças, aí a SME manda os seus supervisores para averiguar o q ta acontecendo.*

<b>Conselheiro representante da APEOESP - CB</b>
--

**P: Tempo de mandato e período no qual atua como conselheiro?**

*R: É meu primeiro mandato, acho q um ano e alguns meses*

**P: Como foi escolhido?**

*R: Por indicação da APEOESP, fui indicado pela subsede regional, para representar a APEOESP no CME*

**P: Por que se tornou conselheiro?**

*R: Eu concordo com a concepção, qdo a CF\88 estebele a participação nas variadas áreas e vem a LDB e ela coloca a cria dos CME, e eu pessoalmente independente da minha formação hj, sempre tive na educação e na participação uma visão de transformação da sociedade, e o cme tem um papel importante par avanças, para vencer os gargalos seculares que nós temos no Brasil, aí eu disse eu quero, não sei se a minha participação vai ser decisiva, determinante mas eu quero estar presente, representando a minha categoria profissional, o meu sindicato e de alguma forma representando a sociedade nas decisões.*

**P: Qual sua opinião sobre a estrutura e funcionamento do CME? O Conselho dispõe de condições adequadas para o seu funcionamento?**

*R: Não dispõe de condições adequadas, o ideal é que ele do ponto de vista material, que ele tivesse uma estrutura permanente que pudesse dar condições material e política para que o conselho atuasse no cumprimento do seu papel efetivamente, isso não existe, e não é aqui em Atibaia, na maioria dos municípios não existe, pq, pq o poder publico principalmente ele engessa essa atuação, pq se vc pegar a maioria dos CMs do país é o que se chama de Conselho “chapa branca”, ele tá lá para atender de um lado uma*

necessidade legal, pq tem que ter senão cria problema para o prefeito, do outro lado para atender os interesses do poder publico no q se refere a questão da educação, pq se vc pegar a priori o papel do CME imaginando que se vai pegar ao pé da letra o seu papel ele tem um poder extraordinário de decisão, mas na prática não é isso que acontece, inclusive Atibaia, por conta das relações, das pessoas, as pessoas são escolhidas a dedo, principalmente a representação do poder público, eu tenho uma participação um pouco diferente e ao mesmo tempo conflitante, pq eu sou poder público, eu tenho cargo no governo, mas estou no Conselho não por esse cargo mas por uma representação sindical, então eu tenho conflito de interesses, ao mesmo tempo q eu sou governo, mas não sou governo no CME eu tô lá como representante dos profissionais da educação do Estado de SP e de alguma forma dos profissionais da educação do município, do sindicato, isso deveria gerar um conflito, mas eu até onde eu posso, até onde eu consigo eu separo esses dois papeis, aqui (se referindo a secretaria de turismo onde ocorria a entrevista) eu sou governo lá eu sou trabalhador, voltado para os interesses da educação e dos trabalhadores, e da sociedade, isso gera um desconforto, entre as pessoas, ontem (na reunião do CME) eu protocolei dois documentos solicitando informações ao poder público no que se refere a questão da educação, que é a questão do plano de carreira do município e a questão da jornada que é outra luta q n's estamos fazendo no estado de SP, a questão da jornada, um terço fora da sl de aula para vc estudar, preparar aula, se aprimorar, construir outros projetos e consequentemente contratando mais professores e gerando mais trabalho, mais emprego pq a lei vale para a união, para os estados e para os municípios, e outra justificativa q eles usam é a questão econômica, mis isso não é problema nosso dos trabalhadores é do poder público ele tem que se virar pq tá lá no plano é uma conquista e nós entendemos que é mto importante para o avanço e superação dos gargalos que a educação tem hj no Brasil, cabe ao poder publico se virar e arrumar o dinheiro, tira de outro lugar e aplica na educação, nós estamos reivindicando a aplicação de 10% do PIB na educação, gov federal tem alguma resistência mas já conseguimos chegar nos 8,5 % nessa negociação toda, eles querem 10% até 2014, nos queremos 10% agora, mas já é um avanço e 50% de tudo que sair do pré sal para investir em educação... Então como é que está essa carga horária hj no professor da rede municipal ela atende a legislação, ela permite que esse profissional da educação, ele possa se preparar cd vez mais e melhor para exercer sua atividade e consequentemente uma Ed de qualidade que os filhos e filhas dos trabalhadores do Brasil possam ter condições de melhorar sua vida pq é através da educação, ele só vai fazer isso se tiver uma Ed de qualidade, quem é o instrumento .... Não adianta vc ter escolas bonitas bem estruturadas se tem um profissional mal preparado, insatisfeito, que não tem tempo, que pra ter um salário razoável ele tem que dar aula de manhã de tarde e de noite e final de semana ele tem que ficar corrigindo prova, ele não tem lazer, cultura.. e aí as doenças decorrentes dessa ... o stress .... As pessoas hj que estão no comando da educação municipal e que tem em princípio o mesmo raciocínio que o sindicato tem que implantar essa política no município, pq senão é contraditório com a sua própria história. Então qdo agente faz aquela ação de ontem no Conselho de apresentar ... que quero separar a minha relação de poder público da minha ação cidadã e profissional tem que instigar, quero saber, qual fórum nós vamos ter para debater isso, na questão econômica nessa história qual a dificuldade? Não dá para

fazer imediatamente, como que nós podemos construir, a lei é clara um terço fora da sala de aula...

**P: Qual sua opinião sobre a estrutura organizativa do Conselho (Câmara, reuniões, fóruns, etc.)?**

**R:** Não, a Regina ontem levantou uma questão que é séria primeiro vc ter um organismo como o CME com uma presença mto forte do Estado ou do poder público acaba interferindo na dinâmica, acaba interferindo, como a Regina (presidente do Conselho), ela é diretora da educação um cargo de confiança do município que vai dirigir, auxiliar a secretária municipal de educação e ela é representante do Conselho, o papel do Conselho em princípio ele tá ali para questionar para reverter toda uma ação do poder público que ele poderia entender como negativo para a educação e para seus objetivos de atender a população, mas quem acaba determinando, complicado vc chegar numa reunião, é minha amiga, minha companheira, mas ela tá ali representando o poder público municipal, nós temos toda uma relação.. mas ela tá ali representando o pp e eu o sindicato teoricamente vc tem uma oposição, um conflito, o que não significa necessariamente que tem que ser assim pode ter uma ação colaborativa, uma ação conjunta de resolver os problemas mas na verdade qdo chega a hora de decidir o que prevalece é a vontade do poder público ... vc como sociedade não consegue avançar pq tem toda uma relação pessoais que acaba se misturando, se conflitando de tudo qto é jeito.

**P: Pq vc diz que a maioria da representação do CME é poder público?**

**R:** Pq a lei estabelece a ideia da paridade entre poder público e sociedade civil, só que vc tem algumas situações de pessoas que tão lá representando segmentos da sociedade civil que na verdade tem vinculo com o poder público, eu sou um ex e é claro que eu me policio para não deixar uma coisa interferir na outra, mas tem outras situações, eu vou dar um exemplo no Conselho do Fundeb, na reunião do atual Conselho, para escolher o representante dos pais " ah vai vc, mas vc é professora de uma UE, portanto Poder, mas vai estar no Conselho representando um segmento da sociedade q são os pais, ,ao estou culpalizando ou dizendo que a pessoa não pode separar.., mas isso tá vinculado a nossa falta de cultura (de Atibaia) de participação, as pessoas que participam aqui em Atibaia, são sempre as mesmas, raramente vc vê uma cara nova, um grupo novo, é mto pouco, pq esse é outro problema da participação, que vai na linha da participação ativa, passiva.

Será que se eu pegar o orçamento participativo, ele é de fato participativo, ao pé da letra do significado da participação, ele é democrático efetivamente, Eu entendo que não! Pq essa participação do orçamento participativo é passiva, pq vem o cardápio pronto, ah tem a preparação do cardápio nas comunidades, mas sempre chega via poder público, rara as as situações onde a comunidade de fato se organiza e ela impõe sua vontade lá no cardápio pra ela poder fazer valer sua vontade no processo final, são raras as vezes, eu diria para vc sem medo de errar e não estou dizendo que o OP é ruim, ele é bom, só que podia ser melhorado, eu poderia dizer vamos radicalizar a democracia... e mtas vezes da forma como está formatado ele sofre ingerências de agentes externos que tem relações como PP, como as associações de amigos de bairro, as lideranças elas sofrem a influências do PP para q prevaleça lá naquela comunidade

*aquilo que o PP entende que é importante que é prioridade para aquele bairro e não necessariamente o que a comunidade entende o que é prioridade, que pode ser uma escola, uma área de lazer... aqui eu conheço algumas regiões que tentam fazer e vão e falam nós queremos participar da elaboração do cardápio... (Cita o caso de um bairro que consegue realizar o que a comunidade deseja)... Eu acho que a estrutura parte mto de uma questão política, funcionamento do CM, primeiro dos próprios participantes deles próprios se posicionarem. Eu sabia das reclamações dos que estavam saindo, não faz nd, só se reúne qdo quer... Eu levantei e outras pessoas conhecidas da cidade ... não permitir que o CME se transformasse num braço auxiliar do PP, mas ao contrário que ele fosse um braço auxiliar da educação e da sociedade onde o PP faz parte Le não tá voltado para atender os interesses do pp mas da sociedade e das pessoas envolvidas na questão educacional e já fez, não vai ser diferente, não na verdade não tá sendo diferente, pra vc ter uma ideia aquela reunião (final maio) foi a primeira depois de março, não teve em abri, não teve em maio, pq as pessoas envolvidas, no caso a Regina suas atividades acabam demandando um tempo enorme que impossibilitam a participação, segundo, eu sou poder público, mas eu sou presidente então prevalece a vontade do PP, não vai ter reunião, isso é ruim, publicamente vc tenta passar essa imagem que aqui vc tem uma Ed de qualidade, uma participação e não é isso, só pra inglês ver, não vou dizer q é totalmente ruim mas não é como deveria ser e aí cd um faz o que pode para contribuir, se manifesta, cobra, cutuca, mas vc viu lá poucas pessoas... aí tem outro problema a ação democrática ela requer*

*(...)Vc não consegue chegar num debate numa discussão adequada em uma hora, impossível, uma hora por mês, uma discussão sobre plano municipal, vc acha que nós vamos conseguir, na medida que vc reconhece que o plano municipal de saúde é fundamental, para a construção de uma educação pública de qualidade do município, nós vamos fazer isso em uma hora?um encontro em agosto de 2 hs e nas escola, sei lá uma vez por semana, numa reunião de htpc, envolvendo professores, comunidade escolar de que jeito? de jeito nenhum! Não quero desmerecer o esforço, mas tenho que reconhecer que é impossível, e outra coisa é o que foi levantado na reunião de ontem, como é que eu sou membro do conselho, sou impedido pelo poder público de participar da reunião do conselho porque estou em sl de aula e aí o horário que eu tenho para estar em casa com minha família eu tenho que sair para ir na reunião e não ganho com isso, não ganho nada, não to querendo com isso defendendo a ideia de que as pessoas atem que ser financeiramente recompensadas por isso, mas o poder público tem que entender que se eu sou membro do conselho da estrutura na escola como professor, naquele dia eu tenho que sair com tranquilidade que n vai ficar me cobrando pq que eu não to na sala de aula e tô lá no conselho pq eu Tb posso falar então não vou pq à noite é horário de ficar com minha família,, eu que estudar e não posso pq tenho que ir na reunião, numa reunião que não tá levando a nada, e quem sabe se fizer assim fica melhor , as vezes não resolve nada Tb e isso já vai fazer um ano!!*

**P: Quais as principais dificuldades encontradas no funcionamento e ação do CME? Vc acha que é o horário, a interferência do PP, isso que vc acabou de me relatar?**

**R:** *A questão principal não é o horário, eu acho que o principal é que as pessoas que foram indicadas ou escolhidas para compor o conselho não compreender a exata dimensão desse papel não tem e um pouco de culpa disso é do poder público não vou dizer que é só da pessoa, essa coisa toda tá envolvido nessas relações, eu tava dizendo lá ontem, entra no site do MEC, procura formação, lá tem curso de formação para conselheiros e que não é um cursinho de uma hora uma vez por mês, é um curso de se não me engano de 360 horas que pode ser on line ou vc pode juntar o grupo pra fazer a formação onli que é o poder público, mas o material tá pronto é um espaço para entender o papel do conselho e do conselheiro e do outro lado ... o poder público, pq vc pega a lei lá, é normativo, ele estabelece normas para a educação, ele é deliberatiivo, ele delibera, decide se determinada ação tá correta ou não e o que pode e o que não pode fazer, ele é fiscalizador ele o poder público, que uma coisa que não é só aqui, tanto o conselho municipal de ducação quanto a própria secretaria o departamento de educação do município parece que separa a ação das escolas particulares, ng se preocupa com a escola privada, nós tentamos uma ação a partir do conselho, ng disse não mas Tb ... queremos visitar principalmente as creches, elas estão funcionando adequadamente com a legislação que trata disso, isso é responsabilidade da secretaria de educação, ela tem lá uma estrutura que ainda que não seja permanente, que observe toda essa coisa da escola privada, não tem!! Vamos nós nas escolas nós podemos chegar em qq escola pública ou privada, queremos entrar, temos os documentos do CM da educação, queremos fazer um ck... na sua escola, então para além de estar cumprindo adequadamente toda a legislação que rege ... a escola privada Tb tem a questão das relações de trabalho que tem lá dentro, exploração de mão-de-obra, piso salarial, hj tem um piso salarial nacional e dos profs da rede privada, tá cumprindo, tá tendo desvio de função, quem é prof, quem é monitor, ... na escola que minhas filhas estudavam o prof era monitor, bábá, etc. ... Só qdo estoura uma bomba, acontece alguma coisa como aconteceu ... e que foi abafado.. ou bullying pq Atibaia tem, ah mas foi na escola do Estado, quem é responsável pela ... no município alguém foi lá, não foi!! Nós fomos (o sindicato) pq soubemos da notícia e fomos... a mesma coisa de professores que abusam de alunos, e tem vários, mas a secretaria não vai ver, pq, pq o seu quadro funcional não dá conta, pode ser isso, pode! Mas isso justifica que não tenha um olhar para além da sua própria janela que é a rede municipal, não! Ela tem que olhar para os outros lados, TVs não com a frequência das escolas do município mas é possível fazer ... pq a estrutura organizacional da secretaria é muito melhor que há dez anos atrás, hj vc tem uma frota de veículos lá a disposição, hj vc tem uma rede de telefone, de computadores de profissionais, eu lembro que quando o Beto assumiu a prefeitura ele tinha dois supervisor (sic) hj lá tem oito, tvz ainda seja pouco mas é mto melhor que aqueles dois lá atrás, e são mto competentes pelo menos aparentemente com uma bagagem acumulada...pq não consegue será uma falha humana ou falta de vontade política e eu falo eu comento, eu não consigo entender... ai entra na questão dos filhos de professores que não estudam em escola pública...*

**P: O CME tem contribuído para a educação em Atibaia? Em quais aspectos?**

**R:** *Para ser mto sincero eu acho que não contribui não, o que pode existir e acho que existe é toda a preocupação de algumas pessoas de superar algumas dificuldades mas que não é suficiente e eu vou dar um exemplo, voltando a reunião de ontem, a*

*prefeitura montou por conta da reforma do plano de carreira do funcionalismo há uns quatro meses atrás para pensar esse plano a partir de um plano piloto, fizeram um piloto e montaram uma comissão de pessoas de vários segmentos do funcionalismo inclusive de pessoas externas que é o meu caso, eu fui de novo representando a Apeoesp, por conta da questão específica dos professores, peguei o material, fiz uma leitura crítica, no geral ela tava bom, não tava ruim não...e peguei isso levei isso pra SP para a acessória educacional e jurídica da Apeoesp para fazer um estudo mais elaborado a luz de toda essa mudança que tá acontecendo no Brasil e voltou aí compartilhei estas análises e eu disse o seguinte no geral o plano á mto bom, mas trem questões específicas aqui que são fundamental (sic) que não dá conta, primeiro no caso dos professores qual a via de promoção de progressão da carreira, precisa tá mais claro isso, não tá claro isso, o fato de vc ter um plano municipal de funcionalismo não impede que vc tenha a luz da legislação um estatuto do magistério ... e a questão da jornada, levantei ... marcou-se uma reunião para essa tal comissão, a partir daí começou a discussão pq tinha uma coisa inconcebível principalmente agora com o plano que era a promoção e a evolução, a acadêmica e anão acadêmica ... e o plano levava em consideração só a não acadêmica, então vc só podia evoluir e se promover pela não acadêmica e não pela acadêmica, pelo mestrado...*

<b>Conselheiro representante dos professores municipais - CC</b>
--

**P: Tempo de mandato e período no qual atuou como conselheiro**

**R:** *Há um dois anos*

**P: Foi convidado por quem?**

**R:** *pela diretora da escola em que trabalhava*

**P: Por que se tornou conselheiro?**

**R:** *Pelo meu envolvimento com as práticas comunitárias e sempre tive interesse nas coisas comuns, ai quando tive o convite para participar da eleição me interessou porque vc fica a par das coisas q acontecem no município em relação à educação e vc consegue passar isso para os companheiros de profissão.*

**P: Qual sua opinião sobre a estrutura e funcionamento do CME? O Conselho dispõe de condições adequadas para o seu funcionamento?**

**R:** *A estrutura é bem enxuta, ela tem os cargos básicos para o funcionamento do conselho, quanto ao funcionamento ele ainda requer aprimoramento, ainda tem mta coisa a se fazer ainda.*

**P: Em q sentido?**

**R:** *Reuniões, deliberações, a gente tá mto engatinhando ainda, os conselhos de outras áreas da saúde, social são mais ativos, funcionam de forma mais ativa na categoria deles, O CME, eu sinto q é mto parado, não sei se é falta de tempo, até de estrutura, ou mesmo de formato, que propicie trabalhar mais.*

**P: Qual sua opinião sobre a estrutura organizativa do Conselho (Câmara, reuniões, fóruns, etc.), há nº suficiente?**

**R:** *Como eu disse o conselho na estrutura dele, nas reuniões, nas câmaras desde q se atue funciona bem.*

**P: Mas por ex o Conselho tem a função de informar de deliberar, mas Tb de trazer a participação da sociedade, vc acha q o Conselho cumpre esse papel?**

**R:** *È o que eu te falo do CME ele não consegue fazer esse link com a sociedade ao contrário de outros conselhos que a gente tem contado, a maioria dos conselhos eles funcionam na casa de Conselhos, com vrs profissionais de várias áreas, o conselho de educação ele é que quase q engloba somente professores que trabalham no municipal, estadual, ou particular, federal se tiver na cidade e a sociedade mesmo pouco participa, os conselheiros indicados e nomeados pela sociedade, APM, pais de alunos que se interessaram quase não comparecem, não sei se por conta de estímulo, horário, sempre falo acho q falta um pouco de estrutura.*

**P: e há incentivo para a participação deles?**

**R:** *Há convocação, há informação, mas incentivo não há não, pq a gente já conversou sobre horário, por ex, pq assim a gente já tem uma carga horária bem apertada né, até assim por conta de eu fazer pós graduação mudamos a reunião de quarta para quinta feira, a última quinta do mês, para q eu possa participar, adequaram isso , para ter um mínimo de quórum possível, e eu acho que falta isso, então o pai de aluno chega em casa cansado, então se ele for participar as 18 ou 19h não vem, eu como interessado participo, são sempre aquelas pessoas q vc viu q participam, faltou um não dá quórum, Por isso que eu falo de mudar o horário para dar chance das pessoas aparecerem.*

**P: A próxima reunião vai ser as 16?**

**R:** *nós vamos fazer um teste, É vai ser uma tentativa, vamos ver se fora do horário de expediente estimula a estar participando, já que é na hora do expediente é justificável, e é um órgão normativo que faz falta, a gente tem mta coisa pra discutir e não tem tempo, atraves destas discussões é q se vai movimentar alguma coisa, onde tá o erro, onde tá o acerto.*

**P:Vc conhece o regimento interno do Conselho?**

**R:** *Não... a fundo não*

**P: Mas existe esse documento?Já foi colocado para vcs?**

**R:***Sim*

**P:Qual a função do CME?**

**R:** *O Conselho é normativo, é deliberativo, mas não tem poder de decisão, nós só apresentamos propostas, vindo por esse lado a função de cd um ali dentro é estudar, rever as leis, o q tá sendo proposto pela educação e aí fazer propostas em cima disso e deliberar, orientar e dar opinião sobre o assunto, essa é a nossa função.*

**P: Quais as principais dificuldades encontradas no funcionamento e ação do CME?**

*R: O maior entrave é a participação, se vc não tem participação vc não tem quórum, se não tem quórum não tem reunião e se não tem reunião como vai estudar os casos, e nós temos diversas reuniões em aberto que até agora não conseguimos discutir por falta de tempo e eu acho q essa mudança de horário será bem vinda, pq é as 16 hs e se prolongar o Maximo 19h tá saindo dali, dá quase três hs de discussão não 1 hora como tem sido feito, 18hs, 19hs tá td mundo cansado quer ir embora para casa e não dá tempo para discutir, as vezes discute um assunto e acaba nem deliberando nd quanto aquilo e assim acaba sendo decidido pela presidente mesmo, ela estuda, ela faz e gente acaba... não é que ela tira nossa participação não é que realmente não dá tempo para que cd um dê sua opinião e fica aquela conversa mais informal pela internet, pelo telefone, com cd um dando sua opinião e não numa reunião aberta, tinha que estar sendo revisto este horário, para que a gente possa conversando mesmo e agindo mais.*

**P: O CME tem contribuído para a educação em Atibaia? Em quais aspectos?**

*Ele contribui sim no ano passado (2011) no final de maio, começo de junho eu não lembro OS Conselhos municipais, nacional e estadual se reuniu em Barretos e nós participamos e vimos mtas inovações, Barretos tem um programa de inclusão mto bonito, a gente trouxe, propôs, e vai dando frutos esses encontros, trouxemos tb o Marcos da UCME (União Nacional de Conselhos) para fazer uma palestra em Atibaia, a presença dele foi boa, e fez uma palestra sobre o que é o conselho municipal, qual a função dele, o que a gente pode fazer para melhorar a educação, ... temos mais um ano aí pela frente, vamos tentar fazer um pouco mais e se for o caso de recondução, dessa mesma diretoria, essa mesma formação a gente vai tentar fazer mais ainda, o que foi discutido no início do conselho dessa gestão, é que não, que fosse um conselho que realmente atuasse, a gente tava tentando acertar as coisas*

**P: De modo mais específico, em sua opinião o CME tem contribuído para:**

**A-Democratização do acesso: expansão da matrícula, aumento do número de escolas?**

*R: Sim, Atibaia, eu percebo poucos casos de não atendimento de matrícula e tenho até conhecimento que foi para o ministério público, com uma vga no ensino infantil...e qdo veio a ordem q agregasse essa criança ela estava a mais de dois meses estudando.*

**P: Mas o conselho tem alguma medida que contribua para que isso ocorra?**

*R:Nós deliberamos né, nós discutimos casos, esses casos são colocados que a gente tem conhecimento, pq funciona mto através do conhecimento de cd conselheiro, e se vc não tem conhecimento de algum fato que ocorreu vc não tem como opinar ou traze o caso pra discussão e esses casos são colocados pra discussão e cria-se mecanismos para se orientar o poder executivo para criar normas para que não ocorra mais isso, é o que te falei Atibaia quase não tem esse problema, eles são resolvidos de imediato, demora o prazo comum mas uma semana ela tá na escola... e esses casos são colocados em discussão e cd um opina e vamos chegando num consenso fazemos um documento e encaminhamos para o poder executivo.*

**b-Democratização do conhecimento: Melhoria da qualidade de ensino, políticas que garantam a permanência e aprendizagem dos alunos, mudanças nas concepções de currículo e avaliação?**

*R: Mais uma vez através dos conselheiros, o poder do conselho é mto limitado, cada conselheiro traz experiências e daí são gerados docs e encaminhados para o poder executivo é dessa maneira q a gente tem ajudado, não é q o conselho tenha uma câmara ou um órgão q faça isso, mesmo pq tds que estão ali, é um corpo de voluntariado, eles estão ali para se reunir uma vez por mês para deliberar e na verdade e quase impossível fazer isso, a gente usa do conhecimento de cd um individual e daí nas reuniões extraordinárias a gente conversa mto sobre isso e gera novas ideias ... e daí é passado para a frente esse conhecimento e o que a gente chegou a conclusão, mas é normativo e deliberativo, vc não tem poder de decisão vc orienta e propõe.*

**P: Mas a prefeitura atende?**

*R: Costuma atender sim, tds os nossos pedidos até agora eu não tenho conhecimento de nenhum*

**c-Democratização da gestão: criação de conselhos escolares , criação de estruturas participativas nas instituições escolares?**

*R: Não o conselho não atua dessa forma só discussão de casos e deliberação. Apesar de já ter o conselho de Atibaia há mto tempo ele ficou adormecido durante mts anos, parado aí a gente vê pelas atas, ele não se movimentava mto, a proposta dessa nova gestão seria exatamente isso, colocar em prática e fazer com q se movimentasse o conselho mas tá tão ... a coisa q a gente não tá conseguindo se movimentar, mas a gente já tá tendo participação do fundeb eu mesmo participo de uma das câmaras do Fundeb e agente tá tentando fazer o conselho presente em td q ele tem q estar presente estamos tentando fazer ele presente para q a gente possa movimentar essa máquina do conselho que é difícil, se fosse interdisciplinar, se tivesse outros profissionais envolvidos, não só professores, os pais até foram lá mas tiveram dois pais q eram representantes mas não comparecem as reuniões, então fica assim só os professores, diretores de escola, diretores de educação, então aquilo q a gente já sabe é o que a gente tenta consertar ou manter e não tem proposta nova pq a gente tá no meio e quem tá no meio não consegue enxergar quem tá de fora vê melhor, por ex um pai ele pode enxergar bem melhor q um professor Le pode enxergar alguma coisa q a gente não enxerga e aí dá uma ideia para gente discutir, mas não tem essa cultura ainda, estamos tentando formar isso, vamos ver se a gente consegue*

**P: Vc participou de algum curso que é dado para os conselheiros?**

*Curso não, a gente teve essa palestra que veio do Marcos da UCME, que veio exatamente pra isso. Curso não.*

**P: VC sabe q o Conselho pode pedir uma dotação orçamentária, o conselho recebe alguma dotação orçamentária?**

*Não. Td que ocorre no conselho vem da Secretaria da educação, material humano e profissional é da prefeitura, td que diz respeito a elaboração de docs, somos nós mesmo q fazemos, material, computadores, folhas... eu desconheço um fundo próprio.*

**P: Em sua opinião, quais têm sido as funções predominantes do CME? (função deliberativa, normativa, propositiva, mobilizadora, fiscalizador).**

*R: A função mobilizadora.*

**P: O que vcs tem realizado neste sentido?**

*R: Estamos tentando mobilizar a rede, estamos com o estatuto do magistério emperrado, pq na verdade queriam q o conselho fizesse, o conselho, o legislativo, a secretaria, tem td um trâmite e não daria tempo somente com as casas envolvidas então foi contratada esta empresa para girar mais rápido, mas pelo q a gente tá sabendo não tá girando mais rápido coisa nenhuma, pq a empresa parece q não é a área dela que ganhou a licitação, então passa pela licitação e tá emperrado, então nós estamos mobilizando o corpo docente de Atibaia pra poder tá verificando isso, pra tá olhando com outros olhos para o estatuto e colocando pra eles qual a importância disso, pq infelizmente mtos professores desconhecem como o estatuto é importante na vida dele, dependendo do q for aprovado ali ele vai ter uma vida profissional saudável ou não e a maioria dos professores desconhecem isso ou estão desinteressados pelo assunto, então o nosso trabalho é de tá mobilizando e informando os professores da importância disso pra q ele Tb peguem a cópia do estatuto leiam e coloquem o que estaria errado o que está aceito para q a gente possa juntar isso e mandar para essa empresa que tá fazendo o Estatuto mas até agora a gente não tá tendo MT retorno, é o que te falei não sei se é mto recente este tipo de mobilização, eu sou novo Tb eu não tenho participado dos outros conselhos, mas o pessoal não se interessa mto não, a gente tentou levar para a escola para os HTPCs mas a ideia não foi pra frente, não pelo conselho, o conselho fen a proposta, mas tem que ter aceitação, não adianta vc empurrar goela abaixo ...*

**P: Em sua opinião o Conselho tem sido autônomo? Como tem sido a relação do CME com a SME?**

*R: Sim. Totalmente, a autonomia que a SME cede ao conselho tem sido mto importante, foi o que eu falei o encontro dos conselhos teve o ano passado tirando o representante da APEOESP é tudo professor e nós conseguimos autorização para estar participando deste encontro, então vc vê uma certa autonomia.. e nós necessitamos de autorização para fazer...As discussões são abertas se o conselho deseja deliberar ou propor fazer alguma coisa... as votações são abertas, vc não tem assim... vamos dizer pressão aquilo que a secretaria quer não, a gente aprova aquilo q a gente decide, isso tem sido dito pela presidente com mta ênfase, sempre o conselho decide e aí espera a decisão da secretaria lógico.*

*... então além do apoio nós temos uma certa autonomia, nas decisões tb*

**P: Quais são os principais temas discutidos no CME?**

**R:** *Nós tivemos discussões sobre escolas infantis particulares, levantaram alguma coisa lá sobre as escolas estarem funcionando incorretamente, que se fiscalizasse, logo em seguida a gente começou essa batalha do estatuto, então a gente tá batalhando a uns oito meses...*

**P:** **Td que vcs fazem vcs recebem uma resposta no tempo adequado?**

**R:** *a contrapartida é dada nas reuniões a gente não tem nada por escrito, mas é registrado em ata ... Essas discussões contribuem então para a educação*

**P:** **Em sua opinião, qual é o papel do CME?**

**R:** *Na minha opinião é que se melhore a educação em nível nacional, estadual e municipal cd um com seus conselhos e os profissionais ... com seus conhecimentos, o conselho tá aberto para que se participe e quem pode ajudar na educação do município são os profissionais envolvidos, esse movimento do conselho, voltando um pouco a gente não consegue diferenciar o profissional do conselheiro, nem tem como pq o profissional ele trás a experiência para dentro do conselho e essa experiência que o conselheiro leva para dentro do conselho ela ajuda muito e novas propostas de ensino e novos métodos, novas decisões, novos caminhos, então essa integração do profissional, professor, diretor ... pq o profissional ... tem dado resultado, algum.. na secretaria é positivo, a maioria que a gente propõe é informado como positivo, assim o conselho trabalha de acordo com o que é proposto no município e Atibaia não tem um problema de educação, a gente não enxerga como um problema, tem algumas coisas q tem que ser acertadas mas não são problemas insolúveis, facilita mto o trabalho do conselho, então essa é a importância do conselho dentro da educação de Atibaia, tá fiscalizando para que continue sendo feitas essa educação de qualidade*

**P:** **Algo mais que vc queira falar do conselho?**

**R:** *Não, só essa parte que eu acho que o conselho tem que ser mais ativo não no funcionamento mas no ... como eu tava te falando a saúde tem a casa dos conselhos, então já fica tds os conselhos e o conselho de educação não participa desses conselhos, é uma coisa à parte, assim como eu sou novo na educação, tenho percebido q a educação é mto à parte, a educação é mto fora do contexto é ela e os outros, ela se fecha... a briga ... em outras esferas e o CNE ele atua mto ele é mto forte...e fala dos CNE... As outras secretarias tem abertura para ouros profissionais dentro do conselho e com essa abertura acho que vai ser positivo*

**P:** **O CME tem esse intuito mesmo de participação ser a ponte entre a sociedade e a SME, vc acha que nesse ponto ainda há mto a fazer?**

**R:** *sim, com certeza, igual eu to te falando, na casa dos conselhos habita tds os conselhos menos o de educação e ai vc se fecha na educação e não sabe o q está acontecendo ao redor, mas a Ed é influenciada pela saúde, pelo social, pela segurança, só que ela tá fechada a gente não tem contato com outros conselhos, tem informal é lógico, agora formalmente fazendo parte do núcleo a gente não faz parte, a gente é à parte, isso prejudica um pouco a atuação do conselho.*

## Entrevista com o representante dos Professores da Rede Estadual de Ensino (CD)

- **Órgão ou entidade que representa (ou) no CME :** Professores da Rede Estadual de Ensino

- **Tempo de mandato e período no qual atuou como conselheiro:** 2 anos, gestão 2009-2010

**P: Quais são as atividades desempenhadas pelo conselho? Quais as mais recorrentes?**

**R:** *Que eu achei de cunho importante para o município foram duas: foi a elaboração da minuta para a Escola de 9 anos, do ensino fundamental, que as crianças entrariam na 1ª série com 6 anos, que o município aderiu, então trabalhamos em cima da minuta do regimento e também na parte de distribuição, destinação de verbas que a gente sempre tinha um representante que participava das reuniões específicas do financeiro da prefeitura.*

**P: Então vc considera que a parte da fiscalização foi a mais importante atividade desenvolvida pelo Conselho na sua gestão?**

**R:** *Não foi desenvolvida (ênfase), a gente participou das reuniões, foi uma das coisas mais importantes, o resto foi assim assunto do dia a dia, importante mesmo da minha gestão foi isso minuta da Escola de 9 Anos e a participação do orçamento da verba prefeitura.*

**P: Como vc se tornou conselheiro? Qual foi sua principal motivação para participar do Conselho?**

**R:** *Foi enviado convite para as escolas para indicar um representante do grupo, a diretora me convidou e eu então fui, ela disse que eu gostava de participar destas coisas e disse que sim e então fui, no dia parece que tinha umas 15 pessoas a 20 pessoas, então teve a eleição para ver quem queria ser secretária, os vários segmentos e no mesmo dia para quem queria ser presidente e vice presidente e como sempre né e aí eu acabei me tornando presidente por conta de uma outra pessoa que já havia sido presidente e que ficaria como vice para me dar um apoio pq eu estava sem experiência nenhuma e Tb por vontade própria mesmo.*

**P: Qual a principal motivação para participar do Conselho?**

**R:** *Para poder ter um pouco mais de voz para poder cutucar as coisas eu me julgo bastante crítico, e para fazer parte de um grupo que a gente sabe que a maioria das pessoas vai lá só para assinar a ata, eu falei eu não vou fazer só isso, eu não quero fazer só isso, minha intenção então era essa para criticar, para conhecer, fazer algumas colocações mexer mesmo no negócio.*

**P: Como funciona o CME, que críticas vc faria?**

**R:** *O Conselho funciona com uma reunião por semana de uma ou duas horas e lá a gente tem as diversas pautas.*

**P: Quem coloca as pautas?**

**R:** *As pautas a gente mesmo faz a pauta, em determinadas reuniões surgia sempre uma emergência, alguém que queria falar de um projeto da educação sobre a Universidade Federal do ABC, sempre teve assim esses assuntos extraordinários, mas a pauta quem fazia era a gente mesmo, agora o funcionamento do conselho como a maioria destes grupos de líderes só mesmo uma coisa pró forma, pq não vejo um empenho das pessoas de realmente ir lá para querer mudar, para querer criticar e escafunchar mesmo no negócio, então uma das críticas q eu tenho é essa das pessoas realmente não se envolverem, que como tem vários segmentos de escola pública, escola particular, faculdade, pai de aluno, vários segmentos, acaba indo uma pessoa para representar aquela instituição para não ficar aquele vazio, mas muitas vezes não são pessoas comprometidas com a situação e a outra é com relação ao horário, o horário estabelecido para as reuniões é após o horário de expediente de trabalho e nunca coincidia um horário bom para pegar a maioria das pessoas, todo mundo trabalha durante o dia e noite fazer reunião, o que acontece, chega cansado, não vai, então sempre fica aquela coisa muito pingado, as pessoas iam muito pingado, então o horário é muito ruim, acho que de todas as críticas que eu tenho o horário é o pior. Tem que ser um horário mais acessível para reunir um maior número de pessoas.*

**P: Como se dá o fornecimento de informações por parte da Secretaria de Educação?**

**R:** *Isso ocorria assim, inclusive teve uma situação que foi uma coisa que eu tentei me envolver bastante, que foi, que nós tivemos que ir nos bairros, tinha que colher informações. No início da nossa gestão, nós tivemos a ideia de elaborar um questionário enviar para todas as escolas, as escolas passariam para os professores, para a comunidade colhendo críticas e sugestões, nós copilaríamos os resultados e nós esquematizaríamos, desenvolveríamos ações para resolver os problemas mais eminentes. Isso eles podiam fazer através do questionário que a gente tinha elaborado ou pelo site que nós criamos na prefeitura, que este site Tb não existia, fomos nós que fizemos, tinha antes só uma coisa mas não era do Conselho era da secretaria, para mandar as informações para então detectar os problemas do município e elaborar as ações para solução dos problemas, isso foi mto legal que a gente começou a fazer, inclusive eu tinha proposto fazer divulgação nas mídias (Rádio, jornal, Tv...), só que acabou ficando meio abafado entre aspas por conta de que, todas as coisas que surgia que a gente tinha que falar sobre aquele assunto, naquele momento...*

**P: Essa foi uma ação do Conselho, mas por parte da secretaria eles trocavam informações com vcs?**

**R:** *Não. A única coisa que eles passaram pra gente que veio deles como incumbência do Conselho foram duas coisas: a minuta que eu já falei anteriormente, da legislação da escola de 9 anos e um documento que eu assinei Tb com relação a um projeto Escola Verde, Meio Ambiente, que era um projeto da Prefeitura e tinha que ter aprovação do Conselho. Fora isso, sobre verba, sobre onde a gente podia gastar, a gente nunca recebeu a gente só sabia quando íamos na reunião, pq tinha um representante.*

**P: Quanto a isso o representante do Conselho que tinha que ir para participar do Conselho do Fundeb ele voltava trazendo as informações?**

**R:** *Sabe quem era essa pessoa? Depois vc olha o nome dela, uma que ia sempre nas reuniões do FUNDEB, que era mto ativa nessa questão, que fazia questão de ir... então... trazia informação e a gente tinha que estudar e montar as estratégias e solução de alguns problemas, mas na verdade eu nunca fiz isso do começo ao fim. A gente ficava sabendo da reunião, ia alguém, trazia a informação, mas na sequência a gente não conseguia... por várias situações, a gente não conseguia, a coisa não tinha andamento por várias razões, por conta de uma coisa ou outra, não tinha pessoa disponível Tb para fazer isso, tb por conta de trabalhar em outros horários não tinha tempo de participar da tal reunião, a gente às vezes ia na Prefeitura para conversar com alguém tinha que ter aquele tempo e quase ninguém se candidatava a fazer esse serviço Tb por conta do trabalho, então realmente o papel do conselheiro dessa forma é meio que pré-forma mesmo, pq impossibilita mto o trabalho da pessoa, não tem como correr atrás, vai largar de trabalhar, de ir no seu serviço para correr atrás de uma coisa dessa, a dificuldade que a gente encontrava era essa, o horário das reuniões... bate na questão do funcionamento. Que nem esse CONAE que vai ter agora, a gente ia procurar todas as informações do município, íamos copilar as informações e levar na Conferência Estadual, já tinha tido a Municipal aqui, para no final levar na Nacional.*

**P: Vcs chegaram a aprovar alguma resolução, deliberação?**

**R:** *Não o único documento que eu assinei que tem essa característica q vc tá falando, foi a aprovação da minuta da escola de 9 anos e do projeto da prefeitura do meio ambiente.*

**P: E a publicização, vc me disse que criaram um site para publicizar td que vcs tinham feito, isso funcionou na sua gestão? O site chegou a funcionar?**

**R:** *Não, nós fizemos o site, recebemos poucas informações, pq não conseguíamos divulgar, ficou muito ali no nosso grupo, não teve como sair, pq tivemos dificuldades de sair para ver as formas de divulgação por conta do horário e aí por conta disso ng sabia, a população não sabia, o que estava acontecendo não tinha como opinar, então parou!! Parou e foi uma ideia mto legal que parou por conta do funcionamento do Conselho, que não foi viável. Outra coisa legal foi o esporte, eu me empenhei tanto para a coisa do esporte...*

**P: Em sua gestão quais temas foram mais conflitivos? E pq foram conflitivos?**

**R:** *De conflito não teve nada, de falar ... o único assunto conflitivo que a gente não teve mta resposta, foi com relação ao horário das reuniões pois como a maioria, não sei se a maioria, mas muitos integrantes eram da prefeitura, ficava difícil pq eles queriam fazer sempre no horário fora do expediente pq não dispensavam as pessoas para participar da reunião.*

**P: Então a maioria das propostas eram bem recebidas?**

**R:** *Sim, assim era bem aceito só não foi desenvolvido pq faltou mesmo aquela injeção de ânimo. Assunto conflitivo que tenha causado polêmica não teve.*

**P: Quais temas a seu critério foram mais relevantes?**

**R:** *O conselheiro já respondeu a essa pergunta anteriormente*

**P: Quem era mais atuante?**

**R:** *Acho que quem atuava mto era uma que representava as escolas particulares.*

**P:** **Que tema ela colocava como proposta?**

**R:** *Na verdade a atividade dela não era essa não, não era uma atividade de questionar de polemizar, de criticar, não, era uma atividade de sempre estar presente, agora de falar, de colocar algum problema não era muito ativa não, na verdade, não tinha “ninguém” que fizesse mto isso, td esbarra no horário que a gente tem disponível para correr atrás disso, pq eu vou criar uma situação que depois eu vou ter que correr atrás, ir na prefeitura para falar aqui, falar lá, então eu já nem coloco na pauta, bem assim que eu via as coisas.*

**P:** **Qual na sua opinião o grau de autonomia do Conselho?**

**R:** *Ele por legalidade deveria ser forte, de fato é pró forma, de fato é pró-forma, tá ali para assinar no caso ou discutir algum assunto de interesse imediato, a prefeitura tá precisando destinar tal verba para tal situação... então vem o projeto do meio ambiente, “olha pessoal precisamos votar nesse projeto do meio ambiente pq a prefeitura tá precisando para agilizar o processo da destinar a verba”, então no mesmo dia se lia td e assinava, a situação era essa.*

**P:** **E se tivesse alguma coisa que o Conselho não aprovasse no projeto?**

**R:** *Então, mas acontece que a gente lia o projeto e não tinha assim aquele tempo de analisar profundamente o projeto, a gente tinha as informações dos membros da prefeitura das diretoras que faziam parte do conselho, que trabalhavam já na escola do município, que o projeto era mto bom, de que td funcionava as mil maravilhas, então quem era a gente para falar “não, não vamos fazer, vamos podar isso aí, não vamos assinar para atrapalhar”, então vamos assinar e vamos deixar correr, mas assim fiscalizador mesmo, não tinha esse caráter não, tinha por lei né; mas ter alguém que fizesse isso, que a gente destinasse, olha esse grupo vai em tal escola ou vai ver tal região não tinha isso não.*

**P:** **Como é a relação entre o CME e a SME?**

**R:** *A relação era boa, tranquila, isso nunca teve problema, deram o espaço pra gente se reunir, uma salinha, deram o computador, tiveram boa vontade na hora de abrir esse site.*

**P:** **Mas por ex o que vc já havia falado comigo de ter sempre alguém da secretaria pra ver o que vc estavam discutindo nas reuniões?**

**R:** *Então... nas últimas reuniões aconteceu isso mesmo, na época a secretaria da educação vinha em quase todas as reuniões e sempre ela tomava a palavra de início e acabava ficando e a gente tinha que debater aquele assunto e às vezes passava outros assuntos que a gente queria discutir, por exemplo esse da Conferência Nacional, da Conferência do Município, do Estadual e do Federal, que era pra gente colher as informações, tinha que fazer isso, para desenvolver as estratégias, mas a gente não tinha como fazer isso, uma hora vinha a minuta pra gente assinar, já vinha pronta, era só a gente ler e assinar, se tinha alguma coisa para alterar era coisa mínima, outra hora...*

**P:** **Então as pautas vinham definidas pela Prefeitura?**

**R:** *É se a gente tivesse uma coisa “mto, muito” importante para falar ficava sempre em segundo plano.*

**11) Com relação ainda à função fiscalizadora, vcs chegaram a fazer algum tipo de fiscalização, para ver se as escolas estavam funcionando de acordo?**

**R:** *Só fizemos mesmo com relação ao recebimento das crianças do 6º ano nas escolas estaduais, que a gente, eu como representante das escolas estaduais, trabalhava com as crianças do 6º ano e percebia que tinha muitas defasagens em muitos aspectos, professores vários Tb reclamavam dessa defasagem, isso foi colocado várias vezes em reunião que a gente devia ver onde estava o problema dessa situação, então o que foi sugerido, colocamos de fazer uma prova diagnóstica, na escola do Estado pra onde essas crianças fossem para aí sim fazer um estudo dessas deficiências pra promover soluções, promover estratégias, mas a gente Tb não conseguiu desenvolver isso, não teve resposta, pq eu nunca consegui que chegasse as vias de fato, aqui está a prova que nós vamos fazer nas escolas que recebem alunos de 6º ano, então quais as escolas, x,y, z, então vamos levar esse modelo de prova para os coordenadores passarem para os professores para aplicarem as provas, nós nunca conseguimos colocar isso em prática, por conta de que uma hora era um assunto, outra hora era outro e sempre a gente passava.*

**P: Quais são as responsabilidades e atribuições do Conselho? Pela lei o conselho deve ser normativo, consultivo, deliberativo, fiscalizador e propositivo, como ele é de fato?**

**R:** *Eram 3 funções bem claras, fiscalizadora, deliberativa e consultiva. Era nosso tridente e nós tínhamos que nos apegar a essas três palavras e tínhamos que desenvolver, como que nós íamos fiscalizar, como que nós íamos deliberar e como a gente ia consultar td isso, foi daí que surgiu a ideia de fazer essa pesquisa, consultar para depois... montar as estratégias.*

**P: tem todas essa atribuições mas elas são de fato exercidas?**

**R:** *Pq fiscalizador, vc tem que ter alguém que vá in loco fiscalizar o negócio, que vá em loco, questionário para fazer.*

**P: Vcs só tinham isso no Fundeb?**

**R:** *E no Fundeb já vinha assim né, “olha veio essa verba e tá destinando assim e o conselho tem que analisar e votar”, só que a gente tinha uma reunião de uma hora uma hora e meia para ver. (Comentário: cito o caso de Rio Claro). Com relação a dizer se td isso ocorria tinha q ter esse nosso órgão fiscalizador, que a gente não conseguia desenvolver, Pq quem queria ser esse fiscalizador, pq para fiscalizar tinha que ter alguém que tivesse o dia inteiro andando pelas escolas... mesmo o questionário se a gente não estivesse presente podia ser uma coisa mto camuflada, pq por conta de não ter disponibilidade de horário e nem a dispensa, pq sempre falavam que a gente não podia... na escola que eu trabalho a diretora nunca me dispensou para nada, Tb nunca solicitei, na prefeitura a gente sabia que não dispensava, então acabava não tendo como fiscalizar.*

**P: Em que aspectos o CME tem estado mais presente?**

**R:** *No início mesmo, na situação da Conferência Municipal, da gente se organizar para fazer um bom, uma boa Conferência Municipal, colhendo todas as informações da educação do município para no dia dessa Conferência Municipal dar o retorno para a população, com as estratégias, de como ia ser feito.*

**P: Vcs conseguiram?**

**R:** *Isso a gente conseguiu fazer, parte disso, ou seja, nós tivemos a ideia, bolamos a estratégia de ir de ter retorno da a população, organizamos, mas não conseguimos por em prática, a gente já tinha td esquematizado, me lembro até que tinha um questionário para professores, diretores responderem, cheguei até a entregar as cartas para os diretores, explicando que aquele era o objetivo e que aquele era.. Vc achou nas atas? (Respondo: Não e não é nem citado isso), então isso é outra coisa, uma coisa que eu critiquei que depois no final parece que acabou dando certo, que as atas nunca eram feitas no momento, a secretaria, que era uma funcionária da prefeitura, era diretora de uma escola, ela colhia as informações daquele dia da reunião, da pauta e ela digitava td bonitinho e sempre trazia na próxima reunião para a gente assinar a anterior, então, é aquela história, mta conversa que saia na reunião a gente nem lembrava mais que tinha falado sobre aquele assunto e mtas vezes nem era citado na ata e na hora H acabava até esquecendo, então eu falava gente essa história de fazer ata depois não dá certo, tem fazer ata na hora, no momento, de próprio punho e assinada, mas pela dificuldade de colher todas as falas e não sei o que... então era assim na reunião seguinte é que vinha a ata para a gente assinar.*

**P: Como era na sua gestão a frequência dos conselheiros e quem era mais presente?**

**R:** *(eu digo 13 titulares e 13 suplentes), destes participavam sempre 50%, prof da rede estadual, diretora das escolas particulares, representante do Ensino Superior, o funcionário da prefeitura, que era a nossa secretaria, era do executivo, era mais ou menos isso 5 ou 6 pessoas que participavam.*

**P: E pais de alunos?**

**R:** *No começo tinha um que sempre participava como pai de aluno, mas depois, nem lembro mais quem é essa pessoa, mas não tinha uma participação ativa não, era sempre o do Estado, Escolas Particulares, do Ensino Superior e o Representante do Município, do executivo, que sempre frequentavam.*

**P: Vc chegou a tomar alguma atitude em relação a isso?**

**R:** *Chegamos no seguinte de no começo a cortar a pessoa a colocar o suplente, mas aí a discussão era sempre a mesma, vai fazer isso vai correr o mesmo risco, vai entrar o suplente, já nem quis ser o titular, por conta de tdas estas situações que não tem tempo para agir, se for colocar de titular vai dar na mesma, então se for cancelar o titular por conta dela não participar, três reuniões seguidas, que podia excluir, ia só dificultar o Conselho, na verdade ia só acabar o Conselho pq ninguém queria ir, na verdade é isso*

**P: Pq vc acredita que estes segmentos participam mais?**

**R:** *Não que a gente tivesse resolvido nada de tão interesse do Ens Superior, ou de tanto interesse das Escolas Particulares, mas eles participavam sempre, eles estavam lá, ou seja, eles estavam querendo saber sempre o que estava acontecendo.*

**P: Porque na sua opinião tantos conselheiros não comparecem às reuniões?**

*R: Pq eu acho que a história de achar que só um grupo de pessoas que vai ter voz, que não vai conseguir, que vai esbarrar numa série de problemas e que de repente não vale a pena estar fazendo td isso. Então eu acho assim, o Conselho realmente existe por, pela Legislação, o Município “tem que ter o Conselho”, então este grupo de pessoas está lá, para cumprir aquela parte, agora existir para agir, fazer um monte de coisa, pode até ter abertura para fazer, mas até executar, até sair de dentro da sala e ir pros finalmente é difícil.*

**16) Qual a sua percepção quanto às possibilidades de sucesso ou não de suas ações?**

*R: Enquanto for o Conselho essa forma do horário, do horário das reuniões e a gente perceber que possibilita a ação da pessoa, da disponibilidade, não tem como, pq a pessoa tem que trabalhar, então é difícil.*

**P: Qual o grau de representatividade que as categorias tem no conselho existe um diálogo entre a categoria com a sua base?**

*R: Não, a gente até discutia, mas o andamento da coisa de fazer de arregaçar a manga de fazer acontecer, pode até existir outros fatores que interfiram, mas o que td mundo falava era o seguinte, não tem como eu não tenho horário para isso, então tdas as incumbências q o Conselho tinha, não tinha como a gente fazer pq td dependia de disponibilidade de tempo pra ta lá para fazer.*

**P: Também de vontade política?**

*R: Sim também, pq ng queria dispensar a gente, ng tinha essa vontade, não podia, não pode, a gente não tinha como fazer, era um negócio bem informal.*

**P: Os conselheiros municipais de educação conseguem mobilizar os segmentos sociais que representam? De que forma?**

*R: De certa forma sim, eles levavam a informação, se tivesse alguma discussão lá sempre trazia, mas não tinha mto isso de levar e trazer pq a gente esbarrava sempre no mesmo problema, vou levar o problema, vou trazer, vou fazer como para resolver, só que daíç vou solucionar comoç tem que arregaçar a manga, tem que se envolver, quem vai correr atrás dessa fiscalizaçãoç quem vai correr atrás disso e daquiloç*

**P: E qto aos problemas que vcs conseguiram encaminhar, eles eram resolvidos, vcs tinham respostas?**

*R: Até vinha resposta mas a gente nunca passou grandes problemas para resolver, na verdade todo nosso planejamento, toda a gama de instrumentos para a gente poder trabalhar era esse questionário que a gente ia fazer nos diversos bairros e td mundo se empolgou MT com isso, só como a gente não fez as informações simplesmente não voltava para a gente, então a gente ficava lá reunião parta tratar de assuntos mais eminentes, as vezes era uma normatização, as vezes um projeto da prefeitura, sempre dessa forma, vamos dizer assim, nossa plataforma era essa, de colher as informações e trabalhar em cima daquilo durante os dois anos, só que não conseguimos dar sequência.*

**P: Como eram tomadas as decisões? Por consenso ou votação?**

**R:** *Que decisão? Nós tomamos duas decisões tô te falando, algumas outras nós tomamos, mas não tinha nem como ir conta, por ex algum vereador pedia para ir lá e desenvolver um projeto de uma feira de estudante, lógico que a gente ia dizer sim, a gente colocava o Conselho a disposição e havia esse intercâmbio, mas a única coisa que a gente fez de importante foi assinar o documento do projeto do verde, do meio ambiente, da prefeitura e a escola de 9 anos, que a gente fez de importante mesmo, pq com relação com a verba do Fundeb essas coisas, já tava bem determinado como que era e me parece que do jeito que era continua sendo. Pq se fosse falar que era contra, ia ter q ir atrás, tinha que dispor de tempo e aí ng estava disposto, então td mundo falava ah tá bom assim, entrava em consenso.*

<b>Entrevista com o representante dos Diretores de Escola da Rede Estadual de Ensino (CE)</b>
---

**- Órgão ou entidade que representa no CME:**

**R:** *Representei as Escolas Estaduais no segmento de diretor de escola.*

**- Tempo de mandato e período no qual atuou como conselheiro:**

**R:** *Fui presidente do CME por 2 anos e essa experiência de conselheiro do CME foi importante pq me ajudou mto depois qdo eu fui secretário da educação por 8 anos do município, então coincidiu eu terminar o mandato de 2 anos conselheiro e depois 8 anos como Secretário da Educação. No CME o período foi de 1999 a 2000, de 2001 a 2008 eu fui secretário municipal da Educação de Atibaia. Sempre atuei nessa área, Tb tive dois mandatos como vice prefeito de Atibaia, que Tb nos ajudou um pouco nesta parte, teve um mandato que eu acumulei era secretário da educação e vice prefeito e um mandato em que eu fiquei apenas como vice prefeito. Terminei meu mandato e voltei para a escola e sou hj diretor da escola João Antonio Rodrigues, escola estadual de Atibaia e sou diretor aqui praticamente desde 1988, fiquei afastado esse tempo todo e voltei para a escola nas minhas funções originais que é diretor de escola.*

**2- Como vc se tornou conselheiro? Qual foi sua principal motivação para participar do Conselho?**

**R:** *Na verdade é vc atuar dentro de um órgão importante que é um órgão participativo, vamos chamar assim, que naquele momento ele não tinha um caráter deliberativo ele era um órgão mais consultivo e normativo do município mas eu achava importante a necessidade de participar e atuar nessa área, ele veio a participação no conselho, pq eu fui durante bom tempo militante ligado à APEOESP, e aí o que acontecia a gente sempre discutia mto a questão do professor, a questão do Estatuto, das melhorias na escola pública e a gente percebeu que o CME ele é um órgão importante pq é uma forma de vc atuar, embora seja a nível de município ele pode ajudar nas relações das escola e isso é importante, e é importante e eu gostaria de fazer uma lembrança que eu fui vereador entre 1993 a 1996, foi na gestão como vereador que se implantou o CME, eu como vereador, então na época eu ajudei na implantação de um conselho a ideia de ampliar as participações da comunidade junto aos órgãos oficiais, o conselho na*

*verdade é um órgão que pode ajudar a assessorar e discutir a aplicação real da política pública de educação do município, então foi isso, e daí a gente tinha uma ligação direta e daí em 1999 eu tive a oportunidade de ser indicado no meu segmento de diretor, que a gente fazia uma reunião e indicava nomes, e daí cd segmento reuniu e entre os membros eleitos havia uma indicação para presidente e eu acabei sendo indicado pelos outros membros por isso eu fui presidente por uma circunstância do colegiado me escolher para presidente naqueles dois anos, então foi uma experiência interessante pq eu acabei aprendendo mta coisa sobre o município, a gente já sabe alguma coisa mas qdo junta o conselho tem informação, uma coisa mais detalhada e aí tem uma coisa interessante que em 1999, hj é mto fácil vc ter dados oficiais vc entra no MEC, mesmo no Município vc consegue informações já consolidadas, n° de aluno, matrícula, na década de 1990 era mto difícil vc conseguir uma coisa concreta, n° de alunos, tem aluno fora da escola? como é que faz? não havia censo escolar, tinha o censo geral mas em termos de censo escolar não existia, aí em 1999, 2000 nós fizemos um levantamento interessante que eu fui até o Cartório de Registro de Nascimento e eu peguei as informações junto ao Cartório de quantas crianças nasciam ano a ano, primeiro dez anos, e pegava o número de matrículas de primeira série de Atibaia para saber o q vc tinha para saber aquela informação, para saber se havia criança fora da escola em idade escolar, então era uma forma, era o único jeito de informação real para saber como é que fazia isso, tá sendo matriculado, não tá, tem realmente criança fora da escola e a conclusão que a gente chegou é que batia o n° de matriculados, e o esforço para pegar informação por telefone às vezes, fizemos uma coleta de informações, que não tinha (...) para saber a demanda da rede estadual e municipal para ver se batia, a maioria era estadual, nas criança de 1ª série, a gente via que batia nesse quesito realmente batia. E aí quando assumi como secretário essa experiência me motivou a fazer um mini censo, então em 2001 eu fiz um mini censo, eu contratei uma empresa, agora como secretário e essa empresa de pesquisa, não foi um censo geral foi por amostragem então nós fizemos uma coleta de informações em tds os bairros, dividimos a cidade e fizemos um levantamento dos alunos que estavam estudando e aí começamos a perceber a defasagem de escolaridade, em 2001 a média de escolaridade do atibaense era a 6ª série do ensino fundamental, então se percebia essa defasagem, a maioria não terminava a 8ª série e dos que terminavam a 8ª série mtos poucos faziam o colegial, aí vc tinha onde era o gargalo, era o ensino médio, até o final da década de 1990 o problema maior de Atibaia era o EM, era uma média de 1000 crianças que saíam da 8ª série e se vc tivesse 600 vagas era mto, ficava no mínimo 40% fora, a creche Tb não tinha, pq o município atendia quase sozinho o ensino infantil, então td recurso que ele tinha aplicava no infantil, a medida que houve a mudança na legislação o município teve obrigações que atender o fundamental, só que não houve ampliações o aluno que saía do infantil não saía da escola ele ficava na 1ª série na escola infantil, então vc tinha problema já de não receber aluno para a pré escola, já começou o problema então o gargalo no médio, vc tinha um gargalo na primeira série, pq o menino que entrava na 1ª série na escola estadual ele ficava 8 anos e não movimentava e o município Tb não podia liberar a criança pq ficava na primeira série na própria Ed infantil, então esse foi um quadro que com o problema da municipalização foi uma coisa assim meio perversa, ela não preparou para fazer essa mudança, então*

*simplesmente vc vai fazer e pronto (...). Pq na época não tinha estes dados de evasão, retenção...*

**P: Mas no site da educação atualmente tem essas informações? Eu procurei e não achei.**

*R: Tem se vc procurar... no PME tem todas essas informações é que vc tem o estudo de uma década e então vc projeta e daí enrola e começa a falar do PME (...). Sobre a municipalização fala: Atibaia não municipalizou todo, pegou uma escola estadual, o que o Estado fez por decreto, pegou uma escola tal vai fica de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup>, escola tal ensino médio, porque; porque a proposta era que o município assumisse os prédios que tinham as escolas de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup>, só que o município de Atibaia, o secretário não fizemos essa opção, fizemos uma opção paralela, que foi ao invés de vc pegar uma escola pronta vc constrói uma escola paralela, e vc cria uma rede própria, o Estado continua, isso permitiu que o Estado não desfizesse da sua estrutura, mantivesse a sua estrutura, pq vc pegava uma escola pronta já tinha clientela, não abria vaga, mudava só de administração da estadual passava para o município, então a gente acabou fazendo uma rede própria, já já existia uma rede, só que ela era mais ensino infantil, existia um pequeno embrião de fundamental, qdo começou aumentar e as únicas escolas que o município pegou foram as escolas isoladas que são aquelas escolas de ensino rural que não tinha professor efetivo, multisseriada (...) então o município assumiu essas escolas, ampliou essas escolas (...).*

**P: Aproveitando sua experiência como secretário de Educação eu queria q vc me explicasse pq Atibaia não tem legalizado um sistema municipal de educação se na prática isso já ocorre.**

*R: Na verdade isso é assim, sempre funcionou da seguinte forma, o município sempre cuidou das escolas de ensino infantil e aí o município tinha a competência de cuidar de suas escolas autorizar as escolas funcionarem e a ligação das escolas particulares Tb era atrelada ao município, era só essa a função do município e aí qdo implantaram o fundamental passava pra onde, para o Estado e ele assumia se uma escola particular abrisse a primeira série do EF ela desvinculava da SM e ela tinha que abrir novo processo de legalização junto ao SE do Estado as secretarias de educação do município estavam sempre atreladas as secretarias do Estado, calendário quem homologava calendário, quem tinha toda a parte de supervisão era DE no caso de Atibaia em Bragança Pta, td isso era feito via Bragança, por muito tem, o que a gente tentou fazer, a gente tentou que Bragança colocasse uma ou duas supervisoras e trabalhasse em conjunto com a secretaria municipal até aí td bem e aí o que aconteceu a rede foi crescendo, crescendo e aí permite-se que o município passe a ter uma autonomia na medida q ele cresceu e passa a cuidar da sua própria estrutura, então foi uma função delegada pela Diretoria Regional para que ele cuidasse, já houve uma preparação, os supervisores vieram fizeram td um processo, quem homologava calendário era a diretoria, todas as escolas mandavam, Plano Gestão, toda a burocracia que uma escola estadual tem o município Tb passava via DE via sua estrutura, aí chegou um momento que disse, vcs o município hj tem competência de cuidar de gerenciar sua estrutura, hj que aprova calendário, quem aprova tda a doc necessária é a própria SME do Município, então é uma função delegada, mas não que a gente, e a gente não é sistema, pq a gestão não é sistema; Pq não temos começo, meio e fim, nós terminamos até o 5<sup>o</sup>*

ano, para eu ser sistema eu tinha que ir até o final. Então na verdade foi uma função delegada por isso que ... Ai Tb uma coisa importante na medida que vc é um sistema local tem toda um implicação do CME que ele vai fazer normas, vai discutir do pto de vista ...

**P: No Regimento do Conselho ele é normativo...deliberativo, consultivo, etc? Qual é então a função do Conselho?**

**R:** Ele tem que acompanhar a política pública educacional do município, tem que fazer sugestões esse é o papel primeiro dele, normas, por ex., criou uma norma lá, vc vai criar por ex creche comunitária, um assunto pertinente dentro, da esfera municipal, não existe uma lei federal, estadual que fale de creche comunitária e aí o q acontecia; a gente tinha que criar um parâmetro para funcionamento das creches comunitárias, qtas crianças, qtos funcionários, e aí o conselho fez uma deliberação, então por ex existe uma norma feita pelo CME que normatizou o funcionamento da creche comunitária, pq vc estabelece uma regra, pq não existe parâmetro (...) Explica o funcionamento das creches.. Então começou com uma hj tem quinze, pq atende a uma demanda do aluno de creche, houve um crescimento nesta parte, então o CME tem que nos ajudar nesta parte e discutir mesmo, o próprio PME teve uma participação direta dos conselheiros de vc atuar..

**P- Quais são as atividades desempenhadas pelo conselho? Quais as mais recorrentes?**

**R:** Pq vc tem lá as reuniões, quinzenais, mensais, vc tem lá uma regularidade, pq se vc tem um sistema vc tem talvez que o CME reúna toda semana, vc tem que realmente ter um conselho atuante, tvz reunir toda semana ou diariamente vc tem uma demanda.. vc tem um conselho voluntario onde as pessoas trabalham nas suas funções nem o presidente é liberado para fazer coisa diferente que vc tem no CEE, num município maior que vc pode até disponibilizar alguém para ... e aí as reuniões maiores vc toma as decisões, vc tem que liberar alguém, uma estrutura mínima, alguém que possa acompanhar ent]ao essa é uma dificuldade não é uma coisa splas de fazer, tem essas coisas dentro do município, não é com a estrutura ideal que funciona.

As atividades mais interessantes do Conselho eu destacaria o PME que eu acho que foi uma das ferramentas mais importantes que nós construímos nesta década pode se dizer, que vc passa a ter um olhar do município desde a história, desde o início ...explica o PME (...) e ver se a política está sendo aplicada no município, ver se realmente a criança tá na escola.

**P: A Fiscalização é o que vc destaca então?**

**R:** Tb, acho que o CME pode atuar nesta área tá mto ligado à SME, fica mto ligado ao município mas na verdade deveria ter uma atuação mais geral onde vc discute com o Estado, discute com o município, o município vc ataca mais diretamente, mas o Estado é um negócio tão distante... tem lá o representante mas o representante às vezes não consegue ser o porta voz oficial que leve a reivindicações para o Estado, ele é um órgão importante acho que deveria ter uma estrutura melhor, só que vc tem as dificuldades, basta ver é só a gente analisar como era o Conselho tutelas da criança qdo foi criado, era um Conselho que só tinha voluntários, ng tinha salário ... e aí

*começou a perceber q não tinha como trabalhar com voluntário que existe uma demanda diária dia e noite vc tem demanda, e se vc não conseguir q os conselheiros sejam remunerados e fiquem à disposição, tem coisa que o trabalho voluntário não funciona. E aí tem uma coisa vc tem mtos conselhos e se tds os conselhos vc tiver que remunerar... E hj virou até uma ferramenta política, tvz tivesse que ter uma estrutura melhor, pq a educação não tem só o CME, pq a educação não tem só o CME, tem o Conselho da Merenda, tem o Fundeb, que via fiscalizar a aplicação do dinheiro da educação para ver se est's sendo aplicado corretamente e vc temo Conselho Municipal que trabalha exatamente com a aplicação das políticas públicas, então só na educação vc tem três conselhos, vc vai remunerar, vc vai liberar um conselheiro, e aí tem o conselho da cultura...*

**3- Como funciona o CME, que críticas vc faria?**

**R:***O Conselho marca uma reunião que às vezes não dá para ir td mundo pq às vezes não dá.*

**P: Como são colocadas as pautas?**

*Eu estou falando de uma experiência de 13 anos atrás e a gente trabalhava com essas coisas, pq a gente não conseguiu informações nem na SME vc tinha informação, merenda, transporte escolar.*

**P: As críticas que vc faria então seria em qual sentido?**

**R:***Bem hj, pq vc faz indicação por setor... então eu acho que tinha que ter uma estrutura melhor, de as vezes fazer um acompanhamento, algum trabalho mais específico, mas difícil se vc não tem ao menos um funcionário liberado para isso.*

**P: Vc colocou como o papel mais importante o de fiscalizador (cito o caso de Riio Claro) vc acha que em Atibaia ele consegue cumprir esse papel?**

**R:***Pq assim, na minha visão a principal função dele é analisar se realmente a política pública de educação está sendo aplicada, pq assim se o conselho pegasse o Plano de Educação e vise se está sendo cumprido isso, isso, ele está cumprindo seu papel, pq eu acho tem um órgão para fiscalizar dinheiro, isso que eu quero mostrar, então o CME tem que ser mais genérico, mais amplo, e aí vc vai pensar o município não cuida de EF nem de EM e aí como é que está o nível de escola, como está o resultado, basta ver os índices do Idesp, do SARESP, que vc tem que é a nota que avalia ,.. e aí vc vai atuar nessa área... a questão... então a atuação do conselho deveria ser na aplicação da política as escolas como é que funcionam, funcionam bem, as escolas particulares tem portaria de funcionamento, pq as pessoas qdo eu fui conselheiro me perguntavam ...*

**P: Mas o Conselho consegue fazer isso?**

**R:***deveria fazer tem o papel de atuar*

**P: Mas faz?**

**R:***É o que eu digo eu não vou fazer uma crítica que hj eu não estou mais lá*

**P: Mas na sua época fazia?**

**R:***Fazia em parte, pq a gente não tem estrutura para isso, pq as pessoas são voluntárias, o que a gente tem q entender q td trabalho voluntário tem um limite, eu não posso exigir do voluntário, vc vai cumprir isso, vc vai cumprir dentro das suas limitações, para vc marcar uma reunião às vezes, vamo marcar à noite, legal, eu sou diretor de escola, se marcar quinta feira a noite eu não vou pq eu trabalho... pq é meu horário... pq , e*

*então isso que eu falo a dificuldade de falar o cara vai ir, vc tem as limitações, vc atua dentro de um sindicato, voluntário, vc dá uma parte de seu tempo para ajudar mas não dá para vc fazer uma exigência que a pessoa atue... (obs: como o entrevistado estava em uma postura de defensiva eu esclareci que minha intenção não era criticar e sim entender porque e como o Conselho funciona) e continua a resposta... pq se não tem uma estrutura não dá para exigir que funcione, não adianta ah vou cobrar do Conselho o Conselho não fez, mas pera aí o Conselho é voluntário, a limitação do nosso trabalho, da nossa atuação era aquela, eu como secretário, eu tinha um cargo e ia e ganhava um salário por aquela função, como conselheiro eu fiquei dentro da minha condição de atuação eu tentei fazer o melhor de mim, começamos a fazer o esboço do novo estatuto do magistério municipal, discutimos plano de carreira, para ajudar sobre isso, tentando entender os efeitos da municipalização, isso nós fizemos naquele momento, fizemos um debate sobre aquela questão, que era um momento que tava começando, discutimos a implantação da chamada progressão continuada, que a progressão não é promoção automática, então vc vai discutir, por outro lado os dados que a gente tinha era um problema sério de evasão escolas que vc tinha 30 40% de evasão, então vc tinha lá os dados assustadores, defasagem de série, eu peguei essa escola aq de 1ª a 8ª onde tinha aluno 13, 14 anos na 3ª, 4ª série então, com 40 45 alunos, então como é q faz; como é que trabalha; não trabalha, vc vai deixando pelo caminho, então essas questões que eu acho q é assim o CM tem as limitações dele, então o q consegue avançar é o trabalho voluntário, falta estrutura, te dei o ex radical do conselho tutelar, pq o CT ele usava o carro dele as coisas dele e ele era voluntário, a medida q ... a o pessoal da saúde Tb precisa, não existe profissionalização o que pode ser feito é essa estrutura mínima, vc vai ter um local que as pessoas possam ao menos receberem uma crítica um local, a gente tentou fazer o Fórum da Cidadania, a ideia era fazer o fórum dos Conselhos, vc ter um local coletivo onde tds os Conselhos pudessem ter uma atuação ... que o cidadão visse, a hj tem uma reunião do CME a hj tem da cultura, que o cidadão pudesse participar, mas sempre coletiva, vc não tem específica, usaram mais o conselho do idoso, ele não trabalha então tem mais tempo disponível, conselho da mulher, tds eles, então vc tem uma infinidade de instrumentos que podem ajudar mas tem as suas limitações e não é um problema de Atibaia é um problema geral e aí se tem uma estrutura melhor, se fosse SME eu tenho certeza que teria que fazer um estrutura mínima para funcionar, alguém que tivesse uma liberação da sua atividade funcional que viesse para cuidar dos assuntos do dia a dia.*

**P- Como se dá o fornecimento de informações por parte da Secretaria de Educação?**

**R:** *Era tranquilo no meu período nunca tivemos problemas, tinha facilidade com esse assunto, pq eu posso falar desse período q eu exercia ...*

**P- Em sua gestão quais temas foram mais conflitivos?**

**R:** *Eu acho que conflito não havia, havia algumas discussões pq assim, vc tem, as pessoas tem que entender o todo para entender a parte aq as pessoas, o CME tem representantes de tds os segmentos, então vc tem o segmento municipal, mas tem o segmento estadual, particular, o ensino superior, assim as vzs se discutia pq o município dá mta atenção para os alunos do municipal e não dava para os da rede*

*estadual e aí a gente tem que entender o todo (nesse ponto o entrevistado novamente explica o funcionamento das verbas do Fundeb) ... mas aí fica pq vc não atende o geral pq vc atende só o município; mas aí tem as limitações legais... então é só um exemplo pra mostrar q as vzs vc tem uma política municipal mas tem um limite, e vc tem outras esferas e as outras esferas estão ligadas e seguindo esse exemplo a questão do interprete, o município paga um interprete, pq não po~e na rede estadual, o município não pode se pagar um interprete para a rede estadual vem um conselheiro do Fundeb e fala perai vc tá pegando dinheiro do município, o Estado que tem que gerir o Estado... então esse debate as vzs se fazia, é política pública, política pública é td igual, o aluno é igual, td bem é igual só q cd um tem que entrar com a sua parte, o Estado tem sua parte... então vem pq o município, mas não vê a dificuldade.. O Estado é um gigante, então a escola estadual tá precisando de funcionário, eu não posso fazer isso, e continua falando sobre as responsabilidades do Estado e do Município...o aluno que sai do município vê a diferença... o município não pode fazer o papel que é do Estado, então as vezes tem esses embates.*

**P: Quais temas a seu critério foram mais relevantes?**

*R: A maior contribuição pelo menos no período que eu participei foi o Plano, teve o envolvimento da comunidade, teve 10 assembleias nas comunidades fomos no Portão, fomos na Usina ... no Centro td lugar e vc fez o debate e depois fez uma Conferência onde foi aprovado, depois encaminhou para a Câmara que fez uma lei, o Plano Municipal tá lá, aquilo que foi proposto a várias mãos, certo ou errado...*

**P: Qual segmento foi mais ativo?**

*Não dá para falar, quem tinha mais condições de criticar tvz fosse a própria rede q tinham mais informações, que viam o dia a dia, cutucavam, cobravam mas no geral, acho que pelo menos na minha participação, não gostaria de destacar esse ou aquele, acho que foi uma atuação legal, não teve...*

**P: Qual na sua opinião o grau de autonomia do Conselho?**

*R: é muito relativa, dentro da legalidade do processo ela pode questionar ou não a aplicação da política pública, quer dizer tá sendo aplicado tá sendo aplicado ... só que o limite dele é o limite dele é o limite que é da área de atuação, o CME pode brigar mto em relação ao município, pode brigar com o secretário questiona o prefeito, mas qdo vai na esfera estadual qual o limite dele; nenhum, a não ser que faça representação no MP, então o Conselho tem que ter esse olhar na aplicação da política, tá sendo aplicada, senão tá sendo então vamos ajudar, mas é uma atuação limitada, mais propositivo que vou fazer uma deliberação, como qq outro conselho, exceto o CT que tem uma força que foi dado a ele pq ele preencheu uma lacuna, mas ele tem limitações como Tb os outros conselhos.*

**P: Como é a relação entre o CME e a SME?**

*R: Pelo menos na minha época era boa não havia, existia uma relação propositiva, não existia dificuldade.*

**P: O conselho faz o acompanhamento da aplicação dos recursos da Secretaria de Educação? De que forma?**

*R: É que ele tem um representante do Conselho na sua composição*

**P: Porque na sua opinião tantos conselheiros não comparecem às reuniões?**

*R: Porque eu acho que é a dificuldade do trabalho voluntário, porque vc tem o limite.*

**P: Então isso que vc colocou que a pessoa acha que o que ela vai fazer lá não é tão significativo, isso contribui para desestimular a participação?**

*R: Pq eu acho quando vc tem assuntos pertinentes motiva mais, pq o q eu falo qdo teve o PME era uma coisa concreta e vc alimentava informações e acaba tendo uma atuação mais direta, o próprio representante da secretaria é uma pessoa importante q joga fermento na massa o representante q representa a secretaria as vzs ele tem um papel de tentar movimentar d tentar colocar temas importantes q possam fomentar o debate as vzs como não tem isso acaba dando uma esfriada, então normal, então é aquilo q eu falo trabalho voluntário não tem como cobrar mto, falar vc vai ter q fazer. (...) Acho mesmo que é a questão da motivação vc vai lá fazer um debate às vzs não tem a finalidade, as vzs tendo tarefas vc consegue motivar mais*

**P: Pelo Regimento o conselho deve ser normativo, consultivo, deliberativo, fiscalizador e propositivo, como ele é de fato?**

*R: Propositivo e fiscalizador, minha definição o Conselho tem que zelar ele tem q fazer, todo empenho dele para a política pública de educação ela seja implantada, dentro daquilo q esta nas normas estaduais e municipais quer dizer é vc atender ao ensino infantil, Ed fundamental, ao ensino médio, toda criança na escola com qualidade fazer todo empenho para fazer com q isso seja aplicado no ensino.*

**P: Em que aspectos o CME tem estado mais presente?**

*Eu acho que está nessa linha, eu não acho... então eu acho que é isso vc vai debater em qual situação, o que nos teríamos que presente? Questionar... por ex o ensino de qualidade hj vc conseguiu acesso para as crianças vc conseguiu a permanência das crianças com programas, material e o sucesso escolar isso que é qualidade de ensino, tvz o Conselho poderia trabalhar nessa área de discussão, vamos avaliar o IDEB, vamos avaliar a prova SARESP, o índice IDESP que recentemente saiu, quer dizer o que está acontecendo nas escolas do município, onde está o gargalo? onde está os problemas? pq o resto ... eu já fui conselheiro o resto é atendimento, hj não é isso, hj o foco não tá no acesso da criança, hj tá na qualidade quer dizer o que nós estamos oferecendo de qualidade...*

**P: Repito a pergunta: O seguinte acho que não me expliquei a pergunta é no sentido não do que o que o Conselho pode fazer mas em que aspecto ele está mais presente? de todas atribuições o que você acha?**

*R: Debate geral, não posso dizer isso acho que ele faz um papel geral genérico, ele ... pelo menos na percepção que eu tinha ... é o que eu digo o tempo que eu fiquei no Conselho, eu posso dizer que era outro problema nosso foco era outro, hj é diferente e eu não vou poder falar...*

**P: Mas eu estou me referindo à sua gestão.**

**R:** não respondeu ...

**P: Qual a sua percepção quanto às possibilidades de sucesso ou não de suas ações?**

*Acho que toda que vc abre o debate com mais cabeças pensantes vc tem um encaminhamento melhor, o Conselho como ele é por segmentos, ele é uma instância de debate maior que vc pode interferir e fazer com que as coisas sejam melhores pensadas, só que a gente sabe né, que é um órgão mais consultivo, propositivo de... não tem este poder de vamos fazer, embora tenha lá na sua constituição, na prática o limite dele, mas ele pode melhorar, ajudar, contribuir para a secretaria municipal, mesmo o Estado, falar vamos tentar ajudar aqui, fazer ali, ele pode ser um setor extremamente importante. (...)*

**R:** *Difícil, difícil, por ex, em Atibaia, nós temos um Fórum, que toda vez, uma vez por mês a gente se reúne, não é cem por cento mas a gente se reúne, discute os problemas gerais do município, faz um calendário comum, faz algumas discussões que a gente pode fazer, por ex hj nem sei quem é o representante, mas se tiver um representante ... pq o mandato é de dois anos ... e novamente não responde e eu pergunto: Então sete elo não existe é difícil; Eu não sei dizer...*

**P: Mas na sua época?**

**R:** *Eu até tentava nas reuniões como diretor levar os problemas mas é uma coisa mto pessoal, não é uma regra, por ex. o representante da escola particular, é o representante de uma escola será que eles se comunicam; difícil. O diretor tem uma reunião, o sindicato talvez*

**P: Os conselheiros municipais de educação conseguem mobilizar os segmentos sociais que representam? De que forma?**

**R:** *Difícil, teria que repensar isso.*

**P: Mas na sua opinião isso não acontece?**

**R:** *Difícil, é uma coisa que tem que melhorar*

**P:** *Como as decisões eram tomadas...? Pr consenso ou votação?*

**R:** *Por consenso*

**P: As questões encaminhas eram respondidas?**

**R:** *Para a SM até tinha resposta a gente tinha um bom diálogo então não tinha problema não, seja verbal as vzs por escrito.*

**P: Dos temas que vcs iniciavam nas reuniões vcs conseguiam finalizar?**

**R:** *A gente conseguia avançar algumas coisas, nem td a gente finalizava...*

**P: Com relação a publicização; Os atos do Conselho são publicizados?**

**R:** *Não fazia. Eu acho que o único ato foi a normatização da escola infantil.*

**P: Mas você não acha que seria importante o Conselho publicizar seus atos?**

**R:** *Outra coisa que eu lembrei, qdo implantou a escola de 9 anos nós fizemos uma deliberação conjunta entre secretaria e CME que a gente implantava a mudança, o Estado implantou em 2010, nós implantamos em 2007 ... O que acontecia no máximo era o Conselho fazer um relatório das atividades do ano mas ficava como um doc interno, é o que eu falo não tinha rotina, não tinha expediente, tds os conselhos com*

*exceção do tutelar, tds os conselhos dizer o conselho do patrimônio... tombamento da matriz, são os únicos registros que vc vai ter também, vai ter o livro ata que aí vai ter lá..*

**P: Com relação ao livro ata, do período de 2002 a 2006, durante o período em que você foi secretario teve algum período que não teve conselho?**

**R:** *Teve, teve.. neste momento pergunto novamente dos docs que não existem e o mesmo abre os braços como a dizer que não sabe e continua: é o que eu digo quando tem temas pertinentes relevantes, é o que eu digo trabalho voluntário...*

**P: Você acha que o Conselho precisa rever não o seu ideal que é a participação mas o seu funcionamento, não estou falando só do CME de Atibaia mas do geral?**

**R:** *Acho que a participação efetiva da sociedade tem que ser revista pq vc trabalha com este conceito de voluntário e este voluntário tem um limite, a não ser que vc crie mesmo uma estrutura para funcionar isso vale para o sindicato, isso vale para partido político, escola de samba, as pessoas só se veem na hora de desfilar...se vc não tiver uma estrutura mínima não funciona... a realidade do mundo é essa o mínimo de estrutura tem que existir, associação de moradores...Vc tem lá o Fórum da cidadania, vc tem o prédio mas tem gente, tem estrutura não tem, então eu acho que td tem que rever, tem que ter o mínimo de organização e batalhar por isso, mas é uma crítica que eu falo e não é uma coisa do CME é de tds os Conselhos, saúde tb vc tem problema e tem que reunir td mês, tem que aprovar as contas...*

#### **Entrevista com a representante de Educação Infantil da Rede Particular (CF)**

**- Órgão ou entidade que representa (ou) no CME :** *Escolas Particulares de Atibaia*

**- Tempo de mandato e período no qual atuou como conselheiro:** *2 anos, gestão 2007, 2008 e parte de 2009. No final de 2009 pedi desligamento por três motivos, o primeiro foi de ordem pessoal, o segundo é que o Conselho deixou de ter um poder de atuação que eu acreditava ser o mais importante, que seria uma parceria com o município, as autoridades do município responsáveis pela educação na melhoria da educação da cidade como um todo, ele passou a ser um órgão fiscalizador das contas da SE, e daí me desgostei e falei, não é isso que eu acho que eu deva fazer, para isso tem outros órgãos competentes, eu entendo pouquíssimo de gasto público, o que eu entendo de gasto, é aquele gasto da dona de casa, eu tenho tanto para gastar então é isso que eu posso gastar, aqui na escola, justamente por não entender mto a gente tem um contador, tem uma pessoa preparada para fazer isso, as reuniões eram marcadas mtas vezes e, o presidente do Conselho não aparecia, nós aparecíamos dois ou três, sempre os mesmos, as pessoas começaram a se desgostar, nós tivemos uma conselheira a Olívia do Colégio Atibaia que levava aquilo com uma seriedade com uma competência, senão me engano ela foi presidente interinamente, e a coisa girava de uma outra maneira. Quando o Edson (o presidente citado) entrou apesar da disponibilidade que ele demonstrou inicialmente eu penso que talvez ele não tenha alcançado a seriedade que aquilo poderia ter como dimensão para a educação de*

*Atibaia e daí com td misturado uma questão pessoal muito dolorida para lidar, mais a questão do mestrado e esse papel que o Conselho terminou assumindo, falei, não é para mim, achei que não poderia contribuir e pedi para sair. O Conselho estava esfacelado, as pessoas não queriam participar nessa época e foi uma experiência boa por um lado e dolorida por outro lado.*

**Entrevistada:** *E isso Sandra eu notei uma boa vontade muito grande enquanto a Iete foi secretária da educação nesse momento que eu participei e depois ela se afastou e depois ela voltou de novo, e eu senti isso na primeira reunião que eu fui, mas depois não sei o que foi acontecendo, foram havendo mudanças e isso foi ficando como alguma coisa que não tivesse muita importância, até a falta de lugar pra gente se reunir, uma falta de sala para a secretária do Conselho, os sinais eram muito evidentes de que aquilo não era prioritário, o Conselho do Idoso tinha sala, o Conselho não sei do quê, tinha sala, o Conselho não sei do que mais tinha sala, mais o Conselho de Educação...Teve a promessa de uma sala mas não conseguiu, vai conseguir bem mais tarde, eu já nem estava mais lá.*

**P: Quais são as atividades desempenhadas pelo conselho? Quais as mais recorrentes?**

**R:** *No meu período de participação a grande questão do Conselho era participar de um Fórum, um Congresso, não sei bem o termo, que reuniria, os conselheiros municipais do Brasil inteiro, então tinha uma preocupação que os Conselheiros fossem ou montassem uma equipe que pudesse ir e a outra preocupação é que haveria de Conselheiros em Atibaia e a gente deveria preparar essa Conferência só que isso por mais ideia q a gente trouxesse, por mais que a gente tentasse sistematizar ele não terminou acontecendo com a importância que deveria acontecer, isso terminou acontecendo dentro de uma semana da educação, num tempo exíguo eu já estava fora mas eu acompanhei, ou seja, não se dimensionou o Conselho como um órgão de importância para a educação de Atibaia e nem para qualquer coisa da cidade mesmo que não fosse para a área da educação, era alguma coisa que ficou assim, bom então já que a gente tem que fazer, vamos cumprir.*

**P: Vc acha que as pessoas não tinham ideia do que poderiam fazer por meio do Conselho?**

**R:** *Eu acho que muita gente tinha a ideia o que não havia era uma participação com tempo, então posso me afastar algumas horas por dia do meu trabalho me dedicar a fazer isso, todo mundo trabalhava o dia inteiro, a gente se reunia por volta de 17h30, 18h da tarde, a maior parte das pessoas com algumas exceções olhava o tempo inteiro no relógio, depois de 45m 1h as pessoas começavam a pedir licença para se retirar, então eu penso que o Conselho nessa época ele teve um caráter de amadorismo muito grande, de voluntariado mas não um voluntariado levado a sério, não como se a causa do voluntariado fosse uma causa significativa. Então de uma certa maneira quando a gente vê as notícias do que acontece na educação como um todo se a gente começa a puxar esses pequenos episódios a gente começa a ver a grandeza que eles vão tomando ao longo do tempo, pq quem pode influenciar não percebe o tamanho da influência que pode ter e por não ter essa percepção não leva da maneira como deveria ser levado.*

**P: O Conselho não é um órgão subordinado à SME, mas faz parte da mesma, vc não acha que a SME deveria ter uma postura mais mobilizadora para mudar essa atitude?**

*R: Eu penso que precisaria mais que um papel mobilizador, acho que precisaria uma parceria, por exemplo, eu acredito que se o Conselho municipal estivesse mais próximo da SE, inclusive fisicamente eu acho que poderia ter um desempenho diferente, eu penso que deveria existir uma cobrança em cima do Conselho e em cima da SE, e é uma cobrança de atuação, não é uma cobrança para resolver uma coisinha ou outra, quando se tem um interesse pessoal ou político, eu acho que isso é partidário eu acho que a causa aí é outra, a causa seria uma causa nacional e permanente.*

**2) Como vc se tornou conselheiro? Qual foi sua principal motivação para participar do Conselho?**

*R: Foi muito interessante, eu recebi uma vez um convite para de uma reunião do CME, na época da gestão da Iete que seria aq no SAAE e eu tinha uma vontade de fazer algum trabalho que não fosse em proveito da Escola, um trabalho que pudesse ser em proveito dos alunos do município ... Quando cheguei lá é que fiquei sabendo que seria proposta uma chapa para eleição do CME, não tinha mais do que 30 pessoas, representantes das escolas particulares, um representante da FAAT, a Olívia e a Merli, representando o Colégio Atibaia eu e meu marido representando a escola Terra Brasil, pouquíssimas pessoas, da escola pública, tinha o Edson pelo Major, o Marte, pelo Pe. Matheus mais uns outros dois diretores e algumas pessoas do município e a Iete, e qdo a Iete me viu ela me sondou, eu disse, Iete eu não tenho nem tempo para fazer isso ... mas se precisar de um representante das escolas particulares e eles toparem eu posso ser, foi dessa maneira que eu me aproximei, e foi interessante pq nesse momento tinha um ambiente de mobilização, de interesse, depois disso foi diminuindo ao longo do tempo, o que na minha maneira de ver, leva a crê que faltou uma questão de liderança que fizesse aquilo andar para a frente, depois nós fomos observando, a secretária, que não queria mais ser secret'ria, disse eu fico como suplente, foi a que comparecia em todas as reuniões, as pessoas eram sempre as mesmas, eu era assim um "sangue novo" ali, p qtd mundo fala, de no a gente!! de novo a gente!! Então é por isso que eu falava para vc as pessoas não tem a dimensão da importância que aquilo tem, da representatividade que o conselho pode ter, e depois a gente que está na educação a mais tempo e vê o poder do CEE a gente fala olha a chance que está sendo perdida, pq o CEE não chegou a ser o que é a troca de nada! Né? Tanto que a gente liga na DE eles falam vejam a resolução do CEE, pois é isso demonstra bem, aq não sei se alguém alguma vês disse ah vamos ver a resolução do CME. Naquela época nós tivemos dificuldades até de achar documentação, Teve um período, que a Margarida que era a secretária disse, não mas eu tenho certeza fui quem fiz, fui em quem escreveu isso, como é que sumiu!! ?? A não tá nas caixas... mas onde se acha as caixas?*

**P) Qual a principal motivação para participar do Conselho?**

*R: Foi a minha vontade de interferir, favoravelmente, pela educação do município, eu gostaria que houvesse uma aproximação, eu gostaria que houvesse uma aproximação entre as escolas particulares e municipais, eu gostaria que houvesse uma troca entre*

*professores e diretores da escola municipal e da escola particular, eu acho que tds nós ganharíamos enormemente, não acho que a gente deva continuar segmentando a educação dessa maneira, a Ed pública é uma, a Ed privada é outra, a Ed pública se divide entre do município e do Estado e entre a da Federação, acho que a Educação é causa nacional, é educação brasileira, ponto, não poderia ser da maneira que é, talvez um idealismo meu né? não sei...*

**P) Como funciona o CME, que críticas vc faria?**

*R: Eu acho que enquanto eu estive lá o Conselho praticamente não funcionou, se nós tivemos três ou quatro reuniões pra decidir alguma coisa significativa, e vc vai me perguntar o que é e eu vou falar pra vc que eu não lembro, pq eu acho que não tenha tido nada significativo e na minha opinião tdas as tentativas que foram feitas pra que se levasse algum assunto ou relevante como a preparação da Conferencia Nacional do Conselho que na época era o que tava mobilizando a preocupação e a atenção de td mundo isso não se deu e o que eu vi de realmente relevante foram duas participações com bastante seriedade uma foi da Olívia (representante da escolas Particulares) e a outra foi do Marte (Representante das EE), pessoas assim, 5h são 5h. nós vamos discutir isso a gente tentava discutir isso, as pautas não eram respeitadas como deveriam ser, e ficou nesta questão do preparo da Conferencia ou da importância de algum conselheiro participar de Conferencias de Conselhos em outros municípios.*

**P: Quem prepara as pautas?**

*R: Pelo que eu me recordo raramente seguiu-se as pautas, e nós combinávamos a próxima reunião lá mesmo a Margarida com exceção de uma única vez ela mandava dois ou três email avisando do horário, qdo as pessoas começavam a se manifestar que tinham dificuldade naquele dia ou naquele horário ela tentava ajeitar com td mundo um horário melhor mas com exceção de duas ou três reuniões nós nunca começamos na hora e não foram poucas as vezes que nós ficamos esperando em pé, ali perto da escada do Fórum da Cidadania 25, 30 m pra conseguir juntar meia dúzia de pessoas pra sentar e mais reclamar do horário da organização de não sei mais o que do que realmente trabalhar.*

**P) Como se dá o fornecimento de informações por parte da Secretaria de Educação?**

*R: Não conseguíamos rapidamente, essa questão dos docs por ex era uma questão séria pq os docs nunca eram encontrados, a gente não tinha um computador que funcionasse então alguém pessoalmente tinha que se prontificar ou do computador pessoal ou do computador do trabalho ou a ir à SE conseguir alguma informação, acho que é Gilmara que foi conselheira representando a secretaria, era uma pessoa de dentro ali da educação, se alguma coisa dependia dela ela conseguia trazer as informações importantes, mas eu acho que foi uma época de um amadorismo mto grande do conselho, eu tenho a impressão que o conselheiro que ficou o presidente ele não percebeu a importância daquilo, depois ele Tb teve um problema pediu um afastamento... e nessa época eu Tb já estava saindo e eu não posso te falar com mta precisão sobre isso.*

**P) Em sua gestão quais temas foram mais conflitivos? E pq foram conflitivos;**

**R:** *Olha temas ligados a educação praticamente não foram motivo nem de gdes discussões e mto menos de gdes conflitos, uma unanimidade era o pouco caso dado ao conselho, em termos de instalação, de equipamentos de resgate de documentos, isso era unanimidade, mais do que um desgosto, com uma indignação mesmo, e a preocupação era que temas vamos apresentar na reunião que vai acontecer aqui em Atibaia, vamos chamar gente de fora, o Conselho não tem dinheiro, quem é que vai pagar? será que não tem jeito da gente fazer uma parceria com a SE pra trazer uma destas pessoas de renome, pq a SE na época já tinha uma verba significativa, né a verba era boa, agora lá entre nós praticamente não existia nenhum assunto que fosse motivo de conflito.*

**P:** **Vc falou de verba, que está previsto do regimento, vcs chegaram a solicitar que o Conselho tivesse uma dotação orçamentária?**

**R:** *Algumas pessoas inclusive o Edson se mobilizaram para ver isso mas a resposta foi que não havia condições, Tb senão me engano próximos ou logo após campanha eleitoral e daí vem sempre aquela alegação de que não podia ter mais dotação de verbas.*

**P:** **Td dependia então da SE?**

**R:** *Senão me engano, vc tem que verificar essa informação, o computador parece que foi uma doação, não foi algo vamos comprar para o CME, foi uma doação, pó aí Tb já fica claro qual a importância de fato do conselho, ele pode ter um vulto grande no discurso, na intenção de que ele seja significado, mas na prática eu não senti isso, e Sandra não eximo de maneira nenhuma a minha participação, eu penso a minha parcela nisso tudo, eu penso se eu tivesse entrado numa outra época, pessoal, se eu tivesse tido uma energia mesmo eu poderia ter atuado de uma maneira um pouco melhor da que eu atuei, eu acho que eu poderia ter feito uma tentativa, diferente da que eu fiz. Então não acho ah foram eles, eu me incluo neste conselho, eu acho que cd um de nós poderia ter feito um outro esforço, poderia ter tido uma outra consciência na atuação do conselho.*

**P) Quais temas a seu critério foram mais relevantes?**

**R:** *A Conferencia foi uma preocupação que mobilizou bastante e uma questão que mobilizava e bastante era quando da fiscalização das contas, agora isso mto interessante, pq Tb mobilizava no discurso, as duas ou três vzs que eu participei disso, já era numa salinha aq do lado do corpo de bombeiros (prédio atual da SE), uma salinha mínima, várias, ah não isso é super importante, precisa ir, precisa ir, a primeira vez eu disse tá bom eu vou.*

**P:** **Pq sempre era destacado um representante do CME para a reunião do FUNDEB?**

**R:** *Isso, tá bom vc pode dessa vez, da próxima outra pessoa vai, só que chegava na hora vc poder ir mais uma vez Magda daí qdo foi da terceira vez eu falei ah gente eu to saindo mesmo ...existe lá uma movimentação que a gente não tem nem muito tempo pra parar e questionar as contas, p qtd tem que ser aprovado mto rápido, então éramos eu mais duas outras pessoas que são de escola mas eu não sei quem são e então “mas o que é esse gasto? e isso aqui? não, não, a gente precisa aprovar isso aqui, preciso voltar para a escola”, então eu disse não gente não quero mais, eu acho q Tb não estava num momento mto bom, pq eu acho que sou mto mais combativa do que isso mas pra mim não era um momento bom mesmo.*

**P: Vc acha que não havia seriedade por parte dos participantes;**

**R:** *Eu acho que mais do que seriedade, não havia consciência nem individual, nem coletiva e nem profissional da importância ... eu penso que é exatamente isso e tlz isso até pelo próprio esquema do Conselho, então td mundo tem que sair do seu trabalho, depois de ter trabalhado o dia inteiro, é o único horário que a gente tem, maior parte mulher, quem não era mulher era diretor a noite na EE, então era aquele horário entre jantar, trabalho e voltar para outro trabalho, ou seja, acho que td não favorecia.*

**P: A questão do tempo era então relevante;**

**R:** *Eu acho, uma reunião por mês para não sei quantas coisas importantes aqui do município, é escola que o esgoto desemboca td na frente da escola, chama o depto de obras o depto de obras não aparece, distribuir folheto da campanha de vacinação na véspera da vacinação ... uma vez por mês; qdo vc vai discutir aquele fato provavelmente vai acontecer o ano que vem, vc já perdeu um ano, teria que ter obviamente além da nossa consciência um esquema do profissionalismo mesmo, isso aq é trabalho minha gente, isso aq tá falando da gente ...*

**9) Então pelo que vc disse os problemas encaminhados não se resolviam;**

**R:** *Não se resolvia e eu comecei a pensar particularmente depois de um tempo, será que isso de fato era levado, se era levado por ex para a secretaria da educação, isso era levado como, em que momento, era levado entre uma reunião e outra; ou era, hj eu vou atender o representante do CME.*

**P: Vc acredita que o poder público leva a sério o conselho;**

**R:** *Eu acho que no início houve uma tentativa de levar a sério, depois eu acho que não, pq a secretária ou a representante da secretaria, não acho que ela deva estar presente em todas as vezes, eu vi numa reunião, que foi essa reunião inicial, eu não sei se para não caracterizar uma interferência, uma ingerência, alguma pressão, eu não sei se é assim que funciona, a secretaria é uma coisa, o conselho é outra desvinculada.*

**P: O representante do poder executivo não comparecia às reuniões então;**

**R:** *se comparecia não se identificava como ... só se era a Gilmara pq ela estava presente em quase tdas as reuniões agora eu não sei se era ela ou não, mas ela sempre manifestava eu vou ver isso eu vou ver aquilo, tvz fosse ela, vc precisa ver isso nos docs e se foi ela, existia uma disponibilidade aparente pelo menos em resolver algumas coisas.*

**P: Qual na sua opinião o grau de autonomia do Conselho?**

**R:** *Olha, eu acho que o Conselho pensava que podia td, acho que ele se acha autônomo, mas eu acho que não existe autonomia sem ação, eu acho que ele tinha um ideal de autonomia, agora ação, ação, vc pesquisou os docs e tudo, vc pode falar mto mais do que eu, eu posso estar errada eu não vi ação do Conselho, não vi, não vi nada que pudesse ser dito: ah não, mas aquele conselho daquela época, houve isso, houve aquilo ou aquilo outro, eu não vi isso.*

**10) Como é a relação entre o CME e a SME?**

**R:** *Eu acho que aparentemente existia um relacionamento que de fato eu não sei se houve, não sei se houve, mas aparentemente não nos incomodava, ter um problema com a SE isso não aparecia, aparecia assim ah não temos papel, o computador não funciona, a sala não está disponível para a gente e não se resolvia, o gde sonho do pessoal que estava no CME há algum tempo era a sala ali no Fórum da Cidadania, mas*

*eles nos prometeram não foi uma nem duas vzs que nós chegamos lá não tinha nem a chave para abrir não a sala, aquela sala não foi a nossa, não tinha a chave para abrir nenhuma sala e aí vc tinha que procurar as pessoas, contar com a boa vontade, e ver se alguém arruma uma sala, e essas pequenas coisas dizem muito né? Isso diz mto.*

**12) Quais são as responsabilidades e atribuições do Conselho?**

**R:** *Pelo que eu me lembro ali da época nós tínhamos um papel de fiscalizadores da educação municipal, não sei se era exatamente isso, eu sei que durante bastante tempo houve uma tentativa de fazer uma aproximação para fazer o papel do conselheiro mesmo, ou seja, quais são os problemas que a educação no município está enfrentando, é... se fosse hj em dia a questão da violência como é que nós poderíamos resolver isso, mas nós não chegamos nesse nível de questão, nós não chegamos, eu acho que era algo assim mais laise faire sabe?*

**P: Vc concorda com a posição de que o Conselho tem como principal função a fiscalizadora ou que ele seja limitado em virtude da legislação?**

**R:** *Eu não concordo, e vou te dar um ex: temos um obj a ser atingido na nossa educação, dentro das escolas se isso não é feito pela equipe de profissionais da educação que está dentro da escola isso não se concretiza como um todo, sempre aquele pessoal que não participa não faz de acordo com o que o pessoal que participa, anda paralelamente e não entrelaçadamente e é isso que eu penso que o Conselho deveria fazer, olha né temos a seguinte questão no município a nossa nota em tal exame foi tanto, isso demonstra uma falha aq! Vamos pensar em como se pode resolver? Da onde está vindo os nossos profs... Vamos conversar, vamos ver o que eles acham q está acontecendo? Onde esta turma fez o ensino médio, onde fez o EF, vamos fazer um rastreamento, pq é mto lugar q a gente tem que atuar, o problema não é só o prof na graduação, como é que esse prof chega lá?... Eu acho que são questões mto maiores do que essa maneira pontual e rápida que a gente quer resolver as coisas ... Eu penso que essa visão a gente não tenha tido, essa visão não se passa, não se deixa transparente para o Conselho e não se deixa transparente para a SE, o nome diz Conselho, senão nós seríamos “Órgão Fiscalizador da Educação de Atibaia”, é outra coisa, por ex essa questão das contas, as contas da educação não podem estar na fiscalização do pessoal da educação, teria que estar num outro órgão, com representante da educação, sem dívida nenhuma, mas deveria ter um outro órgão fiscalizador ... tem que passar por um órgão com competência, a gente não fala de dinheirinho... e mto dinheiro é problema igual a pouco dinheiro...*

**P: Pela lei o conselho deve ser normativo, consultivo, deliberativo, fiscalizador e propositivo, como ele é de fato?**

**R:** *Olha como atuação mesmo eu acho que ele foi fiscalizador nesse tempo, propositivo, eu acho que houve um tentativa de ser, agora as outras atribuições eu não vi nada que tivesse sido deliberado, não vi nada que tivesse normatizado.*

**P: E a função mobilizadora? Vc participou do Conselho na época da elaboração do Plano?**

**R:** *Eu participei, eu acho que a SE foi mto mais mobilizadora q o Conselho, mto mais, eu não vi, pelo menos nas reuniões que eu participei, que não foram tão poucas assim, essa mobilização, não me lembro de reunião nenhuma, reunião do Conselho, alguém levar alguma coisa do Plano para que o Conselho resolvesse, o que eu vi foi no Centro*

*de Convenções uma votação de alguns itens do Plano, isso sim, daí tinha uma mobilização grande, mas era de diretores, era de professores, algumas pessoas da escola particular, daí houve uma mobilização, um entusiasmo, algumas duas ou três discussões um pouco mais acaloradas e mais aprofundada, mas eu acho que o mérito desse Plano ter saído não foi do Conselho.*

**P: Em outras entrevistas de pessoas ligadas à prefeitura elas afirmaram uma mobilização por parte do Conselho na elaboração e implantação do PME, mas eu acho que elas misturam um pouco sua atuação no conselho com seu vínculo com a SE, por isso eu estou ressaltando este aspecto.**

**R:** *Olha eu lembro de uma fala que era a seguinte: olha tem que fazer as reuniões nas escolas para o PME, o que o Conselho pode fazer, o Conselho pode ver se alguém de dentro da escola pode se encarregar de distribuir o material de divulgação, o conselho tem alguém que o conselho possa mandar lá para orientar as discussões, isso!!*

**P: Mas em relação ao texto não;**

**R:** *Eu não vi e digo mais ainda, eu acho que se tivesse aparecido isso, pra mim particularmente teria sido uma motivação para ficar um pouco mais porque essa é justamente a parte que eu gosto. Então eu não me recordo disso de modo algum a não ser com essa fala que eu acabei de ter e isso aparecia com uma certa frequência.*

**P: A participação então se limitou ao evento?**

**R:** *Sim, como é que a gente pode fazer ali para ajudar a diretora da escola a mobilizar lá a turma.*

**13) Em que aspectos o CME tem estado mais presente?**

**R:** *Não tenho acompanhado atualmente, especialmente com a mudança do prefeito, não tenho escutado, não tenho visto, mas Tb não tenho procurado, então tvz estejam acontecendo uma série de coisas que eu não esteja sabendo pq não vou atrás... Lá na faculdade eu escuto algumas coisas, que tem gente que se inscreveu para estagiário e não quer ficar, que tem estagiário que está fazendo as vzs do prof, isso é recorrente na fala das alunas... que precisa ter concurso, que tem prof que passou no último concurso e não foi chamado até agora, e parece q tem questão de verba e por aí afora...*

**P: Existe uma publicização das atividades do Conselho?**

**R:** *Não existe nada, nada, eu até lembro que a Margarida (secretária do Conselho) teve o maior trabalho com um email do Conselho, que nem o email funcionava, então ela pediu autorização para tds nós de mandar para nosso email pessoal do email pessoal dela e que a gente não deixasse de abrir que ela não iria entrar em contato a não ser pelas questões do Conselho, nem isso tinha, imagina isso, nem se falava em site.*

**14) Como era na sua gestão a frequência dos conselheiros e quem era mais presente?**

**R:** *Os conselheiros mais assíduos eram o Marte (representava os diretores das EE), a Jilmara que eu não sei se ela era representante da SE, a Olivia que era suplente de alguma coisa e eu que era representante das escolas particulares éramos assíduos, tinha uma moça chamada Cláudia que era da prefeitura Tb, essa moça aparecia com bastante frequência, um senhor que era representante de uma associação, não sei se de pais, ele aparecia com uma certa frequência e um rapaz que trabalhava em Bragança ele era representante dos professores do Estado e que ele estava sempre presente mas*

*sempre com a preocupação das perdas das aulas dele lá, ele se deslocava de ônibus e voltava para lá de ônibus... Então esses representantes eram bastante assíduos.*

**P: Pq vc acredita que estes segmentos participam mais; vc acha que tem a ver com a categoria ou é algo mais pessoal?**

**R:** *Olha eu fico mto preocupada com isso, pq eu via uma diferença de postura da Olívia (do Colégio Atibaia) e do Marte, um representante das EE, com uma postura muito admirável no conselho se manifestava de forma mto incisiva e apropriadamente, ao mesmo tempo era um conciliador, não ficava buscando criar problemas, a Olívia um rigor, 5h, é 5h, que vai fazer o registro na ata, cuidado com essa palavra... quem concorda quem discorda, do presidente (Edson) alguma coisa mto assim como a gente ouve falar da educação da escola pública, a se der faz, se não der Tb não faz.*

**P: Mas tanto o Edson quanto o Marte são representantes do Estado então não tem a ver com a categoria?**

**R:** *Não tem a ver com a categoria do diretor eu não sei se não tem a ver com a categoria do professor, pq eu aq tenho professores da escola particular de outras e tenho professores da escola pública, e não tenho um único perfil...*

**P: Como vocês chegaram a escolha do presidente do Conselho?**

**R:** *Eu acho que chegou num ponto que ng queria ser, a então ficava, fica vc, é mto envaidecedor, é mto legal vc ser presidente de alguma coisa, vc só esquece o trabalho que dá!!*

**15) Porque na sua opinião tantos conselheiros não comparecem às reuniões?**

**R:** *Eu já comentei isso e agora vou ser mais pontual, acho que falta liderança, liderança séria, eu estou aq como representante do município ou de tal segmento do meu município e consciência de que se a gente não vai lutar pela educação nós vamos lutar pelo o quê que possa transformar esse país; Eu acho que falta um trabalho de conscientização, eu acho que esse seria um trabalho educativo para a SE do município, pq a SE não faz um trabalho de conscientização, pq nós na faculdade não damos ênfase, a importância desse papel, pq é uma questão de educação, pq olha hj em dia, nós somos de uma outra geração ... essa outra geração que a gente tá formando na faculdade os estudos que são feitos na formação a gente vai ver que tem uma questão pragmática, eu quero esse diploma para conseguir não é para ter emprego, é para conseguir, isso, isso, isso... Qdo a gente faz parte de um Conselho ... agora isso é feito num momento educativo da vida da gente, isso tá sendo feito; Acho que falta consciência mesmo ... E se a gente pensa em um parceiro natural que seria a SE, falta interesse político.*

**16) Qual a sua percepção quanto às possibilidades de sucesso ou não de suas ações?**

**R:** *Eu penso que se o próprio conselho não se significar ele acaba, se ele não se posicionar mesmo ele vai ser extinto, ou vai ficar uma coisa de papel, não deu quórum, não deu quórum, e fica no papel.*

**P: Você acha que ele só existe por uma determinação legal?**

**R:** *Eu acho que só por isso, pq ele de fato não existe, pq vc vai a reunião não tem quórum, vai à reunião não tem quórum, vai a uma reunião que tem quórum e é em cima daquilo que não é permitido, quer dizer ele tem a legitimidade da lei só, mas a outra legitimidade que seria da relevância, a legitimidade pelos seus próprios membros, pela*

sociedade, pela SE, pela dimensão que ele passa a ocupar nas ações da secretaria não tem, não existe.

**17) Qual o grau de representatividade que as categorias tem no conselho? existe um diálogo entre a categoria com a sua base?**

**R:** Não existe diálogo, como se não existisse, eu não vejo um folder com a divulgação, uma propaganda, não vejo nada. Vc sabe o que nos chega aq da educação? Convite do Rodrigo Parras (vereador) que diga-se de passagem nós fomos esse ano e tinha mudado a dt e não fomos avisados, convite para inauguração ou encerramento de campanha de trânsito, inauguração de escola, é isso que chega da educação, aq, não chega mais nada!!! E não vem nem da SE, vem ou do órgão de divulgação da prefeitura ou desse vereador.

**19) E quanto a aos problemas que vocês conseguiram encaminhar, eles eram resolvidos, vocês tinham respostas?**

**R:** Primeiro, nós sempre tínhamos essa questão do quórum e da ausência dos conselheiros então uma grande preocupação era como é que nós vamos fazer para que os conselheiros venham, vamos mandar carta, vamos mandar uma correspondência para o local de trabalho dele, isso era um coisa recorrente, em nome disso td ia ficando travado, não se tinha a consciência da importância do conselho, não se tinha, isso praticamente com exceção das pessoas que eu falei... essas eram as pessoas que manifestavam um interesse um interesse e uma seriedade (Marte e Olivia)... se tivesse que participar de alguma coisa pública hj em dia, essas pessoas eu gostaria de ter como parceiras...

**20) Como eram tomadas as decisões? Por consenso ou votação?**

**R:** Era por votação, o pouco que a gente votava né? o pouco que a gente conseguiu resolver de alguma coisa, então era um misto, então quem concorda levanta a mão, quem não concorda levanta a mão, então a gente pode colocar aqui isso foi decidido, então era um mist

**Anexo 8 – Material de Divulgação da 4ª Conferência Municipal**

## Venha discutir os rumos do desenvolvimento urbano de Atibaia



### **Dia 10 de dezembro – quinta-feira**

**Local:** Centro de Convenções e Eventos Victor Brecheret

**Das 19h às 21h30 –** Credenciamento

Abertura

*Avanços e Desafios do Desenvolvimento Urbano no Brasil*

### **Dia 11 de dezembro – sexta-feira**

**Local:** Fórum Cidadania

**Das 8h às 12h –** Divisão de grupos por eixos temáticos

Debates e Conclusões

**Das 14h às 17h –** Exposição das conclusões

Eleição dos delegados para a 4ª Conferência Estadual das Cidades

Encerramento

### **Eixos temáticos**

**Eixo 1** – Criação e implementação de conselhos das cidades, planos, fundos e seus conselhos gestores nos níveis federal, estadual e municipal.

**Eixo 2** – Aplicação do Estatuto da Cidade e dos planos diretores e a efetivação da função social da propriedade do solo urbano.

**Eixo 3** – A integração da política urbana no território – política fundiária, mobilidade e acessibilidade urbana, habitação e saneamento.

**Eixo 4** – Relação entre os programas governamentais – como PAC e Minha Casa Minha Vida – e a política de desenvolvimento urbano.

